

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

O MANDONISMO LOCAL E A LEGITIMAÇÃO DE SUA HEGEMONIA  
PELA IGREJA CATÓLICA EM BERNARDO ÉLIS.

OSCALINA MARIA DE JESUS NASCIMENTO

GOIÂNIA  
2004

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

O MANDONISMO LOCAL E A LEGITIMAÇÃO DE SUA HEGEMONIA  
PELA IGREJA CATÓLICA EM BERNARDO ÉLIS.

OSCALINA MARIA DE JESUS NASCIMENTO

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Sérgio Araújo

Dissertação apresentada ao curso de  
Mestrado em Ciências da Religião como  
requisito para obtenção do grau de  
mestre.

GOIÂNIA

2004

N244m Nascimento, Oscalina Maria de Jesus

O Mandonismo local e a legitimação de sua hegemonia pela Igreja Católica em Bernardo Élis. / Oscalina Maria de Jesus Nascimento. – Goiânia, 2004.

140p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, 2004.

1. Igreja Católica e coronelismo – Goiás – poder e aliança. 2. Coronelismo – Goiás – obra de Bernardo Élis. 3. Bernardo Élis – coronelismo na literatura. 4. Igreja e política coronelista – Goiás. I. Título.

CDU 282:321.11:821.134.3(817.3)

Às minhas filhas queridas,  
Ana Paula e Ana Cláudia,  
pelo carinhoso estímulo que  
me proporcionaram.

Ao professor Dr. Sérgio Araújo, pela paciência, pelo estímulo e, sobretudo, pela eficiente e dedicada orientação que muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa e para o meu crescimento pessoal e intelectual.

A todos os professores do mestrado em Ciências da Religião que nos permitiram alcançar os nossos objetivos.

À amiga, professora Perciliana Chaves Pereira, pelo apoio e espírito de colaboração.

“O homem possui um conceito imperialista da vida. Prefere mandar a obedecer. O sentido de sua vida é afirmativo e criador. Só se sente bem quando domina, seja uma pobre criatura servil, seja um grande império universal.”

Alceu Amoroso Lima

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	08
1. BERNARDO ÉLIS: SEU CONTEXTO, SUA HISTÓRIA, SEU VALOR.....	17
1.1 – Goiás na Velha República.....	19
1.2 – O autor: origem e trajetória de vida .....	25
1.3.– Relação do autor com a religião.....	39
1.3.1 – Contradições entre a formação do autor e a sua decisão .....	42
2. HEGEMONIA DO MANDONISMO LOCAL E A VISÃO BERNARDIANA DA ESTRUTURA DE PODER.....	52
2.1 – O coronelismo – conceito, origem, características .....	55
2.2 – Origem da estrutura coronelista .....	60
2.2.1 – Base da estrutura política coronelista .....	62
2.3 – Tipologia de coronéis .....	63
2.4 – A força da Igreja na estrutura coronelista.....	65
2.5 – A estrutura hegemônica do coronelismo .....	68
2.6 – O coronelismo na obra bernardiana .....	72
2.6.1 – O coronelismo no conto “A Enxada” .....	84
2.6.2 – O coronelismo no conto “Dona Sá Donana” .....	90
3. DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA DO CORONEL E SUBMISSÃO DA IGREJA.....	93
3.1 – Características gerais da religiosidade popular brasileira.....	97
3.2 – A religiosidade popular nos escritos bernardianos .....	103
3.3 – A relação harmoniosa entre a Igreja e o coronel.....	109
3.4 – Aliança entre Igreja e poder em nível nacional.....	120
3.5 – A situação da Igreja no Europa Ocidental refletindo no Brasil.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	130
REFERÊNCIAS.....	136

## RESUMO

NASCIMENTO, Oscalina Maria de Jesus. O mandonismo local e a legitimação de sua hegemonia pela Igreja Católica em Bernardo Élis. Dissertação de mestrado apresentada à coordenação do Mestrado em Ciências da Religião. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

Fazer uma interpretação da obra regionalista de Bernardo Élis, destacando a hegemonia do coronelismo legitimada pela Igreja é o que se propõe neste trabalho. Para o alcance desse propósito, fez-se uma pesquisa bibliográfica de alguns importantes autores. Em Gramsci, buscou-se o conceito de hegemonia e a sua reflexão sobre a questão religiosa, mostrando a Igreja Católica como um aparelho ideológico de Estado. Em Maria Isaura P. de Queiroz, Victor Nunes Leal, Francisco Itami Campos, Eul-Soo Pang, Nasr Fayad Chaul e outros extraíram-se noções sobre coronelismo. Inicialmente, procedeu-se a uma análise do contexto sócio-econômico e político do período da formação de Bernardo Élis como indivíduo no exercício de sua cidadania e como escritor engajado, buscando salientar os traços de seu regionalismo, o espaço que ocupa no meio literário e seu dilema entre a sua formação religiosa e a sua ideologia comunista. Procurou-se, em prosseguimento, descrever a origem do coronelismo, suas características, sua estrutura, sua função, o mandonismo local. Também, investigou-se, na prosa bernardiana, a sua visão do poder dos coronéis, as relações coronel-clientela as quais evidenciam sua denúncia sobre os mandos e desmandos e as injustiças praticadas por esses senhores da terra. Igualmente, examinou-se como o autor apresenta as manifestações de religiosidade, mostrando o seu respeito por elas. Por fim, discutiu-se a estrutura hegemônica do coronelismo legitimada pela Igreja a qual se encontra aliada não só ao poder local mas ao poder nacional.

Palavras-chave: hegemonia, coronel-clientela, mandonismo, aliança coronel/Igreja Católica, submissão, injustiças, religiosidade popular.

## **ABSTRACT**

NASCIMENTO, Oscalina Maria de Jesus. The local political system of the colonels and the legitimacy of its hegemony by the Roman Catholic Church. Thesis in fulfillment of the Master's degree submitted to the co-ordinating committee of the Religious Sciences' department, The Catholic University of Goiás. Goiânia, Brazil. 2004.

What is proposed in this thesis is the interpretation of the regionalist literary work of Bernardo Élis underscoring the hegemony of the political system of the colonels as legitimated by the Roman Catholic Church. In order to achieve this objective a research bibliography of important authors was composed. The concept of hegemony and reflection on the religious question were investigated in Gramsci showing how the Catholic Church was an ideological instrument of the State. In Maria Isaura P. de Queiroz, Victor Nunes Leal, Francisco Itami Campos, Eul-Soo Pang, Nasr Fayad Chaul, and others views about the political system of the colonels were extracted. Initially, one proceeded in an analysis of the socio-economic and political context of the formation period of Bernardo Élis as an individual in exercise of this citizenship and a committed writer trying to delineate the characteristics of his regionalism, the space that this takes up in the literary milieu, and his dilemma between a religious formation and a Communist ideology. What was sought, in following, was a description of the political system of the colonels, its structure, its function, and the system of its local manner of execution. What was also investigated in the prose works of Bernardo Élis was his vision of the power of the colonels and the client-colonel relationships which evidence his denouncement of the orders, disorders, and injustices practised by that land gentry. On the same it was examined how the author portrays religious manifestations while showing his respect for them. Finally, the hegemonical structure of the political system of the colonels was discussed as legitimated by the Church which finds itself allied not only to the local, but also to the national power structure.

**Key Words:** hegemony, colonel/clientele, political system of the colonel, alliance colonel/Catholic Church, submission, injustice, popular religiousness.

## INTRODUÇÃO

Bernardo Élis foi o primeiro escritor goiano e o único, até hoje, a ocupar espaço na casa dos ilustres imortais. Graças ao valor de sua obra regionalista que rompe as fronteiras do regional e ganha o cenário nacional pelas características universais, obteve o merecido reconhecimento, ocupando a cadeira nº 01. A frase de Austregesilo de Athayde, presidente da ABL, “A Obra de Bernardo Élis o credencia à Casa de Machado de Assis” foi ouvida, sentida e acolhida... E assim pelo seu esforço, Élis consegue integrar sua terra na comunidade nacional.

Sabendo que o maior prosador goiano mantém em nível de alta dignidade estilística a ficção regionalista goiano-brasileira e um profundo compromisso com a denúncia e a reivindicação, propõe-se como objeto de estudo, desta dissertação, as obras que, dentre outras, tão fidedignamente retratam os costumes, as tradições do homem do interior goiano, a sua

cultura: Ermos e Gerais (1944), O Tronco (1956), Caminhos e Descaminhos (1965) e Veranico e Janeiro (1966).

Pretende-se, com esta análise, investigar a denúncia à hegemonia da classe dominante (os coronéis) na Primeira República, como se processa a sua inter-relação com a Igreja Católica (uma das fortes instituições da época) nos municípios goianos especificamente e, de modo geral, no país como um todo, procurando descrever como se instaura a hierarquia do mandonismo, ou melhor, o modo de ser hegemônico do coronel, nos três níveis: municipal, estadual e nacional, bem como ocorrem as relações entre donos da terra, Igreja e classe subalterna. Pretende-se, igualmente, mostrar como esta hegemonia é legitimada pela Igreja que, por sua vez, é submetida ao jogo político do coronel, tornando um clero conivente com as ações coronelistas, sem reação para romper com tal subserviência. Procura-se, também, pesquisar como e por que houve uma transformação da cosmovisão de Bernardo Élis, tendo em vista a sua formação católica e a sua práxis futura (filiação ao Partido Comunista e a produção de uma obra denunciadora) e, ainda, mostrar a posição de profundo respeito do autor frente às manifestações de religiosidade vividas pelo povo e como os rituais religiosos são retratados na obra bernardiana. Finalmente, propõe-se apresentar o coronelismo goiano como sendo filho da política brasileira da época.

Essa pesquisa nasce do particular interesse em demonstrar que o prosador goiano, Bernardo Élis, ao escrever sua obra regional proclama - com uma limpidez literária – sua cristalina e alumbrada denúncia: o que é o sertão, o que é o Brasil que ninguém sabe, que ninguém vê e nem procura saber. Revela como se processa nesse espaço o mandonismo do coronel sustentado pela sua aliança com a Igreja o que caracteriza um tácito acordo entre os representantes dos dois segmentos.

Semelhante aliança era inaceitável para o autor que via a Igreja como uma instituição que poderia mediar uma mudança social, entretanto, praticamente, nada fazia. Isso constitui o motivo pelo qual um filho de família de coronéis, educado tradicionalmente de acordo com os preceitos da Igreja Católica, rompe com tais princípios e se engaja no Movimento Comunista da época.

Concordando com a afirmação de Rolando Barthes de que “todas as ciências estão presentes no monumento literário” (BARTHES, 1978, p.18), e reportando especificamente para a temática desta pesquisa – o mandonismo local e a legitimação de sua hegemonia pela Igreja Católica -, a opção pela obra de Bernardo Élis se deve a mais alguns fatores além dos mencionados anteriormente que são os mais significativos (a denúncia ao mandonismo coronelista e a subserviência da Igreja em relação à hegemonia desse mandonismo): o seu regionalismo que retrata com perspicácia a realidade em todas as suas facetas e modulações, todas as

manifestações de cultura de uma determinada região e de um determinado segmento social, em sua múltipla diversidade; o reconhecimento da importância de sua obra pela crítica literária.

Comporta ressaltar a importância dessa pesquisa para o professor de Língua Portuguesa e Literatura (meu caso específico) já que ela pode propiciar vários benefícios. Sabe-se que a formação do indivíduo, atualmente, deve ser contínua, a chamada educação permanente, isto é, ele deve se reciclar por meios formais ou informais ao longo de sua vida. Em se tratando do professor, esta exigência é bem maior, pois ele necessita buscar sempre novos conhecimentos para acompanhar a rápida evolução das ciências no atual momento histórico e fazer frente às exigências dos jovens (alunos) da era da tecnologia. Portanto, aprofundar os estudos sobre a obra de um renomado escritor regionalista como Bernardo Élis, por certo, só dará sustentáculo às inter-relações professor-aluno na mediação dos conhecimentos em sala de aula.

Por outro lado, teoricamente falando, trabalhar as narrativas bernardianas, enfocando as categorias (hegemonia do coronelismo, subserviência, aliança da Igreja/estrutura coronelística) é fundamental quando se pensa nos aspectos histórico, político, social e econômico pois que alarga os horizontes de uma temática vivenciada no século passado e denunciada corajosamente por nossos intelectuais. Espera-se que esse trabalho possa contribuir para se conhecer e melhor compreender um

momento social peculiar e permitir uma interpretação política do papel da Igreja num momento em que ela começa a se reestruturar (recém-separada do Estado, tenta a sua independência, porém acaba por incorrer em outra dependência). E, assim, a partir do fato escrito, estar colaborando com o acervo cultural de Goiás bem como ressaltando e divulgando a grandiosidade da obra regionalista e universal de Bernardo Élis, que ainda tem muita riqueza por ser descoberta e analisada acuradamente. Por fim, torna-se interessante refletir sobre a posição de denúncia – já mencionada anteriormente – do escritor, sendo ele de família tradicional e católica.

Para a elaboração deste trabalho, foi utilizada extensa bibliografia – livros, documentação histórica, publicações, boletins informativos, jornais, artigos, teses e, além de visitas a bibliotecas, recorreu-se a entrevistas orais e semi-estruturadas com pessoas da convivência de Bernardo Élis.

Os aportes teóricos buscados na Documentação Histórica, na Sociologia e na Antropologia da Religião, na Ciência Política, na Literatura e em outras teorias relacionadas à temática serviram de base para viabilizar o estudo das representações sociais de Élis contidas, principalmente, nas quatro obras regionalistas: Ermos e Gerais, Caminhos e Descaminhos, Veranico de Janeiro e O Tronco. Obras que evidenciam vigorosamente os traços da cultura do homem do interior goiano nas primeiras décadas do século passado.

Foram cautelosamente investigadas as teorias de autores que analisam a política coronelista no Brasil e as que ressaltam a atuação dos coronéis goianos. Analisou-se, ainda, a engrenagem política, os arranjos políticos com o objetivo de mostrar os grupos oligárquicos que lideravam a política em diversos pontos do país bem como o modo de organização e controle do poder, ou seja, a sua hegemonia. Igualmente, verificaram-se as relações do clero com a classe hegemônica bem como desta com a classe subalterna.

E, tendo em vista essas perspectivas, tomou-se como referência estudos de alguns autores tais como Gramsci, Maria Isaura P. Queiroz, Nunes Leal, Eul Soo Pang, Itami Campos, Lena Castelo Branco, Nasr Chaul, os quais tratam da temática relacionada à questão da estrutura coronelista, do seu mandonismo, da hegemonia e da relação de tudo isso com a Igreja.

Em Gramsci, destacou-se o conceito de hegemonia, apresentando-o em toda a sua amplitude, ou seja, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade mas também sobre o modo de direção do pensar, da moral, da cultura, da ideologia. Enfatiza, ainda, a necessidade de se pensar o aspecto político da atuação religiosa e o papel da religião enquanto força social.

De Maria Isaura P. de Queiroz e de Nunes Leal extraíram-se conceitos sobre o mandonismo do coronel, figura poderosa no contexto

sócio-econômico da Primeira República. Proprietário rural e homem de muitas posses, o coronel domina a política municipalista, ocupando o espaço deixado vago pela ausência – ou deficiência – do poder público.

Por um processo de interpretação textual, hermenêutica e, ainda, tomando por base a fundamentação teórica já referida, fez-se um estudo das narrativas bernardianas que contemplam as temáticas objetivadas nesta pesquisa, ressaltando as manifestações de religiosidade popular que constituem as representações religiosas tanto do povo quanto da classe hegemônica.

A hermenêutica, que é um processo de interpretação do sentido do texto, permitiu uma melhor compreensão das idéias do escritor. Daí, a explicitação e a explicação dadas aos fatos descritos por Élis no desenvolvimento deste trabalho. Assim, foi possível estabelecer uma inter-relação entre as teorias científicas estudadas e a ficção bernardiana fundamentada em acontecimentos reais.

No capítulo 1 desta dissertação, é apresentado um panorama geral da vida de Bernardo Élis. É descrito o contexto sócio-econômico e político de sua formação e experiência já que esse contexto é determinante no seu despertar para a literatura bem como na sua postura como escritor: denúncia social e reivindicação. Também são mostrados alguns traços de seu regionalismo e o espaço que Bernardo Élis ocupa no mundo das letras. Nesse capítulo, ainda, é tratada a relação do escritor com a Religião, pois,

embora sendo ele educado no seio de uma família católica, conservadora, rompe com a religião e se engaja no Partido Comunista.

O capítulo 2 evidencia a estrutura do coronelismo e a visão de Bernardo Élis dessa estrutura. São discutidos, em um primeiro momento, conceitos acerca do coronelismo, sua origem, suas características, sua função social, econômica e política. Ainda, nesse primeiro momento, é enfocada a posição da Igreja nessa estrutura coronelista. Já o segundo momento é dedicado a mostrar as denúncias de Bernardo Élis sobre a prepotência, a arrogância, a crueldade, o mandonismo do coronel, presentes, sobretudo no romance “O Tronco”, nos contos “A Enxada”, “Veranico de Janeiro” e “Dona Sá Donana”.

Já no capítulo 3, procura-se apresentar o conceito de hegemonia para depois se discutir o domínio hegemônico do coronel e o papel da Igreja aliada a essa estrutura evidenciados nos escritos de Élis, dos quais foram retirados fragmentos comprobatórios e ilustrativos da teoria em discussão. Mostra-se, ainda, que a aliança da Igreja não está restrita apenas ao poder local, mas que se constata uma aliança entre Igreja e poder em nível nacional como reflexo da Igreja na Europa Ocidental. Também são apresentadas as características gerais da religiosidade popular no Brasil desde a sua origem e qual a posição do prosador regionalista em relação às manifestações de religiosidade do povo.

Finalmente, ao estudar as categorias anteriormente mencionadas, constata-se que a literatura regional não é um simples reflexo fotográfico de uma região, mas é portadora de símbolos para um mundo histórico-social. Portanto, é pertinente perguntar em que medida a arte, a literatura, é expressão da sociedade e em que medida ela problematiza o social. É certo que a arte exprime o social, entretanto, é necessário buscar o conteúdo social das obras literárias, para se compreender a contribuição que a literatura faz à história. Este é o desafio enfrentado nas páginas que se seguem.

## **CAPÍTULO I**

### **1 – BERNARDO ÉLIS: SEU CONTEXTO, SUA HISTÓRIA, SEU VALOR.**

Poucos são os escritores brasileiros que, como Bernardo Élis, retrataram com tanta fidelidade a pobreza, a ignorância, o atraso do sertão, a prepotência dos ricos proprietários e também o desrespeito à pessoa humana. É consenso entre os críticos que esse imortal prosador é um dos mais notáveis representantes regionalistas goiano. Assim como Guimarães Rosa projetou o homem no sertão mineiro; Graciliano Ramos, o homem no sertão nordestino; Bernardo Élis o fez no sertão goiano.(OLIVAL, 1976).

O regionalismo de Bernardo Élis caracteriza-se por uma tendência que se equilibra numa perspectiva crítico-analítica da existência do sertanejo goiano e de seu ambiente geossocial. É inegável a capacidade que tem Bernardo Élis de captar e traduzir o ambiente, a paisagem, os costumes e os seres que vivem tal paisagem.O regionalismo bernardiano vai, portanto, muito

além da observação do espaço exterior, ele recai na contemplação dos arquétipos do seu universo. Esses arquétipos são retirados da sombra de maneira intensa e comovente.

A visão bernardiana das coisas e dos homens, em vários contos, é violenta e impiedosa. Numa sinceridade absoluta, Bernardo Élis debruça-se sobre os arquétipos de seu mundo regionalista e das condições subumanas em que vivem, traduzindo seus sentimentos, suas taras, suas desgraças transformadas em fatalismo. Élis não focaliza apenas a sobrevivência humana, mas pormenoriza toda a dor, todo o sofrimento do sertanejo goiano obrigado a uma subserviência sem apelo. Enfim, seu mundo regionalista é impiedosamente desnudado.

Bernardo Élis fora titular de um Cartório de crime, em Corumbá, sua terra natal, aos vinte e um anos e, com certeza, muito lhe valeram as informações de ordem temática que lhe chegaram ao conhecimento. Vivendo numa região dominada pelos coronéis prepotentes, as injustiças em nome da justiça, a humilhação dos desprovidos das honras e da sorte, a impossibilidade de sobrevivência dos pobres e dos negros, tudo isso constituiria profundas marcas nas produções desse escritor, que retrata com fidelidade o mandonismo local. (BECHARA,1974)

As tramas narradas por Bernardo Élis assumem o sabor das coisas reais porque os fatos contados são, em geral, reproduções do que viu ou do que lhe chegou ao conhecimento por fonte fidedigna. Ele apenas os retoca, transformando-os em ação e produção literária. Assim, ao se lerem os

escritos de Bernardo Elis, é possível ser transportado para regiões onde os poderosos homens são donos do destino dos que deles dependiam financeiramente ou daqueles que caíam nas más graças merecida ou imerecidamente. O leitor depara-se com os cruéis patrões, com os maus militares, os maus religiosos, os maus juízes, os maus políticos e, sem dúvida, será alertado para os dramas sociais do homem do sertão. Percebe-se, em Bernardo Elis, o desejo de que, com a denúncia, reduzam-se a miséria e o sofrimento das pessoas marginalizadas. É o que se considera literatura de protesto, literatura a serviço do homem, permitindo aos governantes bem intencionados organizar plataformas de uma política sadia que ofereçam a todos os cidadãos oportunidades de lutarem por uma vida melhor.(BECHARA, 1974). Enfim, essa é a postura de Bernardo Elis, em consequência de sua visão de mundo, mundo esse caracterizado pelos vastos sertões - os ermos gerais - do planalto central, movido por indomável força telúrica.

### **1.1 - Goiás na Velha República**

Bernardo Elis já se firma, em sua primeira experiência literária editada em 1944, como denunciador da rigidez dos costumes dos sertões goianos. A dor, o sofrimento, a vida rude, a exploração, as condições subumanas em que vive o homem são apontadas claramente. Impossível, portanto, compreender a essência dos escritos de Bernardo Elis sem, antes, conhecer o contexto sócio-econômico e político de sua formação e experiência.

Bernardo Élis nasce em 1915 e vai consolidando sua formação sob a égide da Velha República, em um Estado periférico com extrema dificuldade de comunicação e de transporte, estando, praticamente, à margem do desenvolvimento nacional.

Segundo Campos (1900), economicamente o Estado de Goiás tinha suas bases fincadas na lavoura e na pecuária, com um comércio pouco expressivo, uma indústria inexistente e cidades pouco habitadas. Na Primeira República, dominou a pecuária até a primeira metade, sendo a lavoura destinada à subsistência<sup>1</sup>. É, ainda, Itami Campos quem afirma que:

*As poucas informações de que se dispõe mostram que os setores da indústria e serviços eram inexpressivos, para não dizer inexistentes, e que os goianos se ocupavam fundamentalmente da lavoura e da pecuária. O comércio, numa perspectiva de toda economia, era uma atividade bem pouco expressiva uma vez que as cidades eram pouco habitadas, contudo o comerciante parece ter funcionado como elemento de ligação entre o meio rural e o meio urbano [...]. Assim, os setores que devem merecer alguma consideração serão a lavoura, a pecuária e, subsidiariamente, o comércio. (CAMPOS, 1983, p.23)*

O Estado era marcado por imensos vazios demográficos. Os principais núcleos remontavam à época do ouro e a decadência da mineração levou a população a ruralizar-se.

Enfim, conforme afirma Emília Viotti Costa (1970), a Proclamação da República, poucas décadas antes, não significara, ainda, uma ruptura do processo político brasileiro, não representara uma mudança na ordem social e econômica do país. A economia continuou agrária e de exportação. A maioria

---

<sup>1</sup> Sobre a economia do Estado de Goiás na Primeira República, ver AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque (2003); BERTRAN Paulo (1978); CHAUL Nasr Fayad (1995).

da população foi excluída da participação política e. um sem-número de dificuldades oriundas de distúrbios foi provocado pela total ausência de providências ou soluções para questões sociais e econômicas. E, ainda, com o poder político sendo exercido por componentes ou representantes da elite agrária, firmou-se a política dos governadores.

Essa política foi responsável pela solução dos impasses criados pelas contradições entre os poderes executivo e legislativo. Dela resultam o predomínio do poder executivo (nas esferas federal, estadual e municipal) e a consolidação do poder das oligarquias.

A política dos governadores, efetivada através do processo eleitoral, possibilitou ao regime republicano uma forma específica de estabilidade política. Um controle rigoroso de mecanismos institucionais permitia ao grupo dominante manter o poder e usá-lo segundo os interesses e, caso necessário, recorreria aos mecanismos de opressão policial e militar. A Velha República adota práticas fundamentadas no controle das eleições, nas fraudes, nos favores, na violência e, principalmente, no fato de o voto ser aberto, possibilitando seu controle.

É nesse cenário de graves problemas, de crises, de conflito, que emerge a figura do coronel, uma das forças básicas para a manutenção do palco político republicano. Embora já existisse no Império, é na República que o coronel encontra as condições favoráveis para seu domínio e ascensão (CHAUL, 1994).

Existem vários estudos sobre o coronelismo. E pode afirmar-se que, no geral, o estereótipo apresenta o coronel como um fazendeiro rústico, autoritário, hábil nos negócios, brutal, dispendo da vida dos habitantes do lugarejo da forma que lhe fosse conveniente (JANOTTI, 1989). O fato é que para o exercício do poder era fundamental para o coronel ter um bando de jagunços, além da fama de violento. A brabeza física intimidava seus adversários.

O Estado de Goiás foi palco de luta de oligarquias rurais que disputavam a ascensão ao poder (Ferreira,1998). Destacaram-se, nesse embate,sobretudo nas primeiras décadas do século passado – período marcado por uma instabilidade política muito grande – diversos grupos oligárquicos<sup>2</sup>, entre eles, os Bulhões, os Caiado, os Fleury Curado (família de Bernardo Élis), os Jayme. Todos eles almejavam o controle político de Goiás. Essas oligarquias traziam em seu bojo as condições peculiares para o advento do coronelismo. Os coronéis goianos não fogem à regra geral: destacam-se, sobretudo, pela capacidade de articular o mando com a violência, brabeza física. E assim se vê uma oligarquia dominante lutando com todos os meios de que dispõe para perpetuar-se no poder. Entretanto, quando ocorria a ascensão ao poder de um novo grupo, não significava a mudança nas regras do jogo.

---

<sup>2</sup> Sobre as oligarquias em Goiás consultar RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral (1998); MACEDO, Nertan (1975); MORAES, Maria Ausgusta San' Anina (1978); ROSA, Maria Luíza Araújo (1984).

Bernardo Élis nasce no seio de uma oligarquia, num período em que o coronelismo vive seu apogeu na chamada Primeira República brasileira (1889-1930). Entretanto, não se pode acreditar que a partir de 1930 a decadência do coronelismo tenha ocorrido. O jogo político-eleitoral, a partir de 30, sofre alterações significativas; a dinâmica eleitoral também, porém a figura do coronel não desaparece, sofre modificações e rearticula-se de acordo com as novas regras do jogo (FERREIRA, 1998).

Bernardo Élis, nascido e desenvolvido em um contexto no qual a violência que presidía a sociedade estava subjacente em todas as manifestações de poder coronelista, e, ainda, sensível prosador, tomou a si a tarefa de revelar ao Brasil os desmandos e toda sorte de abusos praticados pelos prepotentes coronéis naquele “Goiás, onde não há o que não haja”, conforme Monteiro Lobato, numa carta a ele dirigida.

O fragmento abaixo, extraído do conto “A Enxada”, exemplifica a realidade mencionada acima: de um lado, a arrogância do coronel, a exploração, o abuso, a violência por ele praticados; do outro, a humilhação, a dor, o sofrimento, a impotência de quem lhe cai nas mãos:

*Retintim dos ferros dos estribos, dos freios, dos fuzis, das esporas, Piano sentiu-se empurrado na frente dos animais, cano de espingarda cutucando nas costas.*

*- Pera, gente, oi. Eu...*

*Novos empurrões, um nome feio, levantando falso na pobre da sua mãe. De mistura com xingo, um cheiro de arrote azedo, fedor de cachaça já decomposta no estômago dos soldados.*

*- Pelo amor de Deus, por que estão fazendo isso com a gente, ara?*

*Novos **empurrões** deram com Piano na lama, um cavalo saltou por cima, lambada de piraí doendo como queimadura de cansação-de-leite. Piano se pôs de pé*

*mal e mal e saiu numa carreira tonta de galinha de asas amarradas que matava os polidores de tanto rir.*

*Dois dias de cadeia sem comer nada. No terceiro dia um soldado o conduziu à casa de Donana, à presença de Seu Elpidio, que lá estava na sua tenência com aqueles braços dependurados, a cara lampejando dentes de ouro, o olhar, o olhar duro mesmo quando se ria por baixo das abas largas do chapéu de fina lebre.*

*- Rã-rã! Num falei procê que brincadeira com o homem fede a defunto! - proclamou ele de riba das esporonas sempre retinintes nos cachorros de ferro.*

*Fome, incompreensão, cansaço, dores nas munhecas que o sedenho cortou fundo, ardume das lapadas de sabre no lombo, revolta inútil, temor de tantas ameaças e nenhum vislumbre de socorro- tramelaram a boca do Piano. Só Elpidio continuava forte como um governo.*

*- Agora, negro fujão, é pegar o caminho da roça e plantar o arroz, Santa Luzia tá aí.*

*A necessidade de enxada era tamanha que mesmo naquele transe os lábios de Piano murmuraram:*

*- Sou honrado, capitão. O que devo, pago. Mas em antes preciso de enxada mode plantar.*

*- Cala a boca, sô! Aqui quem fala é só eu.- Elpidio acendeu novamente o cigarro de palha e reafirmou: - Olha aqui, Piano. Hoje é dia onze. Até dia treze, se ocê num tiver plantado meu arroz, esses dois soldados já tão apalavrados. Vão te trazer ocê debaixo de facão, vão te meter ocê na cadeia que é pra não sair nunca mais. Põe bem sentido nisso e pensa sua vida direito, olha lá! - Nesse ponto Seu Elpidio se despropositou. Até parecia que estavam duvidando dele: - Ora, essa é boa. Me fazendo de besta, querendo me passar melado no meu beijo. - Assentou-se, levantou-se, de um soco, como se o assento estivesse cheio de estrepes. - Quero mostrar presse delagadinho de bobagem, que nele você passou a perna, mas que eu, Elpidio Chaveiro, filho do senador Elpidio Chaveiro, que esse ninguém logra. Há-de-o! - Riu-se riso de dentes de ouro, deu uma volta muito senhor rei: - É baixo, moreno!.*

*O cabo, que chegou nesse entretanto, também riu boçalmente e, encostando o fuzil na mesa da sala, permitiu-se tomar confianças, pedindo fumo e palha a seu Elpidio.*

*- Dê cá o canivete também. Noís tá aí de grito, capitão. Percisano...*

*Elpidio, porém, via nos soldados outros tantos camaradas, apenas que momentaneamente armados de fuzil. Não consentia que tomassem confiança. Fez que não ouvia nada e num repelão tomou o canivete e o fumo e comandou:*

*- Você me leve esse fujão até a saída da rua, viu?*

*Piano fez um gesto de quem levasse a mão ao chapéu, para despedir-se, mas pegou foi na carapinha enlameada e suja de sangue coalhado, que o bagaço de chapéu se perdera. Perdera-se ou foi o soldado que roubou? (ÉLIS, 1978, p.49)*

## 1.2 - O autor: origem e trajetória de vida

Bernardo Élis, nome literário de Bernardo Élis Fleury Curado, nasceu em Corumbá de Goiás, em 15 de novembro de 1915, dia em que comemoravam os 26 anos da Proclamação da República do Brasil, no seio de uma oligarquia, a importante família Fleury Curado. Trata-se de família descendente direta de Joana de Gusmão, penúltima filha do Anhangüera, e de Inácio Dias Paes, cuja ascendência abrange a totalidade dos bandeirantes (ÉLIS, 2001).

Conta Bernardo Élis que seu tataravô, o sargento-mor Antônio José de Campos, português, o mais rico minerador no ano 1755, doador da imagem de Nossa Senhora da Penha de França à capela do Arraial de Corumbá, casou-se em Pirenópolis com a filha de um português chamado José Gomes Curado, irmã de um futuro general, Joaquim Xavier Curado (1746/1830), tido como fundador do Exército Brasileiro. Ao longo de sua carreira militar, atingiu todas as honrarias no exército português, lutando, ainda, pela Independência do Brasil. Morreu com o título de barão com grandeza e conde de São João das duas barras.

Ainda fazendo referência aos seus ascendentes, Bernardo Élis afirma:

*Um neto desse rico Antônio José Campos, chamado João José de Campos Fleury que passou a residir em Corumbá onde tinha lavoura, criação de gado, mineração de ouro e casa comercial, casando com Ana das Dores Camargo Fleury, irmã do padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, fundador do primeiro Jornal do Brasil Central, homem culto que falava diversos idiomas, político de grande prestígio, o segundo goiano a ocupar a Presidência da Província de Goiás em 1837. O pai de João José, Jerônimo José de Campos Curado, era homem de cultura, cursou o seminário em Coimbra, mas deixou de receber a tonsura para se casar. Um fato curioso, ao enviuvar-se retornou ao*

*seminário e ordenou-se padre em São Paulo, no ano de 1807, cantou a primeira missa juntamente com três filhos também padres.(ÉLIS, 2001, p. 16-17)*

Mesmo com a decadência da mineração, a partir de 1770, o que deixou pobre a região de Corumbá, o grupo familiar Fleury Curado não enfrenta situação de pobreza. É a família mais culta da região, faz-se detentora do comércio e das funções públicas, organizando a primeira oligarquia que dominou as províncias de Goiás e Mato Grosso até a queda do Império (1889), porém mantendo o poder de governo - muitos representantes desse grupo exerceram altas funções públicas no âmbito estadual e federal, sobretudo até 1930.

O pai de Bernardo Élis, Erico Curado, foi um homem de boa cultura, inclusive literária. Além do domínio de Língua Portuguesa, adquiriu boas noções de matemática, ciências físicas e naturais, história, geografia, além do aprendizado do latim, francês espanhol e inglês. Fazia poesias, conhecia livros importantes do tempo, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Com 23 anos, Erico Curado fez exame e foi aprovado na Escola Militar do Rio de Janeiro, entretanto não se matriculou por influência de seu irmão, então capitão do Exército Nacional, entendendo que a carreira militar não seria boa, nem ofereceria futuro promissor.

Na cidade de Goiás, capital do Estado, o jovem Erico exerceu as funções de Promotor de Justiça, porém desistiu do cargo, alegando sentir remorso por ser remunerado com o dinheiro obtido de impostos geralmente cobrados de maneira injusta, já que os ricos, via de regra, conseguiam favores e isenções, recaindo os tributos apenas sobre os necessitados. Isso

evidencia um traço de senso humanitário em seu caráter. Foi jornalista, poeta, publicando seu primeiro livro de poesia intitulado *Iluminuras*, em 1913. Também exerceu a advocacia sem possuir o título de bacharel e, quando fundou em Goiás (capital) uma escola de Direito, foi convidado a matricular-se nela, entretanto recusou o convite e logo depois abandonou a profissão.

Ainda solteiro, na capital do Estado de Goiás, foi comerciante, abastecendo a alta classe com livros de literatura e ciência. Caracterizava-se por sua elegância, vestindo-se por alfaiates do Rio de Janeiro. Usava monóculo na cara, lembrando Eça de Queiroz, colete de cores berrantes e gravata de pintor à moda de Baudelaire.

Mais tarde, casando-se e voltando para Corumbá, dedicou-se ao comércio, atividade já exercida pelo seu pai e irmãos que tinham casa comercial em Corumbá, Pirenópolis, Goiás (capital), Araguari (Minas Gerais) e Curitiba, no Paraná. Entretanto, a partir de 1930, com a crise da Bolsa de Nova Iorque que atinge Goiás, aliada ao prejuízo que tivera de um infeliz empréstimo a um parente, perdeu o pequeno estímulo que o animava e passa a vender cada vez menos, levando a família a baixar bastante o nível econômico (ÉLIS, 2001).

Erico Curado sempre tratou seus filhos com ternura e delicadeza, demonstrando interesse pelos seus estudos, aliás, foi ele o responsável pelo ensino das primeiras letras a seus filhos, já que se havia indisposto com o mestre-escola que era também um Fleury Curado como quase todos os habitantes na cidade.

Marieta Fleury Curado, que tinha parentesco com Erico Curado, é o nome da mãe de Bernardo Élis. Nascida e criada na capital do Estado, onde havia as únicas escolas do Estado, aprendeu as primeiras letras em casa, com a família e não freqüentou regularmente o colégio das freiras dominicanas para moças, existente em Goiás. Isso se deve a uma fase anticlerical de seu pai, influenciado pelas idéias positivistas hauridas na Escola Militar do Rio de Janeiro por seu irmão, positivista ferrenho, muito orgulhoso de ter estado ao lado de Deodoro da Fonseca no dia da Proclamação da República. Há também outra versão mais prosaica e mais certa: seu pai entendia que filha devia ser criada debaixo de sete chaves e o colégio, mesmo de freira, era o primeiro passo da perdição.

Marieta Curado, segundo Bernardo Élis (2001), possuía um grande senso poético e uma imaginação fertilíssima. Lia e escrevia muito bem. Era alegre, convivente, inteligente, uma mulher graciosa. Vestia-se com bom gosto e andava maquiada o que não era comum entre as mulheres casadas daquela época, naquela região; tratava, sim, de um hábito europeu, conhecido aqui via revistas especializadas.

Foi professora pública durante algum tempo, por toda vida, costureira. Era quem vestia e preparava as noivas, as mulheres que tinham que viajar para o Rio ou São Paulo. Para o exercício da costura adquiria figurinos e jornais de moda por meio de parentes que saíam para os grandes centros. Enfim, tinha um vivo interesse pelas alterações da moda.(ÉLIS, 2001).

Como fica evidenciado, Bernardo Élis nasceu e viveu num ambiente favorável à cultura. Seu pai publicara um livro de poesias, num tempo em que raríssimos eram poetas em Goiás.

B. Élis morou em Corumbá até 1923, quando foi com a família para Goiás(capital) passear e aí permaneceu por um ano na casa dos avós para fazer o grupo escolar. As primeiras letras, porém, aprendera no seio familiar, já que seu pai se indispôs, em Corumbá, com o mestre-escola, também um Fleury Curado, como já foi afirmado. Quando retorna a Corumbá, em 1924, seu pai, que era muito impaciente – conforme afirmação do próprio Bernardo Élis – assume o comando (ou desmando) de ensinar-lhe lições de geografia, história, matemática, língua portuguesa, um pouco de francês, latim, literatura, arte, religião.

Segundo depoimento do próprio Élis, esse foi um período de sua vida muito agradável:

*O ano decorria de festa em festa. Em dezembro, eram as festas de Natal, com a missa do Galo e os presépios, até os Reis Magos. Em janeiro, vinha a festa de São Sebastião, santo de muita devoção porque era o protetor do rebanho. As novenas eram de foquetório e leilões. No meio de cada novena, o padre Chiquinho, de boa voz, cantava: 'Glorioso São Sebastião, livrai-nos da peste com vosso patrocínio!' aquilo me encabulava porque havia na cidade um homem chamado Patrocínio, bom carpinteiro e nada mais. No entanto, por que o metia o vigário na reza, deixando de fora meus tios ricos, importantes e coronéis? Coisas?*

*Por março- abril era coresma e a semana santa, com muito roceiro e a cidade numa tristeza de matar. A igreja panejando toalhas roxas, o sino rolando seu dobre funério à meia-noite(...) Na Sexta-feira da Paixão, o coronel da cidade (meu tio) distribuía para cada família moradeira na rua uma lata de sardinha, ou uma lata de camarão ou um pedaço de bacalhau. Em maio eram as folias, os pousos de folia, as festas do Senhor Divino Espírito Santo. No sábado e domingo eram as folias de rua: sábado, folia de Santa Ifigênia e Santo Elesbão, devoção dos ex-escravos e dos pobres atuais; no domingo, era*

*a folia do Divino, com o Imperador, mesada e algumas vezes entremez e cavalhada. Na segunda e na terça-feira, seguiam-se as congadas de catupé, festa da roceirama.*

*Em junho, fogueiras de Santo Antônio, São Pedro, São João, algumas romarias como a de N.Senhora da Abadia da Posse celebravam-se entre junho e outubro, quando os roceiros estavam ocupados nas derrubadas e no plantio das roças. Em outubro, era festa da padroeira da cidade, N.Senhora da Penha de França, e daí só o Natal, que era quadra de salga de gado, capina de roças, etc.(ÉLIS, 1965, p.XII).*

Bernardo Élis foi criado num ambiente de conforto físico e moral, num mundo de parentes, em geral, todos amigos entre si e, no qual, o dinheiro, talvez, não fosse o mais valioso bem. Num mundo onde se executava a música: flauta, violoncelo, rabeca, violino, violão, viola caipira, piano, bandolim e acordeão. A programação de celebrações religiosas era intensa, extensa e muito significativa, abrangendo as de cunho popular, desde as folias do Divino Espírito Santo, as festas de Natal, de São João até a Semana Santa e outras celebrações que se caracterizavam pelo catolicismo oficial ditado pelo cerimonial de Roma: missa cantada, música sacra.

Nesse ambiente também havia os bailes, as comemorações cívicas, o carnaval, entretanto a marca de sua vida social, tanto na infância quanto na juventude, era o encontro que todas as noites mantinham os irmãos, cunhados, genros, sobrinhos, netos, na casa de seu avô, quando se discutiam largamente os acontecimentos nacionais e mundiais registrados e divulgados pelos jornais trazidos pelo correio ali existente deste de 1870 ou pelo telégrafo nacional ali instalado em 1915.

Bernardo Élis viveu um tempo em que todo o transporte em Goiás era feito em animais, conhecendo apenas um veículo de rodas que era o pesado

carro de bois. Os primeiros automóveis somente entraram para a sua região a partir de 1922(ÉLIS, 2001).

Segundo Bernardo Élis (2001), sua educação foi alicerçada no medo, na quebra da vontade e na hierarquia. Essas diretrizes educacionais provinham de duas fontes: o militarismo e o clero que eram sustentadas no princípios da hierarquia, da obediência irracional, do respeito, do *status quo*, do império das regras estabelecidas. Na verdade, seu relacionamento com seus pais era um tanto formal. A eles nada era contado do que o afligia, atormentava ou alegrava e também nada se lhes perguntava. Os contemporâneos, os primos e serviçais mais velhos tinham um papel importante na aquisição dos conhecimentos práticos para o dia-a-dia.

Já na primeira década de sua vida, Bernardo Élis, por insistência de seu pai, teve contato com obras literárias, tais como Iracema, de José de Alencar, A Cidade e as Serras, de Eça de Queiroz, e Correspondência de Fradique Mendes, do mesmo autor, bem como Memorial de Aires, de Machado de Assis. Leu muitos contos dos mais diversos autores nacionais e estrangeiros publicados nos jornais da época. Faz parte de seu repertório de leitura, nessa sua primeira década, o mensário “O Tico-tico”, publicação infantil brasileira assinada pelo seu primo a quem ele pedia emprestado.

Mais tarde, já por volta dos quinze anos, Bernardo Élis passa a freqüentar a biblioteca de Corumbá, lendo autores como Shakespeare, Júlio Verne, Chateaubriand. Tempos depois, estudante em Goiás(capital), ele dedica-se a autores contemporâneos: Mário de Andrade, Oswald de

Andrade, Jorge Amado, Carlos Drummond, Manoel Bandeira, José Lins do Rego e Hugo de Carvalho Ramos. As obras desses autores muito o encantaram, pois faziam referência a problemas do seu cotidiano.(ÉLIS, 2001)

Bernardo Élis, juntamente com sua família, voltou a Goiás a passeio, em 1928, entretanto, aí permaneceu para fazer o curso secundário; por essa época, 1934, aos 19 anos, ocorre sua estréia literária, ao publicar a poesia “A Chaminé” no jornal do Grêmio Literário do Liceu de Goiás. Antes, porém, escrevera um conto, que sendo lido pelo seu pai recebeu algumas observações que lhe pareceram depreciativas, levando-o a sentir-se ridicularizado.

Em 1936, Bernardo Élis assume a função de escrivão da polícia em Corumbá e, sem dúvida, foram de muito valor as informações que lhe chegavam ao conhecimento, no exercício dessa função. Em 1938, é convidado pelo então prefeito Venerando de Freitas para secretário da prefeitura de Goiânia, onde passa a residir. Nesse período, escrevia contos, crônicas para os jornais de finalidade política. Também houve publicações em “O Popular”, jornal inaugurado em março de 1938 na cidade de Goiânia, fundada fazia quatro anos para ser a nova capital do Estado de Goiás.

Ao ser questionado sobre como começou a escrever, o imortal prosador afirma que foi por imitação: “imitação a meu pai, meu modelo existencial no próprio ato de escrever e depois imitação de alguns escritores com cuja obra sentia identificar-me.” Bernardo Élis, ainda, afirma que o ato de escrever servia para explicar a ele próprio “certos aspectos que me pareciam estranhos

no mundo e nos homens”; bem como “para externar sentimentos, emoções, expressões inibidas por minha timidez”.(ÉLIS, 2001, p.129)

Seu primeiro livro “Ermos e Gerais” editado em 1944, recebeu elogios das maiores expressões da literatura nacional: Mário de Andrade, Herman Lima, Monteiro Lobato, Alceu de Amoroso Lima, merecendo destaque essas duas últimas.

Monteiro Lobato (homem conhecido pela feroz mordacidade) envia-lhe uma carta “furiosamente elogiosa<sup>3</sup>”:

*O livro “(Ermos e Gerais)” está prejudicado pelo excesso de talento do autor... Se você conseguir disciplinar, amansar o cavalo bravo do seu talento; e se admitir que não é escritor para nós mesmos e sim para uns receptores espalhados pelo mundo afora[...], teremos em Bernardo Élis o mais prodigioso escritor do Brasil moderno, o primeiro manejador da imensa massa de dores, estupidez crassa e tragédia que é o imenso Brasil analfabeto do interior (LOBATO, 1944).*

Essa carta constituiu um marco significativo para quem “nunca recebera elogios” como afirma Bernardo Élis (2001, p.143).

Não menos importante foi o artigo de enaltecimento a essa obra, publicado em novembro de 1944, no suplemento literário de O Jornal, do Rio de Janeiro, edição dominical, em rodapé altamente conceituado, assinado pelo então maior crítico literário do país, Alceu de Amoroso Lima. Diga-se de passagem tratar-se de um crítico respeitadíssimo da família de Bernardo Élis a qual, sendo conservadora e religiosa, condenara globalmente o livro, classificando-o como crítica e achincalhe à própria família. (ÉLIS,2001).

Vale lembrar que “Ermos e Gerais” é o livro que, em 1943, Bernardo Élis levou ao Rio de Janeiro e teve medo de que o vissem, julgando-o provinciano , sertanejo. Esse prodigioso prosador, em sua timidez, ignorava

---

<sup>3</sup> Expressão empregada por Élis (2001) ao se referir à carta que Lobato lhe enviara em 1944, por época do lançamento de seu primeiro livro “Ermos e Gerais”.

que sua mensagem trazia a força da realidade que convence e que precisa ser ouvida e relatada através de verdades denunciadoras. (ALMEIDA,1994)

Merecem ressaltar, ainda, outras opiniões críticas acerca da obra de Bernardo Élis. Todas são unânimes em destacar a criatividade e a originalidade que a caracterizam, vendo o prosador goiano como o pioneiro de um novo ciclo da ficção brasileira: o do sertanejo goiano-mineiro, conforme afirma Assis Barbosa(1968).

Franklin de Oliveira (1968) destaca “a dimensão da responsabilidade do escritor face aos destinos da comunidade humana”, evidenciando o compromisso humanista-social da literatura bernardiana. Também observa Evanildo Bechara(1976) o engajamento de Bernardo Élis ao referir-se à sua obra como uma “literatura de protesto” ou de resistência, reconhecendo o compromisso temático da denúncia social e a preocupação do escritor em retratar a verdade do mesmo modo como frisa os aspectos sociais vistos de forma mais realista.

Até aqui,opiniões de vários críticos sobre Bernardo Élis e sobre sua obra foram explicitadas, porém acredita-se ser importante deixar que ele também fale de si mesmo, de sua literatura.

No fragmento abaixo, extraído de uma entrevista que Bernardo Élis concedeu a Giovanni Ricardi, professor do Instituto de Língua e Litteratura Spagnola e Portoghese da Facultá de Lingue e Litteratura Straniere, de Bari, Itália, o goiano imortal fala das dificuldades em ser escritor, sobretudo escritor goiano, num período em que no Estado Goiás - marcado por uma cultura

caipira - o trabalho artístico tinha pouca importância. Ainda, nesse depoimento, ficam evidenciadas as características de sua literatura, dando ênfase para o fato de ser uma literatura engajada: o escritor usava a arte para pôr às claras toda sorte de misérias vividas pelo sertanejo goiano. Mas deixe Bernardo Élis falar por ele mesmo:

*Sou um escritor, mas um escritor goiano, de uma região agropecuária, pobre: de uma colônia do Rio de Janeiro e de São Paulo, que estão submetidos ao domínio colonizador do capitalismo internacional. Em Goiás o trabalho artístico não tinha e até hoje (especialmente para o ficcionista) não tem preço, não tem importância. Quando comecei a publicar meus livros, quase ninguém por cá comprava os livros de ficção e a literatura goiana era motivo de galhofas e zombarias. Até hoje livro goiano não é mercadoria, não é artigo, artigo levado a sério. A tal ponto que as Universidades de fora de Goiás usam nossos textos para estudos, mas isso raramente acontece em Goiás. Minha literatura, então, era matéria difícil, porque focalizava problemas goianos tidos como indignos do lazer literário. Procurava sublinhar a humanidade do homem sem terra, mostrando a injustiça do latifúndio e da opressão feudal, responsáveis pelo atraso e pelos males sociais de que éramos vítimas. Minha literatura refletia a linguagem popular de uma sociedade onde falar pelos padrões de Portugal europeu é sinal de status social. Minha linguagem regional-colóquial era considerada um achincalhe à pureza da cultura goiana da classe predominante. Além do que, minha literatura punha a nu as mazelas da única camada social que poderia ler, a dos alfabetizados, todos eles integrantes da classe dominante dos latifundiários ou a ela ligados pelos laços da burocracia, do magistério, magistratura e cargos e funções eclesiais.*

*Enfim, minha literatura metia o dedo nas chagas mais dolorosas de uma cultura regionalizada.*

*Minha literatura tem como base a alienação humana e a ideologia que nos é imposta. E nesse aspecto oferece originalidade. (ÉLIS, 2001, p. 99-100)*

Como afirma Olival (1976), Bernardo Élis, em seus escritos, não oferece quadros ou situações preconcebidas. Ele agita, ante os olhos do leitor, a própria realidade, fazendo vir à tona o sertanejo goiano na sua mais profunda condição de miséria humana. E, assim, o autor faz um levantamento crítico da problemática social, numa visão da realidade que não é apenas

lúdica. Sua obra apresenta caráter de denúncia e evidencia sua ideologia no campo da reivindicação social: prevalecer os direitos humanos nesse sertão analfabeto que era o seu Goiás de antanho.

O que chama a atenção na obra bernardiana é o homem - num total estado de impotência - para ascender à condição de ser, já que todas as estruturas do sistema social impedem o seu poder-ser. Embora Bernardo Élis “colha o homem nos meios rurais goianos, a partir de seus problemas sociais”, como afirma Emílio Vieira (2000 p.10), a temática abordada pelo prosador não está circunscrita a apenas essa região. Pode-se afirmar que a essência da temática bernardiana extrapola o contexto regional para o cenário do homem e da vida.

Não é sem razão, portanto, que Bernardo Élis conquista Goiás, Brasil e outros países<sup>4</sup> com seu talento e a grandeza de sua obra.

Depois de *Ermos e Gerais*, vieram outras publicações, muitas sendo reeditadas até os nossos dias, como é caso de *O Tronco* que chegou recentemente à 10ª edição.

Abaixo, segue a relação de suas publicações:

1944 - *Ermos e Gerais* (contos), pela Revista dos Tribunais.

1955 - *Primeira chuva* (poesia), Técnica de Goiânia.

1956 - *O Tronco* (romance), pela Martins.

---

<sup>4</sup> O conto “Nhola dos Anjos e a Cheia do Corumbá” in *Ermos e Gerais* foi traduzido para o alemão, por Kurt Mayer – Classon, Alemanha Ocidental 1967. O Conto “Ontem, como hoje, como amanhã, como depois” teve tradução para o inglês – “Past, present, future” tradução de Silas Curado. In *Short Stories International* n° 17 – publicação bimensal – Tales by the world’s great contemporary write – presented unabridged/ Nework – International Cultural Exchange.

1965 - Caminhos e Descaminhos (contos) pela Brasil Central.

1966 - Veranico de Janeiro (contos) pela José Olympio.

1972 - Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional- (ensaios),  
pela Oriente.

1975-Caminhos dos Gerais (contos) pela Civilização Brasileira.

1976 – Goiás Estudos Sociais (ensaios) pela Bloch

1978 – André Louco (contos), pela José Olympio.

1980 – Os Enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil (ensaio) pela  
Oriente.

1984 – Apenas um Violão (novela e contos) pela Nova Fronteira.

1986 – Jeca-Jica-Jica-Jeca (crônicas) pela Cultura Goiana.

1987 – Chegou o Governador (romance) pela José Olympio.

1996 – Os melhores contos de Bernardo Élis, pela Global.

Sérgio Braga, em artigo assinado no jornal Cataguases, de 05 de março de 1989, cita Bernardo Élis entre os 44 autores de mais significação da Literatura Brasileira, a partir de 1964. Na biografia que fez de Bernardo Élis, na obra .A Posse da Terra – Escritores Brasileiros hoje, co-edição entre a Imprensa Nacional /Casa da Moeda, de Portugal e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1985, a escritora Cremilda de Araújo Medina (apud Élis, 2001, p.154) diz:

*Autor (Bernardo Élis) de vários ensaios que restauram a cultura goiana, este não é um regionalista. Já no início de sua criação, seguindo a crítica da época, ultrapassava os limites do espaço geográfico, numa obra universalista. A UNESCO já o incluiu entre os escritores de valor internacional, faz parte de antologias alemãs e norte-americanas e a Publisud está preparando uma edição francesa.*

Importante salientar que das linhas dos livros de Bernardo Élis, os personagens pularam para as telas do cinema. Hoje, além dos documentários sobre a vida e obra desse imortal prosador, vários de seus contos foram adaptados para curtas ou longas-metragens:

*Ermos e Gerais*, curta-metragem sobre a vida e a obra de Bernardo Élis, feito pelo MEC, em 1976.

*Ermos e Gerais*, documentário em curta-metragem feito por Carlos Del Pino, em 1977.

*A Enxada*, curta-metragem da série "Caso Especial", da TV-Globo. Deveria ser exibido na noite de 08/11/1978, mas foi impedido pela censura política.

*Índia, a Filha do Sol*, filme produzido por Filmes do Triângulo Ltda, sob a direção de Fábio Barreto. Longa-metragem, em 1981.

*40 Anos de Ermos e Gerais*, documentário para a televisão, feito por Hamilton Carneiro, em 1981.

*Camélia*, longa-metragem feito por Carlos Del Pino, em 1987. Documentário para UNB, por Geraldo Moraes e Lionel Luccini, em 1988.

*Bernardo Élis*, documentário feito pelo CERNE, em 1988.

*André Louco*, curta-metragem por Rosa Bernardo, em 1988.

*Bernardo Élis Fleury de Campos Curado*, curta-metragem de PX Silveira, em 1994.

*Terra de Deus* (adaptação de *A enxada*) longa metragem cinematográfica de Iberê Cavalcanti, em 1996.

O *Tronco*, longa metragem cinematográfica de João Batista de Andrade, 1997. (conquistou o prêmio de melhor filme no Festival de Brasília).

*A Saga de um imortal*, documentário realizado pela TV Anhangüera. 1997.

*Pai Norato*, média metragem cinematográfica (roteiro premiado no concurso MinC-1999) escrito e dirigido por José Lino Curado, 2000.

Em síntese, Bernardo Élis, cavaleiro andante pelos sertões de Goiás, em sua longa trajetória de vida, advogou durante 15 anos, foi professor do antigo secundário e universitário, escreveu e vendeu uma dezena de livros, fez política, disputou eleições estaduais e federais, construiu casas, comprou e vendeu fazendas, desempenhou várias funções públicas, mas em virtude da grandeza de suas obras, escreveu o nome de Goiás no mais alto cenário cultural do País - A Academia Brasileira de Letras. Bernardo Élis, falecido em 1997, foi o único goiano, até hoje, a ocupar o supremo sodalício da intelectualidade do País.

### **1.3 - Relação do autor com a religião**

Um aspecto importante a ser abordado é a relação de Bernardo Élis com a religião. Esse assunto é de significativa importância porque se propõe, neste trabalho, mostrar os motivos por que o autor distanciou-se da religião, renunciando ao catolicismo da época – alicerce de sua formação.

Bernardo Élis nasce em uma sociedade em que a religião católica ainda é o baluarte de uma cultura, é ela que dita as diretrizes educacionais. É mais do que natural, portanto, que ele seja educado de acordo com todos os preceitos do catolicismo.

Reportando aos primórdios da cidade de Corumbá – terra natal do prosador – , sabe-se que a imagem de Nossa Senhora da Penha de França foi doado à capela desse povoado por ancestral de Bernardo Élis; também, em sua família, houve muitos membros que se tornaram padres, inclusive um tio, irmão do pai. Em suas Confissões Biográficas, ficam evidenciadas as práticas orientadas pelo catecismo “... e todos iam para a cama sem nunca antes de haver rezado cada um suas orações e seus terços ou rosários de muitas promessas.” Também em um depoimento do escritor ao Projeto Memória do Museu da Imagem e do Som, ele afirma:

*Da música eu desisti. Comecei a pintura, mas desisti porque achava que era uma coisa parada. Então passei para a literatura. Surgiu uma dúvida: como era da religião católica, que condenava a mentira, e a ficção era uma história inventada, achava que o escritor era um mentiroso profissional. Quis deixar a literatura, mas não fui capaz.*

Não se pode esquecer, ainda, o convívio intenso de Bernardo Élis, na sua infância e adolescência, com todas as práticas prodigiosas de manifestações do catolicismo quer seja de cunho popular: folias; festa de São Sebastião (protetor do rebanho), festa do Senhor Divino Espírito Santo, festas juninas (Santo Antônio, São João, São Pedro), festa da padroeira da cidade (Nossa Senhora da Penha de França), Natal etc; quer seja as que caracterizam o catolicismo oficial.

Nascido, criado e educado no seio de uma família numerosa – a maioria dos habitantes em Corumbá era Fleury Curado – de muito prestígio, conservadora e catolicíssima, traços profundos dessa educação marcarão a personalidade de Bernardo Élis. Segundo Berger (1985), cada ambiente de classe forma a personalidade de seus membros através de inumeráveis influências que começam ao nascimento e que se estendem até a formatura do curso secundário ou até o reformatório, conforme o caso. E, ainda, uma criança, um jovem participará do mundo real dos adultos a partir do momento em que ele tenta ingressar na cosmovisão adulta. Importante ressaltar, ainda, que o círculo da família e dos amigos pessoais, onde transcorre a chamada vida privada da pessoa, constitui um forte sistema de controle.

É Berger (1985), ainda, quem afirma que a religião legitima as instituições – e a família é uma instituição – infundindo-lhes um *status* ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência do sagrado e cósmico. Uma das mais antigas formas de legitimação consiste em conceber a ordem institucional um reflexo direto ou manifestação da estrutura divina do cosmos, isto é, conceber a relação entre a sociedade e o cosmos como uma relação entre o microcosmo e o macrocosmo. Tudo “aqui na terra” tem seu análogo “lá no céu”.

Isso é claramente evidenciado na família de Bernardo Élis. O autor em um de seus depoimentos demonstra a presença da hegemonia coronelista – assunto que será abordado mais à frente – no seio de sua própria família.

*A hierarquia ditava tudo. O pai era o todo-poderoso, a mãe vinha como auxiliar e, nas famílias maiores, entre o poder do pai e o da mãe estava o do primogênito. No clã familiar a cúpula hierárquica era ocupada pelo mais idoso. A colocação das pessoas na mesa de comida obedecia à hierarquia, força que determinava também a seqüência da colocação das iguarias nos pratos. Os mais velhos tinham primazia e eram infalíveis nos atos e nas opiniões. Eu tinha desenvolvimento físico maior do que meu irmão mais velho; como, entretanto, era mais novo, devia herdar-lhe a roupa e o calçado, que não lhe serviam por apertados. (ÉLIS, 2001, p.70).*

### **1.3.1 – Contradições entre a formação do autor e a sua decisão**

Bernardo Élis percebe, com o passar dos anos, que os preceitos impostos pela sua educação deviam ser praticados às avessas, pois nada daquilo que lhe ensinavam tinha aplicações na sociedade em que vivia.

*Ensinaram-me a humildade e a modéstia, num mundo em que predominavam a arrogância e a audácia. Ensinaram-nos a caridade, a generosidade para com os mais fracos, quando a regra seria o egoísmo, a ambição, a ganância mais desbragada. Ensinaram-nos que não se deseja para o próximo o que não se desejasse para si mesmo, regra que anulou qualquer oportunidade de vitória ou êxito de vida, uma coisa e outra firmadas na competição profissional e na exploração dos mais fracos. (ÉLIS, 2001, p.71).*

O autor ainda carregava um outro pesado fardo: pertencer a uma tradicional família “meu pessoal tinha lá suas bazófilas de grandeza, descendia do Anhangüera, tinha um conde na família, o primeiro general brasileiro...Portanto, não era bom preceito misturar-se com molecada da rua”. (ÉLIS, 1975, p. XIV).

Se, por um lado, Bernardo Élis é prisioneiro de uma educação familiar e religiosa extremamente tradicional e pela necessidade de preservar o *status*, conferido pelo nome da família, por outro, é exatamente por pertencer a essa família patriarcal que ele tem a abertura para o mundo muito além daquela pacata rotina da pequena vila e, mais ainda, Bernardo Élis desfruta, desde a mais tenra idade, do convívio com a literatura. Sem sombra de dúvida, raríssimos eram aqueles que tinham o hábito da leitura e dedicavam-se à poesia, naqueles sertões de então, como seu pai.

Não se pode pensar o homem independentemente da sociedade, afirma Berger (1985). Esta, por sua vez, é um fenômeno dialético já que é um produto humano que, no entanto, age continuamente sobre o seu produtor. Isso significa que o homem é um produto da sociedade e esta, um produto do homem. Na verdade, o homem precisa fazer um mundo para si. Esse mundo, naturalmente, é a cultura que consiste na totalidade dos produtos dos homens, sendo alguns destes materiais e outros não. Vê-se, portanto, que a sociedade está radicada na atividade humana que atinge o *status* de realidade objetiva. Como realidade objetiva, ela pressiona e coage o indivíduo. No seio dessa sociedade, existem sistemas de controle e cada um desses sistemas contém um dispositivo de geração de identidade. Portanto, a sociedade confere ao indivíduo um conjunto de papéis bem como uma identidade designada. Para isso, é necessário que esta seja sustentada por aquela com bastante regularidade. Esse processo, porém, muito raramente se

fundamenta na reflexão. Ao contrário, sua força está justamente em seu caráter inconsciente.

Assim, ainda, segundo Berger (1985), hoje em dia, é senso comum nas ciências sociais dizer que é impossível tornar-se um ser humano fora da sociedade. O indivíduo vai-se apropriando do mundo em conversação com outros indivíduos. É o que Berger denomina interiorização, ou seja, a reabsorção na consciência do indivíduo da realidade objetiva de tal maneira que as estruturas dessa realidade vêm a determinar as estruturas subjetivas da própria consciência. Porém a socialização – apropriação – nunca é completa, ela é um processo contínuo através de toda a existência do indivíduo.

Um aspecto importante desse processo é que a socialização do indivíduo ocorre de maneira dialética. Ele é formado no curso de uma prolongada conversação (uma verdadeira dialética) em que ele é participante. Isso significa que o mundo social (e aqui entram as instituições, os valores, os costumes, os papéis, as identidades) é ativamente apropriado por ele.

Fica claro, portanto, que o ser humano não é modelado como uma coisa passiva, inerte, sobretudo quando se trata de um artista – caso de Bernardo Élis – que possui mais sensibilidade que o homem comum, e, assim, capta a realidade e a reinterpreta. Diante das pressões reiteradas do nomos social, ele reage, tomando uma postura até contrária às normas, aos costumes, aos valores já estabelecidos.

Já foi mencionado que Bernardo Élis recebeu uma educação familiar e religiosa extremamente conservadora, porém, em certa fase de sua vida, afirma descobrir-se falso, covarde e propõe-se a corrigir-se. Segundo ele, a descoberta desses defeitos devem-se à leitura de livros e também neles quis haurir os ensinamentos para corrigir-se por meio dos tratados de psicologia que passou a ler furiosamente. Ele ainda afirma:

*Logo entrei em conflito com a religião. O ato de contrição que devia rezar cada dia antes de dormir e ao me levantar da cama, dizia a certa altura “proponho firmemente, ajudado com o auxílio de vossa divina graça, emendai-me e nunca mais tornar a ofender”. No entanto, diariamente eu cometia pequenos pecados de furtar alimento, de mentir, de praticar atos eróticos. Isso criava em mim um profundo sentimento de culpa, de que resultou meu afastamento da Igreja Católica depois. Outro fato que me levou ao afastamento foi o descrédito de Deus. Eu tinha tanta fé, pedia com tanto fervor que me livrasse dos medos e do terrível mal de mudar de cor e de sentir envergonhado por meus dentes! Entretanto Deus nunca ouvia minhas preces. Concluí por mim mesmo que pouco importava a existência ou não de Deus, se ele era inalcançável: o melhor seria valer-me de minhas próprias forças, utilizar as recomendações de psicólogos e estudiosos tais como Freud, Havellock Elis, Renato Kehl. Foi o que passei a fazer, pelo menos com algum alívio. (ÉLIS, 2001, p.73).*

Essa foi a primeira fase de ruptura do autor com a religião, porém, mais tarde ocorre o rompimento definitivo sob o ponto de vista social, histórico, político, enfim mudança de ideologia. É ele próprio quem afirma que seu afastamento da Igreja Católica ocorre de forma mais radical com seu ingresso no Partido Comunista entre 1943/45. Essa foi uma atitude extremista, considerando que ele pertencia ao grupo oligárquico Fleury Curado que, como outras oligarquias, nesses sertões de Goiás, lutava com todos os meios de que dispunham para perpetuar-se no poder. (SILVA, 1982).

Sua filiação ao Partido Comunista não ocorreu por acaso, como ele próprio afirma. Sobre socialismo e comunismo já havia lido vários livros, traduções nacionais de escritores comunistas europeus, como Plekhanov, Talheimer, Rosa Luxemburgo, M. Rosental e P. Ludin. Porém um livro que muito o influenciou foi *Súmula Católica contra os sem Deus* (1939). Trata-se de volumoso seletor de autores católicos europeus, que comentavam a doutrina marxista em seus pontos fundamentais, expondo-os e a seguir refutando-os. Segundo Bernardo Élis, as refutações não o convenceram, mas sim as afirmações que pretendiam refutar. Outra leitura significativa foi o livro do Deão de Cantuária, *O Poder Soviético*. A partir daí, ele se diz convencido de que o marxismo, comunismo, seria uma renovação para a humanidade. Por esse tempo, seus conhecimentos sobre sociologia, economia, filosofia, política permitiam-lhe profundas reflexões sobre a realidade social vivida não só em Goiás, mas em todo Brasil. O autor sensibiliza-se com o estado de atraso, pobreza em que vive, sobretudo, o sertanejo goiano, sua falta de saúde, de instrução, de recursos para utilizar o enorme avanço tecnológico alcançado por outros povos do mundo. É a partir daí que Bernardo Élis faz da literatura uma arma de denúncia contra semelhante situação. Outras leituras de escritores chamados novos russos muito contribuíram para essa revolução no seu modo de pensar, tais como Maiakóvski, Górkki, Sholokov, Bóris Pelevoi. (ÉLIS, 2001).

Sua nova postura ideológica – o Socialismo denunciante e reivindicatório – é ressaltada praticamente em todos os seus escritos, de

forma que as situações injustas e comuns no sertão goiano constituem uma característica bastante significativa de sua literatura. Assim, tanto em seus romances quanto em seus inúmeros contos, Bernardo Élis demonstra sua revolta, descrevendo e denunciando as mais variadas situações de injustiças e do extremo abuso de poder, como se podem constatar nos fragmentos abaixo:

*Capitão picou o taco inteiro de bazé, encheu a mão, tirou da algibeira da calça uma caixinha de lata, meteu o fumo dentro, entregou o quicé ao menino, bateu a palma de uma mão contra a outra, para limpar e, de supetão, o cigarro meio apagado preso entre os dentes falhos:*

*- Fico com seu arroz, meu filho.*

*- Mas é a mil e quinhento, Seu Capitão – o roceiro fazia fincapé, engerizado que estava com seu Benedito lhe tomar o restinho de fumo.*

*- Traz ele aqui pra mim.*

*Entrava na casa, recebia o saco, desamarrava a embira, ia despejar o conteúdo num caixote no canto da sala imunda. No auto, espantava uma galinha choca emperreada ali, que saía toda arrepiada nos seus cloques e pinhês, aos rodeios pela sala. Como entregava o saco ao biru, assentava de novo no poleiro e atirava gusparadas mais largas ainda nas pobres perpétuas das lajes.*

*O roceirinho se coçava com um dedo só, pedia desculpas, que estava meio avexado e o sol já tava no meio do céu, em tempo de já ir revirando para casa... afinal inqueria pelos cobres.*

*- Ahn? – Capitão já tinha quebrado pau nos ouvidos.*

*- Os cobres, seu coronel.*

*- Fala mais alto, menino, tou surdo um disparate...*

*- Tou percurando se o senhor não vai pagar o arroz?*

*- Ah, fala pro seu pai que abati o preço do arroz na conta dele, viu.*

*- Não, seu Coronel Capitão, isso não que nhô pai... – O menino resistia com unhas e dentes: que não podia ser isso de jeito nenhum, que estava vendendo arroz do gasto da casa para comprar remédio, que a mãe estava perrengada, que nhô pai num lograva ninguém dessa vida e é-vinha despois acertar com Capitão.*

*- Ahn, ahn – Era tudo que respondia Capitão Benedito, os olhos fechados, chupitando o cigarrão, as baforadas densas fugindo pela janela semicerrada: - ahn, ahn, fala mais forte que eu tô mouco de tudo, menino...*

*O roceiro desistia. Montava a egüinha e ia bater na loja do coronel, a quem contava o acontecido, chorando de raiva de Capitão e tremendo de medo de nhô pai,*

*perante quem não podia apresentar-se sem as mezinhas encomendadas e sem o arroz.*

*O coronel balançava a cabeça e respondia imperioso: - Pois não, pois não. – Depois, dirigindo-se ao caixeiro: - Hilarinho, vende aí pro menino o que ele pedir, ouviu.*

*O coronel conhecia muito aquela gente. Tinham sido bons companheiros nas lutas contra Evangelista, sabia que eram honestos, trabalhadores, possuidores de alguns litros de mato muito bom junto às terras dele coronel. Podia vender fiado sem susto que as terrinhas mais cedo ou mais tarde viriam para suas mãos. Terra pouca, mas que arredondava as cabeceiras do ribeirão.” (ÉLIS, 1987, p. 13-15).*

Também em *Caminhos e Descaminhos*, publicado em 1965, o autor manifestara o seu repúdio contra as situações de despotismo praticadas pela classe que detinha o poder econômico.

O fragmento abaixo é bastante ilustrativo:

*[...] Totinha, o camarada que morava no paiol, saiu de lá de dentro que nem uma sombra, salvou Jeromão, e foi ao rego passar no rosto a água morna da madrugada.*

*[...]*

*Totinha, por exemplo, devia a Jeromão duzentos mil réis. Não conseguia pagar nunca essa quantia que agora já subia a quase trezentos, com os juros e adiantamentos. Fazia dois anos que estava ali sem ver um níquel sequer, só trabalhando para pagar os gastos, e cada vez a conta subindo. Bem que tentou fugir, certa vez. Mas Jeromão deu parte à polícia e dois soldados o trouxeram de volta para o Retiro, como um negro fujão..*

*Damas agüentava Jeromão porque já era um caco de gente, suportando pontapés, xingatório e humilhações do patrão, a troco do quartilho de pinga semanal.*

*[...]*

*Com pouco, o engenho estava roncando grosso, tal qual um guariba, enchendo o ermo imenso da noite. Ao quebrar das barras, Bento, o filho de Jeromão, queria que a segunda tacha de melado estivesse dando ponto para a rapadura. E isso, apesar do engenho ser uma traquitana velha que não rendia serviço, que obrigava Totinha a levantar-se na cama à uma hora da manhã e só deixar a moagem pelo meio-dia.*

*- Vamos ver, minha gente! – gritava Bento.*

*Do meio-dia em diante, lavado o engenho, Totinha tinha que carrear da roça para o engenho a cana que os filhos de Jeromão já teriam cortado e amontoado em proporções equivalentes a uma carrada. Com as corujinhas piando, pois nessa quadra do ano escurece cedo, é que Totinha ia jantar o feijão carunchado, sem gordura,*

*agachar-se meia hora em frente do paiol e, entre bocejos imensos, aguardar o sono que não tardava a derrubá-lo no jirau como um morto.*

*Apesar, porém, da canseira, Totinha não podia dormir. Os filhos choravam, mexendo-se nos panos úmidos de urina, protestando contra o ventinho gelado que navalhava as carnes, entrando pelas frinchas do pau-a-pique da parede do paiol e através das telhas mal ajuntadas. Por outro lado, a mulher resmungava suas macacoas, clamando contra a sorte, exigindo do marido que saísse daquele lugar mais pió que o inferno.” (ÉLIS, 1987 , p.65-68)*

Em “O Tronco”, por se tratar de uma narrativa de maior fôlego, Bernardo Élis tem oportunidade de relatar mais detalhadamente os fatos que o revoltaram e o levaram, conseqüentemente, a estar denunciando. Abaixo, uma passagem exemplificativa de sua denúncia:

*Pedro Melo Albuquerque possuía uma boa casa, construída por ele próprio, atijolada, cercada de altos muros crivados de cacos de vidro no topo. [...] Aquela segurança toda dos muros da casa do Coronel Pedro tinha por escopo prender a criação, descendente de antigos escravos, mantida ali no regime de escravidão. Viviam as criadas maltratadas, mal vestidas, metidas de seco e verde no trabalho duro de rachar lenha, cozinhar, fazer queijo, requeijão, manteiga e sabão, refinar açúcar, fazer farinha, pilar arroz, desleitar as curraleiras, cuidar da casa, fiar e tecer algodão, lavar e passar roupa, fazer de tudo, no final das contas.*

*Novinhas ainda, “crias da casa”, como eram chamadas as filhas desses criados, prostituíam-se com os patrões, com os parentes dos patrões, com os camaradas. O produto da prostituição, entretanto, raramente vingava. A serviceira era tanta que não dava tempo às mães de cuidar dos filhos.*

*Esse pessoal não recebia qualquer pagamento: trabalhava a troco da comida, da cama e da roupa. Para comandar esse batalhão de escravos, estava ali a velha Aninha, a mulher do Coronel Pedro Melo Albuquerque, atroando a casa e o que se ouvia de noite eram os berros de Aninha e eram também eles os primeiros sons que se ouviam mal o dia clareava. (ÉLIS, 1967, p.25)*

Por outro lado, Bernardo Élis não só protesta e denuncia com seus escritos, mas também prenuncia um marco de novas eras, ou seja, prediz um mundo onde o homem possa viver com mais dignidade, onde as leis vigorem. Isso pode ser constatado nas reflexões de Vicente, uma das

principais personagens do romance “O Tronco”, e representante da classe oprimida em luta contra o opressor (coronel).

*[...]Do sangue derramado, da miséria, da dor, das lágrimas espalhadas nas terras do Duro, uma vida melhor iria despontar.*

*Ele tinha vontade de dizer isto aos companheiros, mas tinha receio. Diziam sempre que ele era um homem de boa fé, ingênuo. Podia ser, mas uma coisa dentro do peito lhe contava que era preciso acabar com o poderio absoluto do Coronel Melo, com a soberba das famílias poderosas, para que ali pudessem vigorar as leis e não a vontade de um potentado.*

*Apesar de tudo, a luta tinha sido o primeiro passo para mostrar que um Alves Leandro também podia morrer; para mostrar a Belisário e Casemiro que podiam reconquistar sua liberdade; para ensejar a uma Tifuque unir-se com quem seu coração queria e não prostituir-se nos quintais da velha Aninha com Hugo Melo ou com Resto-de-Onça. (ÉLIS, 1967, p. 255)*

Finalmente, Bernardo Élis atesta que a revolução não opera apenas no seu modo de pensar, mas no seu comportamento. Esforça-se para livrar-se da timidez, traço mais forte de seu caráter, procura enfrentar as situações corajosamente e não dissimular as atitudes, os gestos, a maneira de ver e expressar o universo e seus fenômenos. Acima de tudo, cumpria adquirir consciência de que cada homem é senhor de seu destino e os males ou benefícios que enfrenta são resultados de sua própria vontade e de seus próprios atos. Embora de forma inconsciente, o mundo e o chamado destino são produtos do trabalho humano e nada mais. Nada, portanto, de confiar a poderes sobrenaturais nossas vidas, aceitando os desígnios de uma sabedoria tanto mais perfeita quanto mais misteriosa e inatingível pela inteligência humana. Determinados valores são repudiados e substituídos por uma nova escala de valores. Assim, o novo Deus seria a coletivização que

devora qualquer tendência individual ou individualista com a qual se constrói a personalidade humana. (ÉLIS, 2001)

Imbuído dessas novas idéias, desses novos valores, Bernardo Élis, em suas obras, focaliza não apenas a sobrevivência humana, mas pormenoriza toda a dor, todo o sofrimento do sertanejo goiano, obrigado sem apelo a uma vida subserviente aos famosos e prepotentes coronéis. Enfim, o sertão de Goiás é implacavelmente desnudado em seu aspecto físico, social e religioso.

## **CAPÍTULO 2**

### **2 – HEGEMONIA DO MANDONISMO LOCAL E A VISÃO BERNARDIANA DA ESTRUTURA DE PODER**

A temática do coronelismo a ser analisada neste capítulo faz parte do tema maior da obra bernardiana (denúncia aos mandos e desmandos dos donos da terra e a subserviência/cumplicidade das instituições da sociedade, dentre elas a Igreja). Na literatura de Élis, o perfil do coronel é semelhante ao traçado pela historiografia com a particularidade de ter o coronel goiano sobressaído e chegado ao poder pelo uso da força, da violência e pelo carisma. (PALACIN, 1990)

A historiografia do coronelismo<sup>5</sup> mostra que esse este fenômeno marcou

---

<sup>5</sup>Autores considerados clássicos na abordagem do coronelismo: LEAL, Victor Nunes(1949); QUEIROZ, Maria Izaura Pereira (1976); JANOTTI, Maria de Lourdes M. (1989); PANG, Eul-Soo (1979); FAORO, Raymundo (1993), dentre outros. E na abordagem em dimensão regional: CAMPOS, F. Atami (1983); COSTA, Lena Castello Branco Ferreira (1978); PALACIN, Luís (1990); SILVA, Ana Lúcia da (2001); CHAUL, Nasr Fayad (1998).

uma época, imprimindo características peculiares nas pessoas e na sociedade. Esse fato histórico, com fortes traços de poder que tem suas raízes em uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de família grande, permeou fortemente toda a Primeira República. Entretanto, o senhor rural investido de um mandonismo local remonta ao Brasil Colônia. Isso se explica pela dimensão territorial de nosso país e pela ausência de assistência de um poder central. (LEAL, 1949)

Assim sendo, o fundamento da política brasileira era o sistema familiar. O “paterfamílias” de um clã exercia influência na política, desde o município, passando pelo estado, até a federação. (PANG, 1979). Tal sistema foi denominado de familiocracia, significando a predominância de uma família na política local ou municipal.

Dessa forma surge o sistema de oligarquias que, segundo Pang (1979, p.39), define-se como um governo de poucas pessoas, porém num nível mais complexo.

No domínio oligárquico, um coronel era, acima de tudo, um político individualista, autônomo, rico, um latifundiário, sendo, portanto, o aspecto econômico da propriedade de terras a base do poder.

A grande fazenda era o centro em torno da qual tudo girava. O fazendeiro fazia empréstimos aos trabalhadores para que suprissem suas necessidades, fornecia-lhes casas, franqueava-lhes o armazém da fazenda para compras de víveres e roupas e concedia-lhes pequenas porções de terras para criação de

porcos e galinhas. Enfim, o trabalhador rural “só tinha uma pessoa a quem recorrer nos seus apertos: o patrão, o fazendeiro.” (QUEIROZ, 1976, p.112).

Ainda segundo Queiroz:

*A vida estava, para eles, concentrada na fazenda; iam à vila próxima ou para as festas de igreja, ou para atos que necessitassem da presença da autoridade pública; a “colônia”, aquele correr de casas alinhadas, era o seu mundo, centro de sua vida. Prendia-os à fazenda não tanto o contrato, que geralmente era de um ano, mas as dívidas desde o começo contraídas com o patrão e que os azares da adaptação, as incertezas da vida numa terra estranha tornavam difíceis de saldar, antes aumentavam para alguns de ano a ano, livrando-se delas muitas vezes pelo recurso da fuga...*

O coronel, como oligarca local, obtinha sucesso pela sua habilidade em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos, monopolizando um número bastante significativo de eleitores que lhe garantia a continuidade do poder e prestígio junto aos governos estadual e federal.

Como observa Queiroz (1976, p. 112 – 13):

*...se antes este ia à vila votar acompanhado somente de seu clã familiar, agora comandava um “eleitorado de cabresto” muitíssimo mais numeroso.*

*[...]*

*como podiam os agregados discordar dele se nem tinham a cultura necessária para formar opinião própria, nem podiam se manifestar em oposição aos fazendeiros sem perder o único amparo que possuíam? [...]o prestígio do coronel “lhe advém da capacidade de fazer favores”, e quanto maior esta capacidade, maior eleitorado terá o chefe, ou mais alto se colocará na hierarquia política, será chefe estadual ou federal.*

Havia também o coronel senhor de engenho, chefe absoluto do clã e de todo município e, em algumas regiões, como Goiás, as grandes fazendas com criação de gado serviram de berço aos mais poderosos coronéis do país. Nas regiões costeiras no Vale do São Francisco e nas lavras de Diamantina,

surgiram os coronéis mais autocráticos, ou seja, um sistema social bastante fechado.

Pang (1979) comenta que no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste prevaleceu uma forma não institucionalizada de coronelismo, enquanto que no centro-sul do país ocorreu a institucionalização do coronelismo com seu acesso ao apoio do poder público. Assim, no norte, “os coronéis não só se rebelaram contra o Estado e seus partidos dominantes mas também formaram alianças interestaduais com coronéis da vizinhança”. (1979, p.50). E ainda, segundo Pang, Minas vangloriava-se de um grupo de coronéis leais que acreditava não haver salvação fora do Partido Republicano<sup>6</sup> e de ser o único estado que não sofreu intervenção Federal, durante a Primeira República. Por exemplo, em Goiás o governo da oligarquia dos Caiado tentou aniquilar o clã dos Wolney, mesmo com a ajuda da intervenção federal, sem nenhum sucesso. Nessa luta contra os Caiado, os Wolney dependeram da ajuda dos coronéis da Bahia. Assim, em várias regiões do país, formavam-se oligarquias coronelistas fundamentadas em acordos interestaduais.

## **2.1 – O coronelismo – conceito, origem, características**

O coronelismo, entendido como uma forma de poder político brasileiro que expressa a dominação econômico-política e social de uma comunidade por um chefe político, teve seu ápice na Primeira República, sendo um dos traços

---

<sup>6</sup> Para maiores esclarecimentos ver TORRES, João Camilo de Oliveira, História de Minas Gerais. O título do capítulo V “Fora do PRM não há salvação...”.

caracterizadores desse período, também chamado de “República dos Coronéis”. (CAMPOS, 1983). Suas raízes, entretanto, remontam ao Império.

Afirma Magalhães (apud LEAL, 1949) que o vocábulo “coronelismo” tanto semântica quanto historicamente tem sua origem nos autênticos ou falsos “coronéis” da milícia cidadã da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência para defender a Constituição, promover o policiamento regional e local e auxiliar na manutenção da ordem, prevenindo as revoltas. Um regimento da Guarda Nacional<sup>7</sup> fez-se presente em cada um de nossos municípios, durante quase meio século, cabendo aos chefes locais mais prestigiosos o mais alto escalão, ou seja, o de coronel.

Com o tempo, além dos que realmente nela ocupavam tal posto, o tratamento de “coronel” começou a ser atribuído pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político ou potentado. (MAGALHÃES, apud Leal, 1949). É por isso que, mesmo depois de extinta a Guarda Nacional, as pessoas que detinham em suas mãos o poder econômico e político eram chamadas de “coronel”.

De acordo com Pang(1979, p.20), o coronelismo é

*...um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial.*

Na concepção de Leal (1949), o coronelismo é uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, é a coexistência dos resíduos do

---

<sup>7</sup> Existe uma controvérsia acerca da origem do termo coronel que, segundo Eul – Soo Pang (1979, p.19) “significa literalmente coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional.

antigo e exorbitante poder privado dos tempos coloniais com um regime político de extensa base representativa que foi oficializada pela guarda. Assim, o coronelismo é visto como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, que progressivamente vai-se fortalecendo, e a influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. O coronelismo, portanto, está intrinsecamente associado à estrutura agrária do Brasil a qual oferece a base de sustentação das manifestações do poder privado fortemente presentes no interior do país.

Ainda é Pang (1979) que afirma ter surgido o coronelismo numa época de crise e instabilidade (conflito entre forças tradicionais e forças decorrentes das tensões sociais e econômicas que lutavam para manter sua estabilidade) para comandar a política local e regional e freqüentemente para funcionar como estado informal no sertão. A principal função do coronelismo era a hábil utilização do poder privado acumulado pelo patriarca de um clã ou de uma família mais extensa. Eram os coronéis detentores do poder privado acumulado, pois, como donos dos engenhos de açúcar e de fazendas de gado, monopolizaram também a política do Brasil colonial.

Dessa forma, os grandes proprietários estenderam o poder do domínio privado para o setor público.

Então a organização econômica e social, idêntica em todo o país, fundamentava-se em grandes propriedades, patriarcalismo, senhores, agregados e escravos, formando as diferentes camadas sociais.

No entanto é interessante observar que essa força do poder privado também é alimentada pelo poder público, já que, em um país de economia agrícola e sociedade basicamente rural, o governo, no regime representativo, com sufrágio amplo, não pode prescindir de eleitorado rural. Por outro lado, o sistema eleitoral estruturado na Primeira República assegura ao grande proprietário de terra o domínio político, uma vez que, em virtude de sua posição central, social, econômica, passa a ter o controle de voto e isso, certamente, lhe assegura a liderança política, sobretudo em nível municipal. (LEAL, 1949).

Assim, a base do poder privado era a estrutura municipal (família) que, fortalecida por vários municípios, assegurava o monopólio do governo no Estado. Como exemplo desse domínio, podem ser citados os Calmon e os Mangabeira da Bahia, estruturadores da oligarquia colegiada do PRB, em 1927. Na região sul, os exemplos mais importantes da elite de poder do colono são os Konder (Santa Catarina) os Müller (Paraná), os Abbott (Rio Grande do Sul). Goiás não constituía uma exceção. Dentre os vários líderes do mandonismo local, destacam-se as oligarquias dos Bulhões (considerada a primeira oligarquia em Goiás), e a dos Caiado que comandaram o cenário político por um longo período marcando tão fortemente a formação social goiana das quais algumas de suas heranças são sentidas até hoje<sup>8</sup>. Outro exemplo de

---

<sup>8</sup> Como exemplo de herança atual dos Caiado, pode-se citar Ronaldo Caiado, que, como um dos fundadores em 1985 e presidente da UDR – União Democrática Ruralista – projetou-se nacionalmente, chegando a candidatar-se a Presidente da República pelo PDC, em 1989. Ainda hoje, como deputado federal, representa segmentos da oligarquia goiana que, apesar de modernizada (Tempo Novo), constitui poderoso instrumento de manutenção da ordem política e econômica do Estado de Goiás.

importante coronel goiano foi Abílio Wolney<sup>9</sup> – personagem em torno da qual gira a trama do romance “O Tronco” de Bernardo Élis – que fora perseguido pelas autoridades estaduais goianas em virtude de ter optado pela ala de Gonzaga Jaime, contrariando os interesses dos Caiados.

Essa cisão culminou numa luta encarniçada que se travou entre contingentes da polícia e a horda de jagunços a serviço do coronel que se vê de repente privado das graças do governo estadual.

Vê-se, portanto, uma interdependência entre o poder público e poder privado: de um lado, o partido do governo estadual não pode dispensar a influência do “coronel”, já que lhe é impossível o contato direto com a parcela notadamente majoritária do eleitorado – a massa rural; de outro lado, a situação política dominante do Estado outorgava autonomia total aos coronéis o que lhe permitia total domínio da política municipalista.

Cabe ressaltar que o coronel reproduzia a dominação do Governo central e, por sua vez, era reproduzido por outras instituições, tendo em vista a estrutura do país. Chaul (1998) afirma que havia uma centralização, ou seja, todas as decisões estaduais e até mesmo as municipais estavam atreladas ao governo federal. Assim, as decisões no âmbito dos Estados passavam pela chancela do governo federal, a exemplo dos pedidos de impugnação de candidaturas e de cargos e verbas.

Qualquer autonomia em nível local é relativa e fica à deriva das decisões e das correlações de forças político-econômica verificadas no plano federal,

---

<sup>9</sup> Sobre o coronel Abílio Wolney ver MACEDO, Nertan (1975).

uma vez que o todo está integrado a um projeto político no qual as partes tinham poucas diferenças ideológicas.

Com relação ao conteúdo específico do compromisso, afirma Leal (1949, p.49-50):

*A essência do compromisso 'coronelista' – salvo situação que não constitui regra, consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, cara-branca ao chefe local (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.*

Características peculiares ao sistema “coronelista”, tais como o mandonismo, a parentela, o compadrio, a fraude eleitoral, a desorganização dos serviços públicos, advinham desse compromisso.

A liderança municipal do coronel estava fundamentada, também, na prestação de favores pessoais de toda ordem, tais como:

*arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e preparar testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas. Recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças, forçar casamento em casas de descaminho de menores, enfim, uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviçais, agregados, amigos ou chefes.(LEAL, 1949, p.38)*

## **2.2 – Origem da estrutura coronelista**

Na Primeira República, existiram no Brasil coronéis de vários graus. Do grande coronel, o mandão nacional com outros níveis de coronel abaixo dele, até o pequeno coronel dominando um pequeno reduto de eleitores. Essa

multiplicidade de níveis de coronéis constitui o traço original da estrutura sócio-econômica tradicional do país.

Conforme historiciza Queiroz (1976), o coronel era chefe de Grande Família ou extensa parentela. Os vínculos que uniam estas pessoas podiam ser carnais, espirituais (compadrio) ou alianças (matrimônio). A parentela reunia uma rede de reciprocidades – deveres e direitos – tanto pela linha materna quanto pela paterna.

*Constituía a parentela um grande grupo econômico, formado de famílias com suas economias particulares, que reuniam seus haveres quando necessário. Além de grupo econômico, era também a parentela um grupo político, cuja solidariedade interna garantia a lealdade dos membros para com os chefes". (QUEIROZ 1976, p.67)*

A parentela era um grupo que apresentava três aspectos interligados: o político, o econômico e o do parentesco. Esses três setores reunidos garantiam o funcionamento da sociedade, dando-lhe uma característica própria – uma estrutura de sociedade pouco diferenciada em seus setores de atividade.

Dentro do grupo familiar, as relações podiam ser de cooperação, com base nos laços afetivos e na semelhança de interesses econômicos e políticos, ou de competição, levando amiúde a conflitos sangrentos, desencadeados até por causas aparentemente sem importância. Eram também comuns as rupturas no interior das parentelas, levando à formação de dois novos grupos com relações nada amistosas.

A ascensão dentro de um grupo familiar era possível e constituía uma lei natural. Chegar ao posto supremo dentro de uma parentela nem sempre estava vinculado à herança de posto (filho substituindo pai). Em geral, dependia das

qualidades dos candidatos, contanto que tivessem a mesma situação sócio-econômica entre parentes. (QUEIROZ, 1976).

Quanto à solidariedade, no interior das parentelas, verifica-se que se operava em geral com base na interdependência entre as diferentes partes que as compunham, já que eram internamente estratificadas pelas atividades econômicas e pelas posições sociais. O que determinava a adesão ou afastamento de uma parentela para outra era a confluência ou a oposição de interesses econômicos e políticos.

Conforme Queiroz (1976, p.170), “as brigas entre parentelas rivais constituíam, por outro lado, antídoto contra lutas que poderiam desencadear-se entre as próprias camadas internas da parentela, pois fomentam uma solidariedade vertical intensa.” Dessa forma, as disputas contra parentelas rivais serviam para impedir as lutas de inferiores contra superiores dentro da mesma pirâmide familiar.

### **2.2.1 – Base da estrutura política coronelista**

O prestígio de um coronel está intrinsecamente ligado à sua capacidade de fazer favores. Assim, se maior essa capacidade, maior será seu eleitorado o que lhe permitirá ocupar uma hierarquia política mais alta: chefe municipal, estadual ou até federal. Essa capacidade de fazer favor está diretamente vinculada à posse de bens de fortuna cujos meios de acesso são herança, casamento, comércio. (QUEIROZ, 1976).

Embora a fortuna abrisse todas as portas e constituísse fator de ascensão interna para os membros de uma parentela, outro importante fator de fortalecimento na posição sócio-econômica e política (dentro e fora da parentela) dos que se tornavam coronéis, era o carisma – “conjunto de dotes pessoais que impõem um indivíduo aos outros, fazendo com que estes lhe obedeam, tornando suas ordens indiscutíveis justamente porque emanam dele.” (Queiroz, 1976, p.177). Porém essas qualidades de chefe, em geral, não se sobrepunham à posse de bens.

O carisma<sup>10</sup> explica por que dentro de um grupo de parentela a liderança suprema nem sempre passava de pais a filhos. O escolhido para continuar seria o que apresentasse as qualidades pessoais exigidas, contanto que possuísse fortuna.

### **2.3 – Tipologia de coronéis**

“A ascensão do coronel dependia de muitos fatores externos característicos de sua profissão, domínio e recursos pessoais” (PANG 1979, p.59) o que possibilita a classificação de sete tipos de coronéis, agrupados em duas amplas categorias: a ocupacional e a funcional. Na categoria ocupacional, encontram-se os seguintes tipos:

- O coronel proprietário de terras: o arquétipo brasileiro. O coronel do litoral era mais sujeito ao controle do Estado, enquanto que o do interior usava a violência como o instrumento-chave na solução de conflitos.

---

<sup>10</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o carisma ver Marx Weber, 1944, vol.1

- O coronel comerciante: nas cidades costeiras do interior e na capital, o poder político dos comerciantes começou a superar o da classe dos proprietários de terra.
- O coronel industrial: em poucos redutos industriais, a exemplo de São Paulo, os capitais de indústria dominavam a política local.
- O coronel-padre: seu sucesso se deve à inclinação de o sertanejo a aceitar o homem de batina e a Igreja como fonte de orientação moral e de favores materiais. Padre Cícero foi o maior exemplo de líder religioso do catolicismo no Nordeste, reconhecido como “um coronel de coronéis”. Cônego João Lima foi protagonista de importantes momentos na história do norte goiano, hoje Tocantins (PALACIN, 1990).

Já na categoria funcional, são citados os seguintes perfis:

- O coronel-guerreiro: consiste na mais alta forma de um dominador não feudal. Sua legitimidade se baseava na habilidade em agir como líder para congregar os oligarcas regionais.
- O coronel-burocrata: como burocrata de um determinado partido político, servia de cabo eleitoral, obtinha favores oficiais e era até funcionário público e quase sempre parente de uma alta autoridade política.
- O coronel-chefe do curral-distrito: mais freqüentemente das cidades e originário de todas as categorias profissionais. Habilidade em transformar favores em votos e em angariar votos com a promessa de favores futuros.

## 2.4 – A força da Igreja na estrutura coronelista

No Brasil, a Igreja, direta ou indiretamente, sempre se fez presente na estrutura coronelista, sobretudo porque, numa posição de liderança, na sua qualidade de vigário, à frente de uma paróquia com população humilde, iletrada, o padre era o orientador não só para as questões espirituais como também para as questões político-sociais, mantendo a confiança popular e a boa vontade do povo em segui-lo. O povo depositava na pessoa do padre irrestrita confiança. Era natural que o clero conduzisse seu rebanho para um apoio ao líder político local – o coronel, já que este era seu amigo e o maior benfeitor da Igreja: era ele quem doava o terreno para Igreja bem como bancava a sua construção e demais necessidades. Sabe-se, entretanto, que isso não ocorria sem interesse: dou-lhe o meu patrocínio e dê-me o seu apoio.

Afora esse posicionamento indireto da Igreja em relação à estrutura coronelista, foi marcante a atuação de padres como líderes políticos, principalmente, nos municípios, chegando a se constituir uma das tipologias de coronel: o coronel-padre. Conforme Pang (1979, p.58), “o desejo pessoal de responder ao ‘chamado’ político do povo como extensão dos deveres pastorais ajudava os homens de Deus a ascender a um *status* de elite na política secular.” Apesar dos bons motivos morais e religiosos, por vezes, cometia violências e fraudes para se manter no poder, afirma Pang.

O melhor exemplo de padre-coronel foi Padre Cícero, chefe eleitoral fortíssimo do Ceará. Conseguiu galgar altas posições: chegou a deputado federal, foi várias vezes eleito vice-presidente, além de ter sido anos e anos

prefeito de Juazeiro e ter chefiado uma revolução vitoriosa que derrubou o Presidente do Estado. Assim Queiroz (1976, p.118) sintetiza a liderança de Padre Cícero.

*Fosse por prestígio, fosse pelo conhecimento direto da massa votante, que o tornava dono de um eleitorado forte, não precisava o coronel de preocupar-se com a conservação de seu lugar. P. Cícero, durante perto de 50 anos, não teve quem lhe disputasse a primazia, dado seu contacto íntimo e constante com os eleitores, que estavam presos a ele por laços de fé, de idolatria, de admiração, de gratidão, que o encaravam como único benfeitor dos tristes sertões nordestinos. Sem despender energias com propaganda ou conchavos eleitorais, foi anos e anos prefeito de Juazeiro, foi eleito e reeleito vice-presidente do estado do Ceará, fazendo e desfazendo deputados. Três presidentes foram em viagem a Juazeiro, nos confins do Estado, não para fazer-lhes meras visitas de cortesia, mas para visitas “de alto significado político”. E o presidente Franco Rebelo, por não lhe ter conseguido o apoio, viu-se a braços com uma revolução, liderada pelo afilhado dileto do P. Cícero, Floro Bartolomeu, que o derrubou do Governo.*

A influência de Padre Cícero no sertão nordestino foi longa, porém o apogeu de sua liderança ocorreu a partir de 1911, quando comandou eficientemente o Pacto dos Coronéis, um acordo tribal dos oligarcas do sul do Ceará. Daí até a sua morte em 1934, o patriarca de Juazeiro reinou como um dos poucos coronéis realmente poderosos do sertão nordestino. (PANG, 1979)

Em Goiás, Cônego João Lima foi um mentor e líder político do norte goiano, exercendo o controle dessa região por mais de cinquenta anos. Essa liderança deve-se a seus dotes carismáticos e ao aspecto técnico de seu controle rigoroso do partido e não dos pré-requisitos habitualmente observados no coronel: terras, dinheiro, tradição familiar (Palacin, apud Chaud, 1998). Padre João foi aliado dos Caiado por um longo período, sempre vencendo com

estes. Com a queda dos Caiado e a ascensão de Pedro Ludovico<sup>11</sup>, não se abalou e esperou ser cooptado pelo poder ascendente, voltando ao situacionismo político como prefeito da cidade de Boa Vista (norte de Goiás). Com sua força de resistência, buscava antes o interesse próprio que se lhe afigurava como interesse de Boa Vista.

Assim Chaul (1998) sintetiza o perfil do líder-político padre João:

*Podemos considerar Padre João um coronel típico de Goiás se levarmos em conta que um Estado de economia atrasada e de sólida estrutura partidária tem sua autonomia atrelada aos partidos, o que não se faz ideologicamente mas por interesses pessoais, para facilitar as adesões partidárias. João foi perfeito exemplo de adesão à situação política dominante, tanto com os Caiados, quanto com Pedro Ludovico, o que talvez ajude a explicar seu domínio político por tanto tempo.(CHAUL, 1998, p. 26)*

Esses são exemplos da participação de padres do catolicismo popular na estrutura coronelista do país. Também a Igreja oficial faz-se presente nessa estrutura. Na Bahia, desponta como líder político Monsenhor Hermelino Leão, de Lavras Diamantinas, eleito senador estadual e, na Paraíba, Monsenhor Walfrido Leal, de Areias, eleito governador e depois senador federal<sup>12</sup>. Ambos constituem exemplos clássicos de verdadeiros coronéis. (PANG, 1979)

---

<sup>11</sup> . Dr. Pedro Ludovico Teixeira – durante sete anos lutou contra os Caiado. Com a revolução de 30, foi nomeado interventor, governando Goiás pelo longo período de 15 anos. Foi responsável pela construção de Goiânia para ser a nova capital do Estado.

<sup>12</sup>.Sobre Monsenhor Hermelino Leão e Monsenhor Walfrido Leal ver Nóbrega, História Republicana na Paraíba. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1950.

## 2.5 - A estrutura hegemônica do coronelismo

Sustenta Carone (1976) que os coronéis, desde a Colônia, dominaram as terras, e, desde a República, a política. A vitória do federalismo, com o regime republicano, efetivamente favoreceu a afirmação de chefias regionais e municipais, já exercidas, durante o Império, porém com menos vigor. Mais tarde, extinta a milícia cidadã, os coronéis continuaram a existir, comandando as massas, mediante a atribuição informal, por iniciativa popular, a homens de prestígio e fortuna. Implícito está o princípio hierárquico transposto para uma sociedade em que poucos eram os comandantes e muitos, os comandados completamente analfabetos, vivendo numa situação de miséria, sem a mínima assistência médica. É natural que, nessas circunstâncias, essas massas tenham o patrão – o coronel – na conta de benfeitor, pois é dele que recebem os únicos favores que conhecem.

Advém dessa situação o *voto de cabresto*<sup>13</sup> - as massas, no plano político, lutam com o “coronel” e pelo “coronel”. Enfim, o exercício do voto assume o aspecto de um bem de troca. O momento da eleição configura-se como o momento da barganha ou da reciprocidade de dons: o indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque ainda espera recebê-lo. Essa situação é explicada por Gramsci (apud Gruppi, 2000), ao afirmar que as classes sociais dominadas participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. Isso significa que as classes dominadas assimilam a ideologia das classes dominantes. Uma ideologia que corresponde

---

<sup>13</sup> Para mais esclarecimentos sobre votos de cabresto ver LEAL, Victor Nunes. Coronelismo enxada e voto.

à função histórica destas, e não aos interesses e à função histórica daquelas. Essa ideologia chega às classes subalternas – nesse caso, às massas rurais – por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. Um desses canais é a religião, a Igreja. É o que se pretende argumentar com este trabalho.

Em relação aos aspectos sociais e culturais, o coronelismo é autoritário e antiliberal. Desconfia de todas as ideologias, defendendo a hierarquia e a autoridade, os valores experimentados e as situações adquiridas. Como fenômeno político, é uma incursão do poder privado no domínio público. Na verdade, o coronel domina a política municipalista, ocupando o espaço deixado vago pela ausência ou deficiência do poder público (QUEIROZ, 1976). Pode-se perceber, portanto, que a formação de lideranças dos mais aptos e poderosos ocorre em virtude da fragilidade dos poderes centrais – estaduais e federais. O coronel é um indivíduo que exerce uma série de funções, fazendo-o temido e obedecido. Sua liderança, seus dotes pessoais dão-lhe condições de lidar com os agregados. Seu prestígio, força e dinheiro garantem-lhe o respeito e a negociação (troca de favores).

*É o juiz, pois obrigatoriamente ouvido a respeito de questões de terras e até casos de fuga de moças solteiras. É o comerciante e agricultor porque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência econômica fundamental do município. É o homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. (CARONE, 1978, p. 253-254)*

E, ainda, segundo Queiroz (1976), o que assegurava tanto poder ao coronel era o fato de ele alimentar-se de duas grandes fraquezas: a do dono de terras, empobrecido e desgastado, que se iludia com o prestígio do poder, obtido à custa de submissão política; e a fraqueza dos seres quase subumanos que apenas vegetavam, pobres desiludidos nas suas propriedades.

A estrutura coronelista se assentava na família patriarcal, sendo a mulher submissa ao marido, mas, perante a parentela, exercia papel de cooperação e complementaridade, desempenhando atividades intensas (QUEIROZ, 1976).

O coronel tinha foros de senhor onipotente, para quem o império da lei e o exercício da autoridade pouco ou quase nada representavam. O coronelismo era uma “forma de poder à margem”, pois ele não estava investido, de fato, de nenhuma autoridade, embora mandasse e desmandasse em “caráter oficioso, de fato e não oficial, nem oficializado” (CÂMARA, apud Costa, 1966, p.121). Uma característica marcante do coronelismo era a prepotência, suportada como um mal necessário e inevitável. Sua grandeza estava vinculada ao seu próprio meio e dispunha de atribuições – não legalmente – de natureza civil, militar ou judicial. No seu meio, no seu mundo, ninguém se arriscava a contrariá-lo, pois se a sua autoridade, de costume, era nenhuma – na realidade, porém, ela era incontestável, reforçada pelas distâncias intermunicipais e pelas dificuldades de comunicação. Por outro lado, o desrespeito às suas ordens era tido como traição e, por isso, os que ousassem desafiá-lo eram severamente punidos.

Vale ressaltar, ainda, que o coronelismo não se caracterizava apenas pela estrutura de mandonismo, mas pela estrutura econômico-política. O Presidente da República, de certa forma, agia como coronel, tendo sob seu controle os coronéis regionais e estes, por sua vez, controlavam o seu município.

E assim se consolidava uma estrutura em que o Presidente da República concedia carta branca aos estados desde que se comprometessem a eleger deputados federais e senadores que estivessem de acordo com o governo federal, o qual percebera que só se manteria no poder com o apoio dos estados. De acordo com Queiroz (1976, p.122-23), essa estrutura:

*Era, em escala federal, a mesma combinação existente no plano estadual, entre os presidentes de estado e os coronéis: dá-me o teu apoio e terás carta branca. Mas era, também, a única combinação capaz de manter a estabilidade de uma República, construída sobre a base precária e instável dos interesses particulares e das lutas municipais.*

Desse modo, toda a política passara a processar-se conforme as leis de um verdadeiro jogo claro e simples, estando na liderança os coronéis (município), o governo estadual e o governo federal, todos numa interdependente acomodação.

Uma conjugação de vários fatores desencadeou o processo de decadência da estrutura coronelista no país. Dentre eles, a aceleração do crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização. Embora alguns autores falem em extinção do coronelismo, parece ser mais apropriado falar de transformação, de minimização de poder, já que sob a capa de novos partidos

acobertam-se velhos ódios e persistem velhos métodos de ação em várias regiões do país. (QUEIROZ, 1976).

## **2.6 - O coronelismo na obra bernardiana**

Constitui objeto da literatura a realidade de um povo, os fatos do cotidiano, as relações sociais, os fatos históricos, enfim, a cultura humana. Um fato ocorrido em uma determinada época ou em um determinado contexto histórico motivará a construção do enredo de um conto, romance ou novela. Enfim, a literatura pode retratar a realidade social de um povo ou de uma região, a partir da ótica de mundo e da criação singular do autor.

Bernardo Élis, ao tratar do coronelismo em Goiás, inspira-se em fato histórico, utilizando, entretanto, recursos próprios da arte literária. O cenário onde se desenrola a trama é o sertão, habitado por personagens de variadas índoles. Esse sertão, palco de suas obras, é descrito com todas as suas peculiaridades, como um lugar próprio do interior, o lugar da origem de identidade sertaneja, do jagunço, do soldado, do camponês, do coronel. Daí, a riqueza de detalhes do universo desse homem do sertão sobre o seu cotidiano, suas lutas, suas relações sociais, seus hábitos, suas crenças, seus valores.

Uma característica marcante do coronelismo bernardiano é a abordagem da exploração, o abuso do poder, o roubo – elementos constantes na relação coronel-clientela - além dos fatos trágicos, sangrentos, unindo realidade e

ficção. Esses aspectos ficam evidenciados em contos, tais como “Veranico de Janeiro”, “Dona Sá Donana”, “Enxada” e no romance “O Tronco”.

Importante destacar que a criação bernardiana acerca do coronelismo ocorre a partir de tipos sociais reais. Sua ficção, portanto, não é descompromissada. Ela traz à tona o perfil do coronel, homem que toma as decisões sobre a vida, a organização social e política de seu município. Enfim, Élis apresenta sua visão do coronelismo, enfocando a posição hegemônica dessa classe dominante na Velha República.

O fragmento abaixo, extraído do romance O Tronco, exemplifica como o coronel é visto por Élis: um ser forte, rústico, imponente, arrogante, possuidor do melhor e do maior, tão poderoso em sua região que se acreditava um semi-deus, quase se igualando ao Criador; dono de todos e de tudo. Por isso as pessoas tinham que se curvar ante as suas vontades. Pela sua grande importância, cercava-se de proteção (jagunços na retaguarda).

*“ NO FRIO DA MANHÃ, o Coronel Pedro Melo ia pela estrada montado na sua grande mula, a maior de que havia notícia naquela região. Tilintava as esporas, as rodela dos freios, as fivelas e bombas do arreio e da cabeçada. Atrás iam os dois jagunços, Mulato e Resto-de-Onça, cada qual com sua repetição alceada no ombro.*

*[...]*

*O velho olhava sobranceiro a paisagem que lhe era tão familiar. Quantas vezes já passara por ali, nem sabia ao certo! Julgava-se o criador daquela paisagem, daqueles caminhos, daquelas cercas, daqueles muros e daquelas pontes. Tudo saía de suas mãos ou das de seu filho. Era o criador e dono daquilo tudo. (ÉLIS, 1967, p.36-7)*

Uma abordagem do coronelismo na obra bernardiana certamente nos remete ao romance “O Tronco”, cuja trama é fundamentada em um fato histórico: o conflito entre coronéis e o governo estadual, ocorrido no vilarejo

denominado Duro, hoje, Dianópolis, nos idos de 1917 e 1918. Esse conflito que traz a marca do sangue, a marca da violência mereceu a atenção de vários historiadores e ficcionistas. Não é sem razão que Leal (1949) afirma que “o maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário.”

No romance “O Tronco”, segundo Gracy Ferreira (apud Chaud, 1998), são mesclados dados fictícios com dados reais. As personagens de destaque são o coletor Vicente Lemes, os coronéis Pedro Melo (pai) e Artur Melo (filho) residentes em Duro, os juízes Hermínio e Carvalho que foram enviados pelas autoridades goianas para presidirem a primeira e a segunda comissão destinada a apurar os fatos e prender os coronéis.

O inventário de Clemente Chapadense, nome fictício, dá origem ao enredo do romance, já que o coletor fiscal, Vicente Lemes<sup>14</sup>, duvida da veracidade do rol de bens que fora apresentado. Tanto o coletor quanto o juiz municipal sabiam que a viúva não arrolara nem o gado nem os dois sítios e que nessa sua atitude havia a vontade dos coronéis Melo. E, ainda, Artur Melo, sendo advogado no processo, pairava a dúvida de que ele estivesse com segundas intenções, querendo lesar os órfãos e a viúva, já que era um hábito dos Melo roubar o povo, valendo-se dos cargos que ocupavam. “Inventário ali

---

<sup>14</sup> O coletor Vicente Lemes, casado com uma prima de Artur Melo, era no presente histórico homem da confiança do presidente do estado de Goiás, Eugênio Jardim, ex-aliado de Artur Melo. Porém num passado Vicente Lemes fora nomeado escrivão do Judicial e Notas pelo primo, e, justamente, no exercício de sua profissão, nasce uma rixa com o primo, porque recusara a obedecer-lhe dando sumiço em um processo o que beneficiaria Artur Melo.

era meio para legalmente o pessoal do foro (os Melo) apropriar-se de bens alheios.” (ÉLIS, 1967, p.8). Assim, exigir que o inventariante completasse a lista dos bens, sob pena de a coletoria estadual fazê-lo, foi o estopim para que os Melo sentissem-se afrontados. Afinal, eles eram os poderosos daquela região e não estavam dispostos a aceitar afronta quer fosse do coletor Vicente Lemes, quer fosse dos juízes encarregados do julgamento da questão.

A situação de impasse está criada, levando o coletor a refletir:

*...Se a gente não aceitar o rol como está, Artur vai gritar que estamos perseguindo ele, se a gente aceitar, ele denuncia que estamos com roubalheira. (ÉLIS, 1967, p.5-6)*

Enfim, o coletor Vicente Lemes chega à conclusão de que o interesse de Artur Melo é desmoralizá-lo e forçá-lo a deixar novamente a vila, para colocar em seu lugar gente de sua confiança.

Os Melo eram chefes poderosos e temidos na região. A justiça era o “coronel”. Isso fica evidenciado, por exemplo, na atitude cruel do velho coronel Pedro Melo que assassinara seu próprio sobrinho Vigilato por ter se implicado com ele.

*Não é que o coronel implicou com o coitadinho? Então para enjerizá-lo e obrigá-lo a deixar o lugar, o coronel ordenava aos cabras que fossem fazer suas precisões no terreiro do Vigilato.(ÉLIS, 1967, p.8).*

Vigilato reagiu ante tamanho desrespeito, transformando a implicação do velho coronel em ódio o qual só minimizaria no dia em que se vingasse do sobrinho.

*Uma noite, Vigilato vinha pelo largo cambaleando de bêbado. O velho estava na porta da casa, na calçadona alta, sentado na cadeira alta.*

*[...]*

*Na ponta dos pés e com o dedo na boca, o coronel Pedro Melo desceu de sua calçadona, mandou buscar uma lanterna furtafogo; com ela alumiou a cara do bêbado tombado no chão. Clareou. E meteu fogo, arrebrandando-lhe os miolos.*

*- Carregue o cachorro – ciciou o velho olhando em torno para ver se ninguém não chegava.*

*[...]*

*Chegando à casa do sobrinho ordenou que batessem. Aleixo bateu, a mulher abriu a porta e antes que os olhos dela pudessem habituar com a claridade da lanterna, os capangas balangavam o cadáver para lá, para cá e – zás - atiravam ele aos pés da mulher e dos filhos, dentro da sala, no chão batido e úmido.*

*- Um capado procê limpar – roncou a voz do tio Pedro Melo enquanto num soporo se apagava a lanterna e tudo caía na mais negra escuridão e no chumbo do silêncio . (Élis, 1967, p.10-11)*

Não havia juiz de direito, nem delegado, nem ninguém que pudesse desafiar a vontade dos coronéis Melo. O velho coronel Pedro Melo, no passado, exercera no seu município “as funções de Juiz, Coletor de Rendas, Delegado, canais que o elevaram ao posto natural de Chefe Político: era o poder incontestável” (ÉLIS, 1967, p.26). Isso fica claro no fragmento abaixo que mostra como procederam as testemunhas e o próprio juiz para apurar quem eram os responsáveis pela morte de Vigilato.

*... Escolhidas a dedo e industriadas com esmero, as testemunhas só falavam para dizer que o Coronel Pedro Melo era um pobre velho doente, a quem o sobrinho havia espancado cruelmente alguns meses antes e a quem tentara assassinar na noite que morreu. O cinismo da mentira era tamanha que o povo pegou a comentar e a debicar, enviando cartas anônimas ao juiz e membros da Comissão. Aí, numa audiência, Dr. Hermínio resolveu endurecer a espinha e tão logo se apresentou a primeira testemunha, tomou do código e leu o artigo que punia o falso testemunho, explicando a significação daquelas palavras.*

*Artur achou aquilo um desaforo. Era uma indireta para ele e seu pai. O Dr. Leite Ribeiro tratasse de aparar a asa daquele juizinho que não agüentava nem uma gata pelo rabo!*

*A testemunha seguinte era Resto-de-Onça, capanga de Pedro Melo, um dos que participaram diretamente da morte de Vigilato e que deveria estar apontado como réu. Ao assentar-se no tamborete, em frente do juiz, alguma coisa tombou ruidosamente no chão. Dr. Hermínio vagorosamente moveu o vasto corpanzil, tirou os óculos que só permitiam ver próximo, e arregalou os olhos. No chão estava a imensa garrucha de Resto-de-Onça que, sem pressa, repuxando a cara com suas caretas habituais de tarado pegou a arma, soprou os ouvidos e meteu no largo correão que servia de cinta.*

*Dr. Hermínio compreendeu a impossibilidade de apurar ali qualquer coisa. Os Melo eram os donos de tudo. (ÉLIS, 1967, p; 15-16).*

Era inegável o prestígio dos coronéis Artur e Pedro Melo.”Os Melo eram gente de largo prestígio, gente muito ligada a poderosas e riquíssimas famílias da Bahia, como as famílias Rocha, Balbino e Lima”. (ÉLIS, 1967, pg.61). Porém, naquele momento, a situação era diferente. O coletor e o juiz eram homens de confiança do chefe político estadual, Eugênio Jardim, que antes fora aliado dos Melo. Entretanto, por questões políticas, havia rompido a aliança com eles, e queria, a todo custo, esmagar o seu poder político.

Em “O Tronco”, Bernardo Élis mostra como fatos corriqueiros (rol de bens inventariados incompletos) tornaram-se causa de embates violentos, sangrentos entre coronéis e autoridades estaduais que lhes faziam oposição.

Os fragmentos abaixo, extraídos do referido romance, descrevem “O Tronco” – instrumento de tortura – e o ponto culminante do confronto – o sacrifício das vítimas nesse instrumento. Fatos reais transpostos para a narrativa bernardiana.

*[...]A polícia tinha ido à casa da velha e prendido os homens todos: Damião de Bastão e os dois filhos; Joaquim Alves Leandro e um filho; Melo Filho, irmão de Artur, Tozão, Abadia Ribeiro, irmão de Cláudio, e Damasceno, camarada de Damião.*

[...]

Os nove homens lá estavam, os pés metidos no tronco, que era constituído de dois compridos esteios de madeira forte. De espaço em espaço, possuíam esses esteios um corte em meia-lua. Justapostos, os cortes formavam buracos, nos quais se metia a canela do cristão, que ali ficava jungindo. De um lado, unindo os dois esteios, e de outro, uma espécie de aldrava com cadeado.

Os homens protestaram, relutaram, mas foram levados à força, alguns arrastados pelos soldados que os ameaçavam de matar ali mesmo.

[...]

Enéias com os soldados enfiaram a canela de cada um em cada um dos buracos, passou o cadeado e meteu a chave na algibeira.

- Quero ver esse Artuzinho de merda nos atacar! – dizia ele para Mendes de Assis e Severo. E já saindo, Enéias avisou aos prisioneiros:

- Pois é, vão se apegando com Deus e os santos, mode Artur não atacar. Se ele atacar, vocês podem liquidar com eles, viu?

Aquele “vocês” a quem Enéias se referia eram Mane Vitô e Nestório que ajudaram na prisão e garroteamento dos homens e que ali estavam risonhos e satisfeitos, sentindo-se importantíssimos com a missão de guardar aquela gente.

[...]

Pálido, mais corcunda, Enéias deu a ordem:

- Matar os reféns.

Lá de fora vinha o grito que punha arrepios em Enéias:

- Roberto Dorado tá aqui!

Era o mesmo grito de Pedro Afonso, era o mesmo desespero, era a mesma fúria.

Ante a ordem que esperava desde a véspera, Mané Vitô manobrou a arma, abriu a pesada porta da sala. Nove homens de joelhos ajuntaram as mãos em súplica:

- Pelo amor de Deus, não mata, não mata!

A Winchester de Mané Vitô roncou sinistra, até engasgar. Gritos e gemidos encheram a casa, de par com fumaceira. Nisso, do escudo do quarto, o rosto de Damião de Bastos se destacou, cresceu para o Soldado Mané Vitô. Damião de Bastos tinha cara de ruim e fora o único prisioneiro que jamais pediu coisa alguma durante a prisão. Aquela cara máscula cresceu no escuro do quarto, contraiu-se e pegou a chorar feito um menino!

- Me mata premero. Num quero ver meus filhos morrer na minha frente. Me mata!

Rapidamente Mané Vitô encheu a carabina e novas detonações retumbaram pelo velho sobrado. Outros homens tombaram e novamente a súplica de Damião de Bastos que tentava defender os filhos, um dos quais jazia morto. Mais tiros e do meio da fumaça ardida o rosto de Damião de Bastos sempre surgia horroroso, aos brados, com uma fúria tal que Mané Vitô recuou. Aquilo certamente pissuía corpo fechado! Por certamente era algũa oração muito braba demais, algum patuá de S. Marcos Brabo. Não via que nem sua repetição queria funcionar mais!

*Mané Vitô saiu de fasto, tacou a carabina fumegante no chão, fugiu.*

*- Acaba o serviço – era Enéias com a Mauser no seu peito.*

*- Matar filho na frente do pai, isso é demais, meu Alferes, eu nem num tenho coragem nenhũa não! – Mané Vitô estava trêmulo, desfigurado, olhando para o quarto do tronco como se ali estivesse encerrada uma fera terrível, como dali viesse um fantasma pronto para matá-lo:*

*- Esse homem num morre não, meu Alferes. Ele pissui uma oração desgraçada de forte, meu Alferes!*

*Aí Nestório meteu o pé na porta e começou a desfechar tiros. Deu no gatilho até que a carabina esgotou a carga. Depois, puxou a porta e disse:*

*- Pronto, meu Alferes. Num mato mais ninguém preso. Agora vou é enfrentar gente sôlta, e vou pegar essa jagunçama aí fora, mó de dizer que a gente só mata homem amarrado.*

*(ÉLIS, 1967, p.157,158,199,200)*

Porém, se coronéis e autoridades pertencessem a um mesmo partido, ou seja, se estivessem unidos por aliança partidária, certamente, o desfecho seria diferente.

Ainda em relação ao romance, o coletor Vicente Lemes sentindo-se impotente em virtude do abuso dos Melo, solicita ajuda às autoridades goianas. Uma comissão é enviada a Duro, chefiada pelo juiz Hermínio, com o objetivo de resolver o impasse. Entretanto, como o juiz chega ao lugarejo com poucos soldados, é facilmente intimidado pelos Melo que dispunham de muitos homens. O fragmento abaixo comprova a situação:

*Tais fatos serviram para ensinar a Valério Ferreira (personagem ligado ao coletor) o que era a Justiça e a Lei. (...) Ferreira tratou de unir-se aos coronéis opositores dos Melo, contratou seu cabra de confiança, dando-lhe um rifle papo-amarelo, botou na cintura um punhal e uma garrucha.*

*E já não foi sem tempo. (ÉLIS, 1967, p.16).*

Bernardo Élis retrata a hegemonia dos coronéis, apontando a fragilidade da justiça e da lei na República Velha. Enfim, a aplicação da justiça e da lei

estava vinculada ao fato de o delito ser cometido por coronéis ligados à oposição. É Leal (1949) quem afirma que uma das características do coronelismo é “fazer justiça” aos amigos e “aplicar a lei” aos adversários. Se a situação fosse o inverso, nenhuma providência seria tomada para coibir o abuso, a arbitrariedade, o desrespeito às autoridades constituídas. No coronelismo, a “lei” que realmente impera é a dos mandões locais que contam com o apoio do governo estadual. A eles tudo é permitido, aos inimigos e adversários não resta alternativa. O jeito é aliar-se a outros coronéis opositores para tentar sobreviver aos desmandos da oligarquia dominante. É Gramsci (apud Gruppi, 2000, p. 78-9) quem afirma:

*a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode, e mesmo deve, ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental. É essa uma das condições principais para a própria conquista do poder. Depois, quando exerce o poder, e mesmo quando o mantém fortemente sob controle, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente.*

E Gruppi (2000) completa a idéia, dizendo que ao lado da noção de hegemonia, é introduzida a de supremacia. A supremacia é domínio e direção, ou seja, é domínio e hegemonia. Porém a hegemonia só avança com a afirmação da capacidade de direção política, ideológica e moral.

A lógica que regia o coronelismo, descrita com detalhes por Bernardo Élis, caracterizava-se no pacto, na reciprocidade, na capacidade de atender às demandas públicas ou particulares, nos arranjos coronelísticos, no jogo político

e suas artimanhas. A quebra dessas regras significava cisão, ruptura, perseguição política e a conseqüente perda de poder.

O tipo de código que regia as relações entre coronéis e seus adversários políticos é evidenciado no fragmento abaixo, quando Élis narra a chegada da segunda comissão ao Duro.

*A cada instante Artur Melo se convencida de que Carvalho ali estava porque achava que assim deveria proceder. Estava ali por deferência a eles Melo. Tanto era assim que não mandou o oficial de justiça. Veio em pessoa. Era uma honra, por sem dúvida. Então não saberia o juiz que a Grotá<sup>15</sup> era uma fortaleza, com mais gente e mais armas do que o destacamento policial do Duro?*

*Por trás de tudo havia alguma coisa que Artur não entendia. Novamente voltava a tomar corpo a idéia de um acordo. De há muito vinha teimando com o pai que melhor seria fazer um acordo com Carvalho, pois aquele juiz não era graça não. Agora, naquele momento, isto lhe voltava à cabeça. A luta estava saindo cara. Havia já meses que mantinham homens em armas, sem nada produzirem.*

*[...] Para agravar, na Grotá eles estavam praticamente prisioneiros. A polícia mantinha, no diário, piquetes pelos arredores, impedindo a saída e a entrada de gente e de coisas. Por mais de uma vez, tinha havido escaramuças de parte a parte. (ÉLIS, 1967, p.84).*

Enfim, no código cultural do coronel, a lei, a norma tem outros significados, apresentam-se por meio do derramar de sangue, da violência, do dever cumprido, da obediência servil, da arrogância, do potentado local. A lei para o coronel deve ser usada para satisfazer suas ambições. Nessa lógica, o coronel se une aos seus correligionários políticos para alcançar seus objetivos, mas rompe com eles quando se julga preterido, prejudicado.

Um aspecto bem enfatizado por Bernardo Élis em suas obras é a relação coronel-clientela fundamentada na exploração, no abuso do poder, no roubo. O

---

<sup>15</sup> Grotá – nome da fazenda dos coronéis Melo, localizada próximo à Vila de Duro, no fundo de uma fuma. Na fazenda, havia as casas dos trabalhadores, o engenho, os currais, a oficina de farinha, as roças, o canavial onde o velho coronel Pedro Melo foi barbaramente assassinado por um policial.

peçoal que trabalhava para os fazendeiros não recebia qualquer pagamento. Em geral, trabalhava em troca de comida e moradia. Essa clientela – afirma Leal (1949) – tirava a sua subsistência das terras do coronel, vivendo num estado de pobreza, ignorância e abandono. Nos momentos difíceis, pedia-lhe socorro, comprando fiado no seu armazém ou mesmo pedindo dinheiro emprestado. Era comum contrair dívidas que jamais seriam saldadas.

Os fragmentos abaixo exemplificam a relação coronel-clientela:

*Casemiro matutava. Com ele, sempre os Melo faziam pela mesma forma. Nas fazendas de Artur, como na de todos os criadores, de cada quatro bezerras nascidas um pertencia ao vaqueiro. Mas se um boi espadava, se morria, se sumia, se era roubado por índios, quem pagava era o vaqueiro. O resultado era que vaqueiro estava sempre endividado. Belisário tinha razão: aquilo era roubo e roubo descarado. (ÉLIS, 1967, p.42)*

*- O diabo é que a gente deve, - timidamente ponderava Casemiro. - E como lá diz: quem deve é cativo... Só se pagar...*

*A voz de Belisário veio forte e dura como um trovão: - Norato, tu num paga nunca mais. Quem entre para o serviço deles, quando sai é para a cidade dos pés juntos. (ÉLIS, 1967, p.43).*

Esses trabalhadores sofriam toda sorte de exploração: além da dura jornada de trabalho, o camarada era obrigado a ser um braço armado do coronel (jagunço). O trecho abaixo, uma conversa entre os personagens Belisário e Casemiro sobre o fato de haver exploração no trabalho e a exigência de se tornar cabra do coronel, esclarece bem a situação:

*[...] Belisário continuava dizendo que tinha entrado para o serviço de Artur, mas que não ficaria mais. Não ficava porque eram uns ladrões:- Vigia só. Este ano morreu muito gado com a seca; pois não é que o coronel disse que o gado que morreu era tudo o que me*

*pertencia! O que era dele, esse a seca respeitou! Ora, essa é muito boa! É por essa e por outras que o vaqueiro num apruma, seu Casemiro.(ÉLIS, 1967, p.42)*

*- Não vou obedecer de jeito nenhum o chamado do Coronel Artur. Bem que ele mandou no meu retiro, falar pra mim assim que era para comparecer na Grotta. – O vaqueiro fez uma pausa, o cigarro chupado clareou ambiente debilmente. - Levar cavalo e repetição... – Nova pausa: - Esse negócio de rifle, eu logo pensei comigo, é pra proeza, como aquele ataque no Cartório, em quadra de Reis... Naquele eu fui, porque desconhecia, mas não me pegam mais... Jeito nenhum... (ÉLIS, 1967, p.41-2).*

Também, em seus escritos, Bernardo Élis mostra o coronel buscando um meio de prejudicar o camarada nos acertos. Quando este reivindicava o que era seu ou fugia do ajuste, era caçado como escravo, chicoteado, podendo ser morto. Isso servia de exemplo para os outros camaradas que, mesmo não concordando, acomodavam-se diante de tais violências. O coronel era a lei, ao camarada restava pouca alternativa.

*Baianinho ali estava como um cativo. Era camarada do Coronel Batista, a quem ficara devendo um despropósito. Dívida fantástica, dívida inventada pelo coronel. Baianinho comprava uma rapadura, o coronel assentava duas em sua conta; no mercado a rapadura custava quinhentos réis, nos assentamentos do coronel cada rapadura custava o dobro. Com cinco anos Baianinho devia tanto que não pagaria -ainda que trabalhasse o restante da vida.(ÉLIS, 1979, p.57-8).*

Importante ressaltar que a obra bernardiana apresenta a vida do camponês sob o jugo do coronel como uma realidade sombria, assinalada pela sordidez e opressão. Segundo Palacín (1989), esse quadro é assumido pelas análises feitas pelos cientistas sociais sobre o coronelismo. Esses trabalhos, em geral, destacaram os aspectos de dependência total da clientela diante da prepotência e da irracionalidade do coronel.

### 2.6.1 - O coronelismo no conto “A Enxada”

Ainda na perspectiva da hegemonia local construída por Bernardo Élis, não se pode deixar de ressaltar um conto, talvez o mais divulgado, “A Enxada”<sup>16</sup>. Ao analisar a relação coronel-cliente, veiculada nesse conto, é possível inferir que, por si mesmo, ele constitui um exemplo de referência da literatura goiana no campo da “arte engajada” de denúncia contra o mandonismo.

Todo o enredo de “A Enxada” está relacionado ao drama vivido por Supriano, entregue a Elpídio Chaveiro pelo delegado, para pagamento de uma dívida. Supriano recebeu um pedaço da mata derrubada no qual deveria plantar uma roça de arroz até o dia de Santa Luzia. Como não dispunha de uma enxada e, ainda, sob a constante ameaça de seu dono, começa sua via crucis em busca da preciosa ferramenta. Como não a conseguira, na véspera do dia fatídico, planta a roça, perfurando a terra com suas mãos que foram transformadas na enxada negada pelo patrão e se exibem como “... duas bolas de lama, de cujas rachaduras um sangue grosso corria e pingava, de mistura com pelancas penduradas, tacos de unha, pedaços de nervos e ossos...”. (ÉLIS, 1987, p. 55)

Encerrando a trama, os dois soldados a mando do coronel Elpídio Chaveiro ao deparar-se com aquele quadro repugnante, assim reagem: – “Um

---

<sup>16</sup> O conto “A Enxada”, curta-metragem da série “Caso Especial” da TV Globo, deveria ser exibido na noite de 8/11/1978, mas foi impedido pela censura política. Trata-se de um conto fundamentalmente sociológico que aborda a problemática do trabalhador braçal do campo

soldado que estava ainda em jejum sentiu uma coisa ruim por dentro, pegou a amarelar e com pouco estava gomitando” (ÉLIS, 1987, p.57) e tomou uma decisão inusitada: “...abriu a túnica tirou de debaixo um bentinho sujo de beata vermelha, beijou, fez o pelo-sinal, manobrou o fuzil, levou o bruto à cara no rumo do camarada.”

Retomando a análise de “A Enxada”, a situação social entre desiguais presentes na temática da exploração ao trabalhador do meio rural, da servidão no campo, do sentimento de posse do coronel em relação ao empregado, remete-nos às seguintes relações de forças antagônicas: poder x desprestígio; dominador x dominado; explorador x explorado; arrogância x humildade; riqueza x pobreza. Na realidade, todas essas relações conflituosas são representativas do caráter contraditório ou antagônico do sistema colonial.

Nesse vasto complexo imagístico, encontramos, portanto, a questão da indiferença, da frieza perante o sofrimento, da alienação frente à situação. Supriano, personagem principal do conto, tem o próprio nome reduzido: “Piano”. Ele, símbolo maior do explorado, é também expoente simbólico da alienação, como também o são os “soldados capangas” do explorador, igualmente, seres explorados sem consciência da própria condição de dominados úteis ao perverso dominador.

Os fragmentos abaixo evidenciam o confronto de imagens ao enfatizar a desproporção entre a figura do explorador e do explorado, evidentemente refletindo o ponto de vista crítico do escritor.

*[...] Seu Elpídio disse que o encontro foi por acaso, mas Piano acha que foi muito de propósito. O patrão chegou com rompante, enorme em riba da mulona, as esporas tinindo, as armas sacolejando.*

*- Já plantou a roça? – trovejou ele, mal e mal se vendo a boca relumiando ouro por debaixo do chapéu de aba grande.*

*Supriano explicou que estava vendendo um melzinho, mode comprar uma enxada. Após que tocar lavoura carece de ter ferramenta, o senhor não aprova?*

*Por debaixo do chapéu, entremeio as orelhas da burrona, Piano só divisou um sorriso feroz, de dentes alumiando ouro e vozona de senhor dão:*

*- Está brincando, moleque, mas eu te pego você.*

*Na mesma da hora os ferros das esporas tiniram, os arreios rangiram e a mula chega jogou gorgulho pra trás. Já indo de ida, o Elpídio muito rei na sua homêcia decretou pro riba dos ombros:*

*- Em dia de Santa Luzia, tu ainda nesse dia não tenha plantado o arroz, te ponho soldado no lombo, rã-rã. (ÉLIS, 1987, p.41-2)*

O exemplo acima deixa clara a figura arrogante e impetuosa do coronel Elpídio sobre o vulto humilde e submisso de “Piano”, remetendo-nos a Cohen (1978, p.47) ao afirmar que “os símbolos, através da “mistificação” que criam, permitem à ordem social superar os processos de ruptura criados em seu interior por inevitáveis conflitos de valores e princípios”.

Para Chaul (1994), o requisito básico para o exercício do mando em Goiás era a prática da violência que dava ao coronel fama, reconhecimento. Para ele, a figura do coronel no contexto goiano não se identifica, primordialmente, com o rico fazendeiro, mas com o indivíduo que dispõe de alguns recursos e que conquistou a sua política de mando valendo-se da fama de ser bravo, violento. Portanto, o fato de um coronel ter jagunços, ter fama de violento era elemento imperativo para o exercício do poder. A brabeza física intimidava o adversário.

Em Elpídio Chaveiro, o algoz de Supriano, fica evidenciada essa característica. O fragmento abaixo exemplifica toda a sua crueldade e despotismo bem como a tragicidade da situação. Supriano, na sua incessante procura pela enxada, leva Elpídio a supor que ele estava tentando fugir e, por isso, coloca em seu encalço os dois “soldados capangas” que o conduzem à prisão debaixo de chibatadas.

*Retintim dos ferros dos estribos, dos freios, dos fuzis, das esporas, Piano sentiu-se empurrado na frete dos animais, cano de espingarda cutucando nas costas.*

*- Pera, gente, oi. Eu...*

*Novos empurrões, um nome feio, levantando falso na pobre da sua mãe. De mistura com xingo, um cheiro ruim de arrotos azedos, fedor de cachaça já decomposta no estômago dos soldados.*

*- Pelo amor de Deus, por que estão fazendo isso com a gente, ara?*

*Novos empurrões deram com Piano na lama, um cavalo saltou por cima, lambada de pirai doendo como queimadura de cansação-de-leite. Piano se pôs de pé mal e saiu numa carreira tonta de galinha de asas amarradas que matava os polidores de tanto rir.*

*Dois dias de cadeia sem comer nada. No terceiro dia um soldado o conduziu à casa de Donana, à presença de Seu Elpídio, que lá estava na sua tenência com aqueles braços dependurados, a cara lampejando dente de ouro, o olhar duro mesmo quando se por baixo das abas largas do chapéu de fina lebre.*

*- Rã-rã! Num falei procê que brincadeira com homem fede a defunto! – proclamou ele de riba das esporas sempre retinintes nos cachorros de ferro.*

*Fome, incompreensão, cansaço, dores nas munhecas que o sedenho cortou fundo, ardume das lapadas de sabre no lombo, revolta inútil, temor de tantas ameaças e nenhum vislumbre de socorro – tramelaram a boca de Piano. Só Elpídio continuava forte como um governo.*

*- Agora, negro fujão, é pegar o caminho da roça e plantar o arroz. Santa Luzia tá aí.*

*A necessidade de enxada era tamanha que mesmo naquele transe os lábios de Piano murmuraram:*

*- Sou honrado, capitão. O que devo, pago. Mas em antes preciso de enxada mode plantar.*

*- Cala a boca, sô! Aqui quem fala é só eu. – Elpídio acendeu novamente o cigarro de palha e reafirmou: - Olha aqui, Piano. Hoje é dia onze. Até dia treze, se ocê*

*num tiver plantado meu arroz, esses dois soldados já tão apalavrados. Vão te trazer ocê debaixo de facão, vão te meter ocê na cadeia que é pra não sair nunca mais. Põe bem sentido nisso e pensa sua vida direito, olha lá! – Nesse ponto Seu Elpídio se despropositou. Até parecia que estavam duvidando dele: - Ora, essa é boa. Me fazendo de besta, querendo passar melado no meu beijo. – Assentou-se, levantou-se de um soco, como se o assento estivesse cheio de estrepes. – Quero mostrar presse delegadinho de bobagem que nele você passou a perna, mas que eu, Elpídio Chaveiro, filho do Senador Elpídio Chaveiro, que esse ninguém não logra. Há-de-o! – Riu seu riso de dentes de ouro, deu uma volta muito senhor rei: - É baixo, moreno!”*

Essas relações de poder conflituosos, características da contradição e do antagonismo do sistema colonial constituem um aspecto explorado e esclarecido por Marx (1976) na sua exposição sobre os mistérios dos símbolos e “ideologias do capitalismo”. As relações trabalhistas, a distribuição de renda, as relações de propriedade, enfim, as relações de produção ficam evidenciadas no conto:

*Mas podia Piano lá aceita? Obra de cinco anos, Piano pegou um empreito de quintal de café com o delegado. Tempo ruim, doença da mulher, estatuto do contrato muito estrangolado, vai o camarada não pôde cumprir o escrito e ficou devendo um conto de réis para o delegado. Ao depois vieram os negócios de Capitão Benedito com João Brandão, a respeito do tal peixe de ouro de Sá Donana, e no fritar dos ovos acabou Supriano entergue a Elpídio, pelo delegado, para pagamento da dívida. Com ele, foram a mulher entrevada das pernas e o filho idiota, que vieram para a Forquilha, terras pertencentes a Desidéria e Manuel do Carmo, mas que o filho de Donana comprou ao Estado como terra devoluta. Supriano devia trabalhar até o fim da dívida.*

*Na Forquilha, recebeu Supriano um pedaço de mato derrubado, queimado e limpo. Era do velho Terto, que não pôde tocar por ter morrido de sezão. Como o delegado houvesse aprevenido o novo dono de que Piano era muito velhaco, ao entregar a terra Elpídio ponderou muito braboso:*

*- Quero ver que inzona você vai inventar para não plantar a roça... Olha lá que não sou quitanda!*

*[...]*

*Piano era trabalhador e honesto. Devia ao delegado porque ninguém era homem de acertar contas com esse excomungado. Pior que Capitão Benedito em três dobros. Se, porém, lhe pagassem o trabalho, capaz de aprumar. Não tinha muita saúde, por via do*

*papo, mas era bom de serviço. Assim, diante da zoadada do patrão, foi pelando-se de medo que o camarada arriscou um pedido:*

- *Me perdoa a confiança, meu patrão, mas mecê fia a enxada da gente e na safra, Deus ajudando, a gente paga com juro...*

- *Ocê que paga, seu bedamerda! – E Seu Elpídio ficou mais irado ainda. – Te dou enxada e ocê fica devendo a conta do delegado e a enxada pro riba. Não senhor. Vá plantar meu arroz já, já.*

- *Meu patrãozinho, mas plantar sem... – Seu Elpídio o atalhou: -Vai-se embora, nego. E se fugir te boto soldado no seu rasto.(ÉLIS, 1987, 40-41)*

Pelo fragmento acima, percebe-se como Piano se torna propriedade de Elpídio, símbolo do poder, dos mandos e desmandos dos senhores, no interior goiano. Esse senhor tem a força do poder que, em vez de ajudar o menos favorecido, leva-o, pouco a pouco, à degradação humana. É assim que forçado pelas circunstâncias, pelo tempo e movido pelo medo, Supriano deixa de ser Supriano/ser humano, transformando-se em objeto. Suas mãos transformam-se em enxada para perfurar a terra e plantar a roça, dentro do tempo exigido (dia de Santa Luzia).

*O Camarada tacava os cotos sangrentos de mão na terra, fazia um buraco com um pedaço de pau, depunha dentro algumas sementes de arroz, tampava logo com os pés e principiava nova cova. Estava nu da cintura pra cima, com a saia de baixeiro suja e molhada, emprestando-lhe um jeito grotesco de velha ou de pongó.*

[...]

- *Óia, ô! Pode dizer pra Seu Elpídio que tá no finzinho, viu? Ah, que com a ajuda de Santa Luzia... – E com fúria agora tafulhava o toco de mão no chão molhado, desimportando de rasgar as carnes e partir os ossos do punho, o taco de graveto virando bagaço: - ... em ante do mei-dia. Deus adjuntorando... (ÉLIS, 1987, p. 56-7)*

Piano, símbolo do explorado, do indefeso, do humilde, é coisificado. Suas mãos perfuram a terra, regando-a com seu próprio sangue. Ele luta contra

todas as adversidades, demonstrando apego à vida, mas não é compreendido, sendo massacrado até a morte pelo despotismo coronelístico.

Encerrando essas considerações acerca da arrogância e da exploração contida no conto “A Enxada”, é pertinente um trecho da análise feita pela Dra. Maria Terezinha M. do Nascimento (1987, p. 85) em que ela destaca “A Enxada” como símbolo da nossa literatura de denúncia social contra a exploração do trabalhador rural.

[...]

*Supriano lutou, à sua maneira, todo o tempo, contra as adversidades. Se não as venceu, também não fugiu à luta, embora o mundo configurasse-se-lhe incompreensível. [...]*

*A bondade natural, a vontade de trabalhar, o apego à vida, não são características apenas de Piano, mas de todo ser humano que aspira viver condignamente e que, no entanto, não possui armas para ir à luta.*

*O homem rural continua hoje, mais que antes, a ser explorado. Eis a denúncia social artisticamente feita por Bernardo Élis, eis também o nosso eterno dilema: o quanto temos de Piano e Elpídio? Até onde vai o engajamento do homem na luta pela sua própria dignidade, quer viva em centro urbano ou rural? Aí está, creio eu, o caráter de universalidade deste conto que o mantém sempre atual.*

### **2.6.2 – O coronelismo no conto “Dona Sá Donana”**

No conto Dona Sá Donana, Bernardo Élis faz uma abordagem sobre a viúva de um figurão do sertão, Senador Elpídio Chaveiro, descendente direto do coronel Ignácio de Moraes Chaveiro. Dona Sá Donana, orgulhosa de seu *status* de primeira dama dos Chaveiros, herdara todas as características de um coronel.

Essa senhora, já numa fase de decadência, em virtude da morte do marido e da perda gradativa dos bens, jamais perdera, ainda que apenas na

presença de outras pessoas, a energia, a arrogância, a falta de respeito com os menos favorecidos, as atitudes de mandos e desmandos dos coronéis.

[...]

– *Té logo, Sá Donana.*

– *Cedo, gente – respondia a velha voltando de suas locubrações e acompanhando o pessoal até a porta da rua. Mal os parentes se afastavam, fechada a pesada porta do meio do corredor, Donana principiava a dar ordens, enérgica:*

– *Evona, Evona! Inda num pilô esse arroz pra janta? Que preguiça, meu Divino. Bamo vê, bamo!*

*Essa energia toda era para espantar o medo. Emergida do meio dos fantasmas de seus antepassados, do meio de uma gente que a mania de nobreza da velha figurava rodeada de fausto e grandeza [...]*

*Já muito velha, pé-pé, Evona corre daqui prali, resmungando na sua língua trôpega, sem atinar com coisa alguma. “Ah, se o Guarda-mor topasse uma negra lerda como aquela! Que será que ele não faria, meu Divino?” – Pensava Donana, em silêncio ri, o rosto iluminado de uma estranha força, perdida nos retalhos de seus memórias.*

Outra característica de Donana, peculiar aos coronéis, era a convicção de que eles estavam acima de tudo, acima da lei. Já foi afirmado anteriormente que o império da lei e o exercício da lei, para o coronel, pouco ou quase nada representavam. Isso fica claro no trecho abaixo que mostra a reação de Donana quando foi informada de que a loja de seu sobrinho Evangelista fora fechada:

– *Me contaro que o fiscal fechou a porta da loja de Evangelista, Tatico. Foi de vera?*

[...]

*Tatico procurava explicar o caso. [...] Evangelista não tinha pago o imposto devido, logo não podia negociar.*

[...]

– *Que mané imposto que nada, Tatico! Quede as calças, isso sim! – Donana dizia e balançava os brincos de outro. – Chaveiro tá dono em água de barrela, isso que é verdade.*

[...]

*Ali quem mandava tinha que ser os Chaveiros e pronto. Eles viam os donos, eles é que descobriram o lugar, fizeram a cidade, povoaram a região. Prefeitura, lei, postura municipal eram besteiras. (ÉLIS, 1987, p. 115-116)*

Tudo o que foi descrito e narrado anteriormente acerca do coronel (seu modo de agir, de viver, de ser) reflete uma postura hegemônica, a saber, um processo de direção, de dominação, de conquistar alianças que, segundo Gramsci (apud Gruppi, 2000, p.3) “opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”. Trata-se de um poder hegemônico justamente porque aceito por todas as instituições, inclusive pela Igreja que, naquele momento histórico, era a única instituição reconhecida, aceita e com possibilidade de penetração em todas as camadas sociais. O vigário, quase sempre presente naqueles ermos sertões, era o orientador, nas mais diversas situações e, como intelectual e, ainda, aliado ao poder político, possuía a capacidade de persuasão, conduzindo o rebanho não só para aceitar bem como para apoiar o líder local, um coronel.

## **CAPÍTULO 3**

### **3 - DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA DO CORONEL E SUBMISSÃO DA IGREJA**

No capítulo anterior, ficou evidenciada a hegemonia da classe coronelística da República Velha bem como as bases da relação coronel-clientela fundamentadas na valentia, na malvadeza, no jugo opressor do coronel sobre a clientela – elementos presentes nos escritos bernardianos. Tal hegemonia deve ser entendida como um modo de a classe dominante dirigir e imprimir a sua ideologia na consciência da classe subalterna.

O vocábulo hegemonia vem do grego eghestai, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”; ou também do verbo eghmoneuo, que significa “ser guia”, “preceder”, conduzir, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. Por eghemonia, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe

militar, o guia, o comandante do exército. Também, hegemonia designava a preponderância política e direção militar que um estado importante exercia em relação a uma confederação. Por exemplo, na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas entre si. (VELHO, 1986)

Do ponto de vista da sociologia e da antropologia, hegemonia pode significar a preponderância de um tipo de cultura sobre outras existentes, porém assimiladas pela cultura hegemônica. (OUTLWAITE, BOTTOMORE, 1996)

Hegemonia, tradicionalmente, era entendida como o domínio de um país ou governantes sobre outro ou, ainda, poderia significar o princípio em torno do qual um grupo de pessoas se organizava.

Com Gramsci (apud, Gruppi, 2000), além de se aplicar internacionalmente ao domínio de um país sobre o outro, indica o princípio organizador de uma sociedade na qual uma classe se impõe às outras, não apenas através da força mas também mantendo a sujeição das massas.

A sujeição pode ocorrer por meio de reformas e concessões de conformidade com os interesses dos diversos grupos, por exemplo, sobre o modo como as pessoas pensam. Hegemonia no sentido moderno indica, pois, a força de maior aquiescência. Nesse caso, hegemonia está se referindo à liderança intelectual e moral e se relaciona à função de sistemas de idéias ou ideologias na manutenção da estrutura de uma sociedade em particular.

Já Gruppi analisando Gramsci, apresenta um conceito de hegemonia, tendendo para a linha marxista:

*A hegemonia é isto: determinar os traços de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo (GRUPPI, 2000, p.59).*

No modo de produção capitalista, a concepção de hegemonia toma uma direção um tanto diversa. É Vianna (apud Gruppi, 2000) quem afirma que nesse sistema, é condição para que as classes dominantes possuam além de domínio, função e papéis de direção, que sua concepção de mundo seja generalizante, fazendo parte até mesmo do senso comum das massas.

Vista por esse ângulo e, conforme as reflexões de Gramsci (2000), a hegemonia pressupõe uma classe subalterna, ou seja, ela se origina em virtude da existência de grupos sociais subalternos com suas ideologias e fins (mesmo inconscientes). Entretanto, esses grupos não participam de formações políticas, não influem nos programas públicas, não têm reivindicações bem como não conseguem perceber novas formações grupais dominantes. Assim sendo, “essas massas populares não são o sujeito e os protagonistas, mas antes o objeto dos eventos históricos, elas são arrastadas pela hegemonia das classes desligadas dos interesses dos estratos populares profundos”. (GRAMSCI, apud Gruppi, 2000, p.84)

A hegemonia de uma classe não ocorre por acaso. É ainda Gramsci (apud Gruppi, 2000) quem afirma que a hegemonia é um processo que se realiza enquanto descobre mediações, ligações com outras forças sociais,

enquanto encontra vínculos também culturais e faz valer no campo cultural as próprias posições. Ora, segundo Lenin<sup>17</sup> (apud Gruppi, 2000) uma concepção dominante tem como tarefa manter a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia. Partindo desse princípio, afirma Gruppi (2000) que a hegemonia é a capacidade de unificar por meio da ideologia e de conservar um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Assim, uma classe é hegemônica, dirigente, dominante, até o momento em que, por meio de sua ação política, ideológica, cultural, consegue conservar articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda.

Já foi afirmado que são vários os canais para se fazer chegar às classes subalternas a ideologia da classe dominante, por meio dos quais esta classe procura construir a própria capacidade de modelar a consciência de todo um bloco social, a própria hegemonia. (GRAMSCI, apud Gruppi, 2000). Dentre esses canais legitimadores da supremacia estão a escola, a política e a igreja, lembrando que esta foi a instância que mais legitimou o mandonismo local. Ao analisar a religião, como canal legitimadora da ideologia dominante, concebe Gramsci que o “catecismo é considerado como um livro fundamental elaborado com extrema sabedoria pedagógica, a fim de imprimir precocemente em grandes massas uma determinada concepção de

---

<sup>17</sup> Para esclarecimentos sobre a noção e os pressupostos do conceito de hegemonia em Lênin ver Gruppi, 2000, I, II, III capítulos, já que o termo hegemonia, para Lênin é empregado “numa situação histórica inteiramente diversa em face da revolução russa.” (p.6)

mundo”.(p.68). É, ainda, Gramsci quem sustenta que a atitude da Igreja face às camadas populares é uma atitude de condescendência, de benevolência e não de identificação humana.

Voltando para a realidade brasileira, no período da Primeira República, pode-se afirmar que a Igreja, forte aliada do poder local, põe-se a serviço dos donos da terra em todo o território nacional e, em Goiás, essa realidade é insistentemente ressaltada nos escritos bernardianos. As narrativas de Bernardo Élis demonstram que a possibilidade de a Igreja influir na consciência do povo ocorre graças a profunda religiosidade popular—traço da cultura inerente, sobretudo, à população interiorana.

### **3.1 – Características gerais da religiosidade popular brasileira**

A religiosidade popular, ou melhor, o catolicismo popular é um traço marcante da cultura brasileira. Notadamente, no interior do país (cidades, vilas, zona rural), esse traço é um determinante da identidade do povo interiorano. Talvez seja por esse motivo que Brandão (1980) afirma ser o estudo da religião a melhor maneira de se compreender a cultura.

A literatura, registro e preservação das tradições de um grupo social, retrata com fidelidade as crenças e os rituais pertinentes a essa religiosidade, mostrando-a como uma chama viva que impulsiona o povo em sua caminhada e no enfrentamento das vicissitudes da vida. Para o propósito

dessa pesquisa, faz-se necessário discorrer um pouco sobre esse traço cultural determinante da gente brasileira.

Sabe-se que o catolicismo que chegou ao Brasil foi essencialmente o catolicismo popular dos últimos séculos da Idade Média. Segundo Comblim (apud Oliveira, 1970) a única coisa que o Brasil recebeu da Idade Média foi a religião popular dos portugueses.

Importante ressaltar que a evangelização no Brasil, no período colonial, teve acentuados condicionamentos do padroado régio, uma concessão dos papas aos monarcas considerados muito católicos e comprometidos com os interesses da Igreja. Esses monarcas eram investidos de poderes pontifícios para administrarem, nos seus respectivos territórios, a Instituição Eclesiástica, promovendo e sustentando as obras religiosas. Fica, assim, estabelecido um compromisso entre o Estado, na pessoa do rei – que passa a exercer uma dupla função: é ao mesmo tempo chefe político e superior religioso – e a Santa Sé, com o objetivo de promover a cristandade. (MATOS, 2000).

A Cristandade, que significava a utopia de construir uma sociedade integralmente cristã, isto é, a religião cristã devia penetrar todos os segmentos da vida, tanto do cidadão como da coletividade, caracterizava-se, portanto, pela fusão dos interesses políticos, econômicos e sociais com os objetivos religiosos, ocorrendo o fenômeno da nacionalização da fé e a sacralização do Estado.

Com a união da Igreja-Estado, em virtude do padroado, criava-se uma total dependência da Igreja em relação à Coroa: todos os eclesiásticos

submetiam-se oficialmente à autoridade “sagrada” do rei. Ele deliberava sobre a nomeação de candidatos aos bispados e paróquias, sobre a quantidade e onde poderiam estabelecer-se de acordo com os interesses civis. Cabia, ainda, ao Estado remunerar o clero, considerado seu funcionário bem como dispor dos dízimos eclesiásticos – uma espécie de imposto, oficialmente de 10%, sobre as rendas obtidas pelos colonos.

Entretanto, conforme afirma Matos (2000), os salários pagos aos eclesiásticos ficavam muito aquém das suas necessidades reais, além de estarem quase sempre em atraso. Ainda, os dízimos, com freqüência, eram desviados de sua finalidade religiosa.

Com toda essa gama de problemas, o padroado, que nasceu para favorecer a catequese e a implantação da Igreja nas “novas terras” , limitou em muito a sua ação evangelizadora, perdendo, até certo ponto, seu significado religioso.

Face às considerações acima, podem-se fazer algumas afirmações acerca do catolicismo no Brasil. Primeiro, essa nação, desde o começo, entrou na unanimidade religiosa: cada brasileiro nasceu destinado ao batismo católico. Assim, ser católico foi sentido quase que como fato da natureza, sendo que a unanimidade religiosa tendia para reduzir o Catolicismo ao elemento que correspondesse à unanimidade espontânea de um povo: o estilo cultural. Segundo, esse Catolicismo, sendo marcado pela Contra-Reforma Tridentina, não sofreu o contrapeso da reforma e do passado medieval. Na verdade, como resultado do Concílio de Trento, ocorre a

dicotomia do culto católico: de um lado um culto oficial rígido, de outro, plena liberdade, na religião popular, ao sentimentalismo, às interpretações supersticiosas. Enfim, o Brasil (colônia) recebeu da Idade Média a religião popular dos portugueses sem a armadura da Igreja Medieval. Essa religião popular continuou seu desenvolvimento espontâneo, misturou-se com contribuições indígenas, africanas, tomando a figura de uma religião muito familiar, patriarcal, de uma simplicidade paradisíaca. (COMBLIN, apud Oliveira, 1970).

Portanto, ao lado da Igreja oficial, guardiã da ortodoxia, é transplantado para o Brasil o Catolicismo Popular. Convém lembrar que Igreja Oficial é caracterizada pela sua mediação para a participação na vida da Graça neste mundo e no outro, e o conjunto de atos que expressa essa realidade são os Sacramentos. O traço essencial do conjunto de atos religiosos é o envolvimento do fiel na vida da Igreja, pois só esta tem autoridade para a distribuição dos sacramentos que têm como finalidade intrínseca o estabelecimento ou o reforço da relação de filiação do homem a Deus, com toda a sua riqueza e todas as suas conseqüências no campo moral. (OLIVEIRA, 1970).

Já o Catolicismo Popular tem como características não só a relação de amizade do fiel com os “santos” bem como a crença na intervenção de entes sagrados em favor do fiel nas dificuldades deste mundo. E dificuldades na luta pela sobrevivência, no dia-a-dia, não faltavam nessas “novas terras”. Assim, o povo recorria aos santos para fazer frente aos inúmeros obstáculos com que

se defrontavam. E de acordo com a mentalidade desenvolvida na Idade Média, os santos estavam sempre a postos para cuidar de uma variedade de eventualidades diárias. Tanto que cada ofício medieval contava com a proteção de seu santo especial, que era venerado corporativamente.

*Nossos pintores tinham Lucas, nossos tecelões tinha Estevão, nossos moleiros tinham Arnoldo, nossos alfaiates tinham Goodman, nossos remendões tinham Crispino, nossos oleiros tinham são Gore com um diabo no ombro e um pote na mão. Existia algum curador de cavalos melhor [...] do que são Loy? Ou um melhor castrador de porcos do que santo Antônio? Ou um melhor arrancador de dentes do que são Apolônio?*

*São Roque era bom para a peste, são Petrônio para a sezão. Quanto à santa Margarida, era melhor que Lucina como parteira, [...] sob cujo aspecto santa Marpúrgis junta-se a ela em parceria. Para os loucos e aqueles que são possuídos por demônios, são Romano era excelente, e o frei Rufino também era bastante habilidoso nessa arte. Para bolhas e biles, Cosme e Damião; santa Clara para os olhos. Santo Apolônio para os dentes, são Jô para doenças de pele. E para seios doloridos, santa Ágata. (KEITH, 1991, p.37)*

Enfim a adoração dos santos fazia parte integrante da estrutura da sociedade medieval, tendo cada Igreja seu santo padroeiro. (Keith, 1991).

Uma série de atos religiosos praticados pelo fiel, individual ou coletivamente, expressa sua relação de devoção pelos santos: oração, terço, festa do Santo Padroeiro, procissão, novena de preparação da festa, romaria, consagração à Nossa Senhora ou aos santos, acender vela ou colocar flores diante de imagens de santos etc.

Os poderes popularmente atribuídos aos santos eram um dos aspectos da religiosidade popular da Idade Média. As fórmulas desenvolvidas pelas autoridades eclesiásticas, para atrair a bênção prática de Deus, também, ocupavam um espaço significativo nessa religiosidade. Dentre elas, destaca-se a água benta, utilizada para afastar os maus espíritos e vapores

pestilenciais. Era usada como remédio contra doença e a esterilidade, instrumento para benzer casas e alimentos. (Keith, 1991). Ainda fazem parte desse repertório de fórmulas a queima de palma ou palha benta, a queima de vela, o uso de objetos protetores de diferentes espécies (medalhas, escapulários, terço e amuletos contra o azar etc).

Enfim, o homem religioso da Idade Média contava com um grande reservatório de poderes mágicos, que podiam ser empregados para uma série de finalidades seculares. Sabe-se, também, que muitas dessas práticas mágicas eram contestadas com maior ou menor energia pelas autoridades eclesiásticas. Porém “o consolo oferecido por tais práticas era grande demais para que a Igreja o ignorasse; se de qualquer forma o povo ia recorrer à mágica, seria melhor que fosse uma magia sobre a qual a Igreja tivesse algum controle.” (KEITH, 1991, p.53).

Todas essas práticas de religiosidade popular foram entrando e ocupando espaço nessas “novas terras” à medida que se processava a sua colonização. E persistiram ao longo dos anos, constituindo a representação de religiosidade não só da maioria do povo desfavorecido bem como dos coronéis, já na Primeira República. Aliás, eram os coronéis que, até certo ponto, garantiam algumas práticas de religiosidade, doando novilhos para as quermesses, sendo o Imperador da Festa do Divino etc. Essas práticas ocuparam um espaço com tanta força e com tanta significação que, ainda hoje, milhares de pessoas recorrem a elas para enfrentar as inúmeras dificuldades do dia-a-dia.

Como foi ressaltado no início, a literatura retrata a realidade de um grupo social, os fatos cotidianos, os fatos históricos, enfim, a cultura de um povo. E Bernardo Élis, prosador regionalista que relata em suas obras a vida do interior de Goiás, descreve, com muita propriedade e respeito, as práticas do Catolicismo popular em meio às peripécias de suas narrativas: misto de realidade e ficção, meio do qual se utiliza para desenvolver sua literatura engajada – denúncia que busca a transformação social – como pode ser visto no decorrer deste trabalho.

### **3.2 – A religiosidade popular nos escritos bernardianos**

Qual é a representação de Bernardo Élis acerca da religiosidade do homem do interior goiano<sup>18</sup>? O autor descreve a religiosidade do povo – que afinal também era a mesma do coronel – demonstrando aceitação, respeito. Os festejos religiosos populares, as devoções a Santos, os rezadores, os benzedores, os elementos simbólicos (vela, água, palha, imagem, cruz, escapulário) são amplamente utilizados em suas narrativas, numa demonstração da profunda fé do povo em toda a sua simplicidade. Observa-se que, em nenhum momento, o autor manifesta ironia, desprezo, desdém, por esses diversos rituais da crença popular.

---

<sup>18</sup> Quanto à representação social de Bernardo Élis, pela sua autobiografia e pelos seus escritos, pode-se inferir que ele tinha a percepção da existência de duas classes sociais bem distintas: uma detentora de poder econômico e político e outra pobre, oprimida e subjugada. Entre essas duas classes, a Igreja, mediando uma acomodação, ao invés de uma mudança.

Veja-se como os vários rituais de religiosidade são apresentados nos escritos bernardianos com riqueza de detalhes.

As festas populares de amplitude nacional, pertinentes ao catolicismo, são evocadas pelo autor como um importante, talvez o único, espaço de sociabilidade.

*ERA um são joão com todas as exigências protocolares : terreiro varrido, no meio dele, descansando num X de varas de pindaíba, o mastro pintado de tauá e oca e com o pé à beira do buraco tapado com um caco de telha. Ao lado, a fogueira. Dentro da sala, num altar, a bandeira daquele santo brabo que comia gafanhotos. Na frente da casa erguia-se o copiá de piteira e folhas de bananeiras.*

*Era a ave-maria e reunia-se um povão na chácara [...]*

*Depois da reza, saiu a procissão perfumada da cera queimada dos rolos.*

*-"Viva São João Batista". O mastro principiou a levantar-se e foguetes rápidos sangraram com arranhões felinos a bondade azul de um céu agora todo empapado de luar. A fogueira batia palmas na noite doce, jogando contra as estrelas punhados de áscuas rubras, iluminando a frente da casa, o curral fronteiro, os campos longes.*

*Serviam café com bolo de mandioca. O pessoal barulhento, risonho, cercou a fogueira. Um balão começou a subir. Não. É mentira. Não há balões nos sãjoões analfabetos das roças. O que começou a subir pelo céu, mais belo que um balão, foi uma moda de viola. Chorosa, longa, com sabor de arrependido de banzo.*

*Assavam batatas, arrebetavam pipocas, enquanto tiravam as sortes, e um velho, hierático, com pés descalços, atravessava sobre as brasas vivas. Depois uma sanfona começou, fanhosamente, a arrastar pela poeira o ritmo canalha da mazurca e a moçada entrou para o "rasta-pé", deixando a fogueira quase sozinha.*

*[...]*

*- Esta festa é nacional. Muito nacional e sobretudo católica, - falava um velho, de óculos e cachênê, ao vigário.*

*Seu vigário, que já havia aquecido a frente do corpo, virou a parte traseira para a fogueira e ficou balançando a batina:*

*- É. Isso mesmo. Aliás catolicismo e nacionalismo, no Brasil, se confundem.*

*O homem do cachênê (seu Jeremias não sabia quem era – devia ser de fora) impôs gravemente suas mãos ao fogo, num gesto grandioso de ritual sagrado:*

*- Justamente. Justamente. (ÉLIS, 1987, p.144-145)*

Importante lembrar que a Igreja Oficial acatou as manifestações de religiosidade popular como forma de manter os fiéis ligados à Instituição. O clero não só aceitava como também se fazia presente nesses festejos organizados pelo povo, como pôde se ver no fragmento acima em que o padre participa da festa de São João e, ainda explicita a idéia – que por sinal é a do autor/narrador – de que se tratava de uma festa de âmbito nacional e sobretudo católica, confirmando a assertiva: catolicismo como marca de identidade nacional. Por sinal, um dos elementos culturais que mais evidencia a nacionalidade do povo brasileiro.

Outra festa religiosa de caráter popular constantemente retomada por Bernardo Élis em seus escritos é a Festa do Divino. Festa bem goiana, comemorada com muita fé em várias cidades do interior do Estado de Goiás, com afluência de multidão de devotos.

*Olhava-se para a beira da Mata, vinha gente. Olhava-se para o lado do Barreiro, vinha gente. Para onde quer que se olhasse estava gente chegando para a festa do Divino Espírito Santo: gente de a cavalo, cargueirama, carros de bois e uns poucos a pé.  
[...]*

*Seu Amadeus das Porteiras tinha sido sorteado Imperador do Divino e estava numa lavoura desde uns seis meses, preparando os doces e as bebidas para a mesada. Esse trabalho ocupou Inácio de Flores, Maria do Galdininho e outras mulheres hábeis na fabricação das verônicas, alfinins, doces de cidra e mamão, as quais favoreciam o festeiro no arranjo dos enfeites para a mesada.*

*Meio-dia, o sino repicava e redobrava, os foguetes estralavam no ar. Mestre Francisquinho comandava a bandinha que espantava a quieteza e chamava para a porta*

da igreja a meninada roceira, cada qual com a cara mais espantada por baixo dos chapéus novos desajeitados.

[...]

Liduvino acabava de aportar do último pouso de folia na roça. O homem não chegava para quem queria, tocando sua rabequinha ora aqui, ora ali, recebendo chamados de Julião para adjutorar nos ensaios dos congos, com o Imperador do Divino num empenho danado para ele dar um empurrão na fazeção da festa.

(ÉLIS, 1987, p. 58-9)

O fragmento abaixo exemplifica um profissional do sagrado, detentor de um poder muito grande na cultura popular do sertão. Isso ocorria onde o poder do padre não chegava, conseqüentemente, o leigo benzedor, o rezador destacava-se. Assim profissionais como Liduvino realizavam suas práticas de bênçãos e de rezas, utilizando-se de jaculatórias, orações, dizeres apropriados, sobre crianças, adultos, animais, plantações de acordo com cada necessidade. Enfim, recorriam às entidades sagradas para obter um benefício concreto para aqueles que por eles procuravam.

*Ele era carapina de profissão, mas também defunteiro e tocador de rabeça.[...] Arriba de tudo, e por isso que ficou por derradeiro na apresentação, era o rezador mais famanaz de toda região. Benzeção de cobra, quebrante, ar-virado, urucubaca de qualquer espécie, isso era com ele e com mais ninguém. Quando tinha gente em artigo de morte, vinham chamá-lo por ser hábil em ajudar cristão a morrer. Ah, o Liduvino era célebre! Um fazendeiro de perto de Araguari veio buscar o compadre Liduvino para ajudar o pai que havia meses vinha não morrendo. Prazo de dois dias Liduvino estava soletrando o diga-jesus-comigo, irmão; e o moribundo nem estremeceu: acabou que nem um capim queimando.*

(ÉLIS, 1987, p.5)

A utilização de elementos simbólicos em situações de temor, também, aparece freqüentemente nas narrativas de Élis, tais como a queima de palha benta e o uso de bentinho, conforme fragmentos abaixo:

*QUE É ISSO? — perguntei espantado, levantando-me.*

*Devia ser muito tarde, meu pai olhava a rua pela greta da janela semicerrada. Minha mãe, ajoelhada na alcova, queimava palha benta numa vela igualmente benta, como nos dias de chuva braba..*

*- Que é isso? — tornei a perguntar ainda mais assustado.*

*- Psiu! - fez mamãe atravessando o indicador sobre a boca e, baixinho: — venha ajoelhar-se aqui para rezar a “magnífica”.*

*Daí a pouco ouvi um barulho de corrente se arrastando nas pedras das calçadas, lá fora. A cachorrada latia desesperadamente pela cidade inteira. Os do largo do cemitério latiam e os da rua de baixo respondiam. A estes, os do largo da matriz secundavam, e depois a cidade toda era latidos.*

*Mamãe olhou para mim de um jeito estranho e eu balbuciei:*

*- André Louco.*

*Ela não respondeu; continuou rezando a “magnífica”<sup>19</sup>. (ÉLIS, 1987, p. 18)*

No exemplo acima, verifica-se que a personagem queima palha benta, acende uma vela igualmente benta e reza magnífica com a finalidade de aplacar a fúria do louco e reconquistar a paz para todos. Essa prática ainda é comum, principalmente no interior, em ocasiões de tempestade.

O uso do bentinho ou escapulário é igualmente bastante adotado por pessoas fervorosas.

*Aí o soldado abriu a túnica, tirou de debaixo um bentinho sujo de baeta vermelha, beijou, fez o pelo-sinal, manobrou o fuzil, levou o bruto à cara no rumo do camarada.*

Interessantes são as descrições de Élis sobre a religiosidade do coronel, com os rituais das suas orações cotidianas e freqüência à Igreja.

---

<sup>19</sup> Magnífica é a expressão e canto de Izabel, quando N.Sra. foi visitá-la por ele estar esperando um filho (João Batista).

*...Enquanto o relógio não batia, ia aproveitar para fazer sua oração manhãzeira. O coronel se levantou, foi até o oratório, se ajoelhou, fez o sinal-da-cruz, rezou o padre-nosso, uma ave-maria, uma santa-maria, um senhor-meu-jesus-cristo, depois persignou-se, levantou-se e pegou a vestir a roupa.*

*(ÉLIS, 1987,p.9)*

*Nesse ponto, porém, soou o derradeiro toque para a missa do galo e o coronel se pôs de pé, no que foi seguido de todos os demais. Ao mesmo tempo, papagueando e rindo lá se iam velhas, moças e meninas rumo à igreja, pela estrada larga, sombreada de árvores, que partia da chácara do coronel até a entrada da rua.(ÉLIS, 1987, p.40*

Nos dois fragmentos acima, fica claro que as práticas religiosas do coronel são as mesmas do povo: fazer as suas orações cotidianas e freqüentar a Igreja, participar das missas. Aliás, é de conhecimento geral que ao coronel e à sua família era reservado um banco especial, um lugar de honra, na Igreja, bem à frente. Tal fato era visto com naturalidade por todos já que ele oferecia as maiores doações, inclusive, os bancos da Igreja.

Além de o coronel demonstrar a sua religiosidade, ele manifesta o desejo de continuar a ter as honrarias de longa tradição familiar e, ainda, sacramentar o seu *status* de homem de poder.

*Na sua cama, o coronel acordava com os tiros e adeus sono. Garrava a pensar naquele negócio das filhas querendo mudarem-se da cidade. Como o problema o amolava! Não. Não sairia. Definitivamente que não sairia. Morreria ali, onde era estimado de todos, onde tinha coisas, suas fazendas, seu gado, seus pastos, seus compadres, onde mandava e desmandava. Que fossem as filhas, que fosse a mulher. Ele nasceu ali e ali morreria; seria enterrado no pé do altar-mor, como o pai e o avô. Era uma honra ter sepultura no Igreja. Mas será que ainda era permitido isso? Precisava perguntar ao vigário, que muitas vezes carecia de outorga do papa ou de uma alta autoridade. Mas era quase certo que ele obteria. Então iam lá se*

*opor a esse seu desejo, a esse seu quase direito, pois que lá estavam o pai, a mãe e o avô! (ÉLIS, 1987, p.28)*

Percebe-se aí que o coronel, ao querer usufruir das mesmas prerrogativas destinadas ao clero, reforça a constatada aliança entre padres (Igreja Institucional) e coronéis. Igualmente fica evidenciada a sua presunção, a sua arrogância, o seu poderio econômico.

Com sensibilidade e benevolência, o prosador evoca em seus narrativas a fé e confiança do povo no seu santo de devoção.

*E cavucaram com perigo de todo mundo ficar sepultado, mas a Valença é que veio monsenhor e benzeu a terra e deixou assim uma imagem da Senhora d' Abadia, escorando o chão por riba dos trabalhadores. (ÉLIS, 1987, p.139)*

Os diversos exemplos acima deixam claro, portanto, a posição do autor em suas narrativas: as práticas de religiosidade popular são rituais naturalmente incorporados ao cotidiano do povo, ou seja, inerentes a sua vivência, às suas lutas, muito embora, em alguns depoimentos, Bernardo Élis explicita a idéia de que o ser humano deve ser sujeito de sua própria história, isto é, não confiar sua vida a poderes sobrenaturais. Esse é um fundamento da ideologia comunista.

### **3.3 – A relação harmoniosa entre a Igreja e o coronel**

Reportando a Bernardo Élis, escritor regionalista – que aborda em suas obras temas universais – ao denunciar as práticas abusivas dos coronéis, sutilmente permeia uma crítica à Instituição Religiosa (padres ou Igreja

Institucional) pela sua convivência e submissão aos desejos dos poderosos donos da terra.

Em seus escritos, pode-se perceber a existência de uma relação harmoniosa, íntima entre o padre e o coronel do município: o padre é compadre do coronel, freqüenta a casa deste todas as noites, o coronel lidera determinados rituais religiosos. Por outro lado, o povo recorre ao coronel, quando da ausência do padre, para buscar soluções frente às necessidades de ordem religiosa. Ademais, é o coronel quem faz as maiores doações à Igreja local, a começar pelo terreno para a sua construção.

Os fragmentos a seguir confirmam essas afirmações.

*Da igreja, ia ele para a casa de seu compadre, o Coronel Possidônio, onde ficava até as nove horas, quando ia para casa dormir.*

[...]

*O vigário desceu no seu passo ainda mais vagaroso para a casa do coronel. Chegou, assentou-se no canapé, que era seu lugar de honra, e ficaram conversando aquela conversa escassa, quase inaudível do vigários.*

[...]

*Aí, veio uma mocinha com a bandeja de café, biscoitos de farinha de milho, uns butelos terríveis para desmanchar na mão da gente. A conversa interrompeu-se, enquanto os dois homens sorviam o líquido quente e cheiroso, mastigando a "mistura". Depois o vigário e o coronel acenderam cada qual seu cigarrinho de palha, sopraram boas baforadas, e o vigário reatou o fio do diálogo:*

(ÉLIS, 1987, p.92)

O excerto abaixo ilustra a liderança do coronel em um ritual religioso.

*Nisso, uns sons de campainha vieram se aproximando, com tropéis batucando nas calçadas, no corredor, e a irmandade do Santíssimo encheu a sala. Na frente o coronel empunhado a cruz de prata. De um lado o escrivão, do outro Capitão Benedito, a que seguiam vários homens e, por fim, atrás de tudo, Seu vigário e os acólitos.*

Retomando o estreito relacionamento entre Igreja Institucional (padre), sabe-se que as doações dos coronéis à Igreja constituem fato histórico. Por exemplo, consta dos relatos da fundação da cidade de Corumbá que foi o tataravô de Bernardo Élis, o mais rico minerador dos idos anos de 1755, quem doou a imagem de Nossa Senhora da Penha de França à capela do arraial que surgia. Essa é até nossos dias a padroeira da cidade a quem o corumbaense venera com pia devoção, realizando em sua homenagem uma grande festa que se repete a cada ano.

Em contrapartida, a Igreja retribuía ao coronel os préstimos com apoio quase irrestrito às suas ações bem como oferecia amparo espiritual, abençoando todos os passos, todos os empreendimentos desses poderosos donos da terra, já que eram igualmente os benfeitores de outras edificações locais.

*O coronel comprou lá embaixo dinamite e meteu a bomba nas pedras, jogou a serra de costas no vale, e lá se foi o desgranhento do rego de toadinha, e que vai e vai (...) E cavucaram com perigo de todo mundo ficar sepultado, mas a Valença é que veio monsenhor e benzeu a terra e deixou assim uma imagem da Senhora d'Abadia, escorando o chão por riba dos trabalhadores.*

(ÉLIS, 1987, P.139)

Toda esse cumplicidade relatada por Bernardo Élis o leva a perceber que a Igreja, podendo ser uma instituição promotora de mudança social, na verdade, fazia o contrário: não só sacramentava como legitimava as situações de injustiças sociais. Em uma de suas entrevistas, o prosador ao falar de sua percepção do estado de atraso, de rudeza, de primitivismo, de ignorância em

que viviam as populações goianas, ressalta o domínio da Igreja Católica e as superstições mais grosseiras que deformaram e deturpavam a consciência dessas pessoas (Élis, 2000). Não é de estranhar, portanto, que Bernardo Élis, como os grandes intelectuais da época, tenha feito uma opção comunista, contrariando todos os princípios de sua formação católica, por ver nesta linha política-ideológica a saída para aquilo que era dever da Igreja segundo ele, mas que, por conveniência, não assumia. É ele próprio quem afirmou que um dos acontecimentos que o marcou definitivamente sob o ponto de vista social, sentimental, histórico, político, foi seu ingresso, em 1943/45, no Partido Comunista do Brasil (ÉLIS, 2000)

Percebe-se que Bernardo Élis rompe com os preceitos religiosos à luz dos quais fora alicerçada a sua educação. Ele, em um entrevista, afirma “... o mundo e o chamado destino são produtos do trabalho humano e nada mais. Nada de confiar a poderes sobrenaturais nossas vidas, aceitando os designos de uma sabedoria tanto mais perfeita quanto mais misteriosa e inatingível pela inteligência humana” (ÉLIS, 2001)

Segundo o próprio Bernardo Élis, ele lera e estudara tudo o que havia de melhor, sobre o socialismo e comunismo. Essas leituras convenceram-no de que o marxismo, o comunismo, seria uma renovação para a humanidade. É a partir daí que se propõe a fazer da literatura uma arma de denúncia contra as injustiças sociais.

*Daí para a frente cuidei de transformar a minha maneira de pensar e agir, tentando fazer com que os outros também assim procedessem. Tentei mudar-me de Goiás (1942) e viver no Rio ou em São Paulo, lugares nos quais percebi*

*também que a vida era má, a pobreza e a ignorância enormes, e onde as glórias literárias proclamadas por meu pai não passavam de ilusões e crenças vãs. Tentei (tentado pelo marxismo) fazer da literatura uma arma de denúncia contra semelhante situação social, sem contudo abandonar de todo meu projeto de sair de Goiás. Nesse tempo li muito os escritores chamados novos russos...*

(ÉLIS, 2000, p.95)

É ele, ainda, quem diz que sua literatura não se submeteria a subjetivismos metafísicos nem a influências mágico-religiosas (ÉLIS, 2001). Esse depoimento deixa ver claramente o que pensa do aspecto religioso na sociedade.

Essa visão é amplamente evidenciada em todo o conto “O padre e um sujeitinho metido a rabequista” quando o autor descreve o vigário de um povoado, monsenhor, nos mínimos detalhes, a iniciar pelo seu porte físico caracterizado por uma obesidade desproporcional:

*De lá, o vigário sacudia as banhas rindo-se. Ele era gordíssimo, dessas gorduras amontoadas no ventre e no pescoço, deixando parece que mais finos os membros e o peito mirrado. Seu pescoço então era um despropósito de grosso, resultado de uma papeira que os vunvuns dos casebres da região lhe transmitiram nas várias desobrigas.*

(ÉLIS, 1987, p.86)

Igualmente é traçado o seu perfil psicológico como uma pessoa extremamente tranqüila, de uma persistência caturra: “o padre era calmo, rotineiro como um velho boi de carro de uma proverbial teimosia”

Um dos destaques da descrição de monsenhor por Élis trata-se de seu comportamento cotidiano marcado por uma exasperante rotina que vai das primeiras obrigações da manhã até finalizar com sua visita diária ao compadre

coronel Possidônio, quando retornava à casa para dormir e, no outro dia, tudo se repetir.

*A missa terminava às nove horas, quando então o vigário retornava à casa no seu passo vagaroso, evitando pisar nos tufos de capim orvalhado. Pelas encostas do vale o sol tingia tudo de ouro, pondo reflexos de diamantes nas gotas de orvalho, irisando a grama verde e as grande árvores do vale úmido.*

*Monsenhor bebia o café, metia-se na salinha agora mais fria e úmida, pois dava para o poente, abria um livro qualquer e começava a ler; às onze horas o afilhado vinha avisar que o almoço estava na mesa. O padre almoçava e vinha de novo para a sala, onde geralmente aparecia um ou outro paroquiano; às duas horas, monsenhor tomava café com leite e biscoitos de polvilho ou de farinha de milho; às quatro, tomava seu banho de bacia e jantava a seguir, depois do que saía para as visitas.*

*À boquinha na noite, pois ele não era muito amante de horários rígidos, ia dizer sua bênção, sua reza, sua novena, conforme a quadra do ano. Da igreja, ia ele para a casa de seu compadre, o Coronel Passidônio, onde ficava até as nove horas, quando ia para casa dormir.*

*Se fosse domingo, em vez de a missa ser às oito horas e meia, era às dez, continuando o resto do programa sem alteração.*

*Essa era a rotina de todo dia, de toda semana, de todo ano, durante os cinqüenta anos que estava ali, apenas modificada pelas festas da Semana Santa, Divino, Natal ou pelas desobrigas.*

*Monsenhor era dessas pessoas que subordinam seus atos à mesmice da rotina. Mesmo no seu giro pelo município, observava praxe; no primeiro dia de viagem, pousava no Prata; no segundo, pousava nas Estacas; no terceiro, no Sucuri, e assim até completar o giro. Isso variavelmente desde que chegara à paróquia.*

*(ÉLIS, 1987, p.87)*

Quanto ao aspecto administrativo de suas praticas sacramentais, seu vigário era um tanto quanto negligente, não tendo o cuidado de registrar em livros apropriados os sacramentos realizados e suas respectivas datas, assim acabava por deixar tudo ao risco de sua velha memória e da memória dos familiares dos sacramentados.

*Até na desordem tinha seus hábitos. Feito o batismo, monsenhor tomava de um pedaço de jornal, de uma folhinha, de um pedaço qualquer de papel e escrevia o nome*

*da criança, o dia do nascimento, o nome dos ascendentes e dos padrinhos, o dia do sacramento, e jogava aquilo dentro de um livro, numa gaveta, para mais tarde escrever nos registros próprios da igreja. Nunca mais, porém, fazia tal transcrição. Passavam-se anos. Um dia chegava alguém:*

*- Seu vigário, quero que o senhor me dê o batistério do Belinho.*

*- Hum, hum! – fungava o padre e começava a indagar do requerente se se lembrava mais ou menos da data do batizado. – Se não estou enganado, foi no ano que Seu Andreino foi Imperador do Divino, na quadra que deu uma gripe desgraçada de braba...*

*- E os padrinhos? Se lembra?*

*- Pêra aí, seu vigário – e o roceiro apelava para a memória da cara-metade ali ao lado sentada, os pés suarentos fora dos chinelos, no colo o lenço de chita com que se protegera do sol causticante. Nas mulheres um parto deixa sempre mais moosa do que nos homens. – A mó que foi Seu Carrinho? – perguntava jeitosamente o roceiro.*

*De lá a mulher fazia suas contas, partindo do primeiro batizado e vindo até aquele que era o sexto ou sétimo. Por fim, se reconstituía o fato e monsenhor lavrava a certidão do batizado, que o interessado levava no bolso todo fagueiro.*

(ÉLIS, 1987, p. 88)

Em contrapartida, quanto ao cumprimento de sua missão sacerdotal, monsenhor revela-se sumamente zeloso: “Também não havia rio cheio, nem estrada má nem duas horas da madrugada, nem inverno forte, nem doença que impedisse o vigário de ir até os confins do município levar o consolo de uma confissão ou de um sacramento qualquer” (ÉLIS, 1967, p.88)

Bernardo Élis descreve ainda o seu bem-viver. Residia em uma ampla e confortável casa, possuía terras, dinheiro, gado.

*Abaixo desse pátio vinha o quintal com as fruteiras e depois o curral que dava para o rio e daí para o campo aberto, para os pastos.*

*O homem contou: uma nota de conto de réis, outra de quinhentos, duas de duzentos e duas de cinqüenta mil-réis. “Puxa – pensou ele. – Mais fácil do que eu pensava.” E, no íntimo, um remorso forte o pegou a acochar. Por que não pediu quatro contos de réis? O vigário dava; dava de olhos fechados. Além de ter dinheiro, esse padre tinha gostado do animal.*

[...]

- *Você solte a besta no meu pasto, ouviu?* – dizia o vigário encerrando o assunto, entre autoritário e risonho. (ÉLIS, 1987, p.84)

Na visão ingênua de uma das personagens do conto, seu vigário ganhava dinheiro na maciota, à custa de ofertas nas missas, taxas de batizados, casamentos. Sabe-se, no entanto, que isso é muito pouco, ainda mais em se tratando de um povoado pobre encravado no sertão goiano. Qual a origem, então, dos bens do vigário? Doações dos coronéis? Herança de família? O autor não se manifesta sobre isso. Talvez para evitar atritos que poderiam ocorrer na própria família de tradição católica, com parentes sacerdotes.

Todas essas considerações de Bernardo Élis acerca do clero culminam com a passagem em que monsenhor faz uma profunda reflexão sobre a sua atuação como sacerdote, depois de ler um artigo que denunciava a omissão do clero em geral, diante da miséria do povo. As acusações contidas no artigo ficaram a martelar-lhe a cabeça, e ele tomou a própria prática como exemplo. A partir desse momento, questionava a si mesmo se o que fizera era o mais certo.

*Mas naquela manhã tão agradável, diante de horizontes tão dilatados, um pensamento, vez por outra, voltava a remexer o miolo calmo do reverendo: seria o sacerdócio uma missão importante? Teria monsenhor contribuído com alguma coisa para melhorar o homem, pelo menos o homem daquela região?*

*Nunca pensara nisso. Vivia como vive um rio que corre sem tomar conhecimento do azul do céu ou do ipê de ouro debruçado sobre a torrente. Entretanto, um dia lera um artigo. Dizia o articulista que os padres, em geral, nada faziam para minorar a miséria do povo, nem para possibilitar-lhe vida melhor. É que, para o mundo, cuidar só da alma era muito pouco. A um faminto não se podem exigir virtudes.*

*Monsenhor não concordou naturalmente com isso, mas lhe ficou no espírito não mais a convicção plena de que sua conduta era o que podia haver de mais certo. Desde então, sentia um certo desapontamento: “Teria sua vida sido útil? Não seria o sacerdócio, simplesmente pelo sacerdócio, já a coisa mais edificante do mundo?”*

*(ÉLIS, 1987, p.95-6)*

Outro fragmento bastante exemplificativo da indiferença e omissão do vigário à problemática de paroquianos mais humildes e necessitados pode ser encontrado no conto A Enxada (síntese da denúncia bernardiana da relação explorador X explorado).

*Piano já estava enjoado de esperar, quando deu de acontecer que passou pela porteira o seu vigário. Adiante o sacristão numa mulinha troncha, vermelha, atrás o vigário na sua mulona ferrada, guarda-sol aberto, dos brancos por fora e azuis por dentro, lendo breviário, muito fresco.*

*- A bença, seu vigário.*

*- Deus te abençoe.*

*- E nem teria esbarrado o alimal, nem sequer olhado quem lhe tomara a benção, se Piano não insistisse:*

*- A mó que vai numa desobriga, que mal pergunte?*

*Seu vigário deteve o ginete, fechou o livro e explicou que Antero das Pedras de Fogo estava passando mal.*

*“Que tero que nada” – pensou Piano. O que ele queria era outra coisa, que gente morrendo, isso tinha de toadinha toda vida. E, de chapéu na mão, com outro braço estendido, apontava a grotta onde se assentava o rancho.*

*- Vamos até lá, seu vigário. É um pulico à toa.*

*Seu vigário, que já vinha viajeirando desde cedo, aceitou o convite e lá se foram os três rumo ao rancho: de pé, na frente, Piano; atrás, na mulinha, o sancristão, e, mais atrás de tudo, o vigário, mode preservar-se dos carrapatos e rodoleiros que por ali davam demais.*

*De dentro do rancho veio Olaia, as gengivas supurosas à mostra, se arrastando, pois a coitadinha era entrevada das pernas, em desde o parto do bobo. Bonachão, o padre se ria. Espiando pelas gretas do barro do pau-a-pique, o bobo careteava. Piano se desmanchava em desculpas: Que o vigário não botasse reparo, ele ia dar um pulico no compadre Joaquim e já voltava. Olaia pretendia servir alguma coisinha ao padre e tinha nada dessa vida. Nem cana para bater com um pau, e depois torcer na mão fazendo garapa, eles tinham.*

[...]

*...Sol descambando, Piano se despediu e foi ao largo em busca do vigário, que havia chegado. Seu vigário o recebeu naquele seu alegrão de sempre, mandou assentar e deu ordens para trazerem a enxada. Passado um quarto de hora ou quê, o sacristão voltou instruindo que não existia enxada nenhuma: certamente a haviam roubado. A notícia espantou o vigário que, em pessoa, acompanhado de Piano, revirou o porão da casa e rebuscou o quintal. Infelizmente, babau enxada!*

*- Será que não está emprestada?*

*- Capaz – mal respondeu o sacristão, que mostrava ser um sujeitinho muito intimador e enfatuado.*

*De lá seu vigário deu de estar banzeiro, meio recolhido no seu silêncio, caçando jeito de acertar quem tinha levado emprestado o ferro.*

*- É, seu padre. O que não tem remédio já nasce remediado!*

[...]

*...Deixasse aquilo. Eu se podia fazer? Melhor entregar para Deus, que é pai. Piano pediu louvado e saiu no maior dos desconsolos,...*

*(ÉLIS, 1987, p.45-6)*

Esse é um chamado que o autor faz ao leitor (clero e povo) para refletir sobre a atuação dos padres que se contentam simplesmente com as restritas obrigações sacerdotais, ou seja, limitando-se a ministrar os sacramentos. Na concepção de monsenhor (aqui representante de todo o clero) minorar o sofrimento do povo contra as injustiças, enfim provocar mudanças sociais não eram funções inerentes ao sacerdócio. Fica claro, porém, que na visão do autor, essas sim, seriam as verdadeiras funções de um sacerdote.

Essas inferências foram reforçadas pelo autor na desfecho do conto, quando o vigário, pela sua paciência, persistência, teimosia consegue domar Cigana, a renomada mula empacadeira, recém adquirida de um paroquiano em apuras financeiros. Compra realizada por força do que lera no artigo, na tentativa de minimizar a própria dor de consciência, praticando, assim, uma ação humanitária.

- Empacou, meu padrinho.

- Ri, ri, ri – fez monsenhor. – Vamos esperar mais um pouquinho. – Tirou o relógio, olhou as horas: onze horas. – Temos o dia todo – completou com a tolerância que lhe davam antes os muito anos de vida do que o cristianismo.

[...]

Monsenhor tirou do alforje da sela o breviário, abriu-o e pegou a ler. Vez por outra, erguia os olhos e perlustrava a paisagem.

- Meu filho, vá ali na vereda e me apanhe um pouco d'água.

O menino saiu mesmo a pé e voltou daí a pouco com guampo pingando água fresca e limpa que seu vigário bebeu gostosamente, deitando o sobejo entre as orelhas da Cigana.

Nisso a mula pegou a trocar de pernas, impacientando-se. Não era graça agüentar cem quilos de vigário ali no lombo, sob o sol, por espaço já de quatro horas.

[...]

O sol descambava, afogado num fogaréu. A sombra do pequizeiro agora já começava a cobrir o padre e a mula.

[...]

- Me dê a matula.

Tomou algumas bananas, comeu, deu outras ao afilhado. Depois comeu um pé-de-moleque e mandou o menino que fosse buscar novo guampo d'água embaixo, na vereda.

Quando Otoniel voltou com a água, Cigana estava um azougue, com as orelhas sem parado, bufando e tremendo o couro, sapateando para lá e para cá. No lugar onde ela parara, estava um amassador de seus cascos.

- Olhe, pode romper na frente – ordenou o vigário ao menino que não esperou segunda ordem. Atrás, monsenhor deu rédeas à Cigana, que pegou um trote lardo,

[...]

E aquele foi o derradeiro empacamento de Cigana, que viveu largos anos transportando as carnes tanto mais gordas quanto mais santas de seu vigário.

(ÉLIS, 1987, P.97-98-99-100)

Se monsenhor conseguiu, pela persistência, adestrar um animal irracional, quebrando uma característica comportamental daquela raça eqüina, o que ele não poderia ter feito, durante cinqüenta anos, para humanizar a vida daquela gente? E se cada vigário, em sua paróquia,

empunhasse a mesma bandeira, porventura, não ocorreria a sonhada mudança social?

Todas essas constatações levam à conclusão de que Bernardo Élis rejeita a Igreja como instituição, porém respeita a religiosidade do povo. O autor esperava um posicionamento da Igreja: denúncia às práticas abusivas dos coronéis, uma ação conscientizadora, enfim, melhora nas condições de vida do povo por meio de mudanças sociais. Daí talvez o fato de o escritor ingressar no Partido Comunista, buscando um canal para concretizar os seus anseios de mudança.

Em uma de suas narrativas, o prosador deixa entrever seu conflito interior entre os princípios de sua formação religiosa e novos fundamentos ideológicos que começava a absorver. Assim é que em um diálogo entre dois personagens, esse conflito fica bem evidenciado.

*Nesses dias, tornava-se um espírito insuportável. Não aparecia às visitas. Se aparecia, sempre fazia despropósitos, inconveniências:*

*- A religião é muito necessária – dizia Maria Lemes.*

*- A religião é um mal, Sá Maria. Trovão, de primeiro, era Deus, hoje é eletricidade.*

*- Seu João, bata na boca.*

*Mamãe ficava aflitíssima, vendo a hora que meu pai brigava com Sá Maria Lemes, mas ninguém se importava nada. Sabia que era veneta.*

*Pregava comunismo, arrazava o capital, combatia o tradicionalismo, os preconceitos. (ÉLIS, 1987, p.36)*

### **3.4 - Aliança entre Igreja e poder em nível nacional**

A aliança entre Igreja e coronéis descrita por Bernardo Élis não é um fenômeno exclusivamente regional. Pelo contrário, trata-se da consequência

de um enorme esforço em nível nacional, empreendido pela Igreja durante a Primeira República para recuperar o perdido poder<sup>20</sup>. Perda ocorrida quando o Estado rompe com as várias prerrogativas à Igreja concedidas ao vir para o Brasil-Colônia, inclusive pelo padroado-régio que lhe conferia poderes irrestritos e, conseqüentemente, a colocava em posição de liderança: suas ações penetravam em todas as instâncias da sociedade. Com tantas perdas, a saída foi apoiar-se nos poderosos donos da terra que dela também necessitavam para legitimar suas ações muitas vezes inescrupulosas e sua liderança política local. Moura e Almeida (1978) ressaltam que a Proclamação da República significou para o episcopado brasileiro uma salvação e uma ameaça ao mesmo tempo. Salvação porque libertava a Igreja do pesado jugo que suportava em virtude do regime do padroado. Ameaça porque estabeleceu um regime de separação entre a Igreja e o Estado, verdadeira afronta à maioria católica da população. O decreto do Governo Provisório Republicano dava lugar a um estado não confessional, em que o nome Deus era riscado dos atos públicos, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios estatais, o casamento civil instituído, as propriedades de “mão morta” ameaçadas de expropriação.

Esse complexo dilema vivido pela Igreja durante a Velha República é analisado com bastante pertinência por Monte Negro (apud Moura e Almeida,

---

<sup>20</sup> Com o advento do regime republicano, ocorre a separação oficial entre Igreja e o Estado. Fato visto pelo episcopado brasileiro ao mesmo tempo como uma salvação e uma ameaça. Salvação porque a Igreja se vê livre do pesado jugo do regime do padroado; ameaça porque essa separação dava lugar a um estado não-confessional, conforme Moura e Almeida, 1978.

1978, p. 329-30) que mostra com deveria ser a nova conduta a ser assumida por ela a partir daquele momento histórico.

*Renunciando, pela adesão ao Estado liberal, à função de coadjuvante do Estado na ordenação da sociedade, que até então sempre exercera no Brasil, levada, em virtude do ideário que presidia ao processo de romanização que sofreu, a aferrar-se à função espiritual de levar os homens a abrir-se para um sobrenatural meta-histórico, induzida também, por uma convergência de pressões de Roma e do regime brasileiro, a assumir a função moralizante de transmitir os valores que asseguram a ordem na sociedade, a Igreja na Primeira República aparece como uma instituição ao mesmo tempo estranha e necessária. Estranha porque, pela sua própria característica de Igreja, se encaixa com dificuldade na nova ordem de coisas que se está implantando no país; necessária porque é valioso instrumento na manutenção da ordem, que sacraliza e abençoa aos olhos do povo<sup>21</sup>. Beneficiada pelos favores do Estado, mas expulsa por este das benesses do poder, ela exerce sobre o conjunto da população certo tipo de autoridade não oficial, mas implicitamente reconhecida pelo regime e por ele valorizada dentro de seus limites. Esta a imagem de Igreja que se plasma durante a Primeira República e que será transmitida às gerações seguintes.*

A Igreja faz publicar um manifesto do Episcopado brasileiro, alertando o Estado para que ele fique na sua esfera e nada tente contra a religião, assim evitar-se-ão conflitos e a ação da Igreja será para o Estado a mais salutar e os seus filhos, os melhores cidadãos, os mais dedicados à causa pública. Com a apresentação do projeto da Constituição em junho de 1890, o que previa a sujeição dos bens da Igreja à lei de “mão morta”, reconhecimento e obrigatoriedade do casamento civil, laicização do ensino público, secularização dos cemitérios, proibição de subvenções oficiais a qualquer

---

<sup>21</sup> Veja-se, a esse respeito, a análise de Montenegro, João Alfredo de Sousa, *Evolução do catolicismo no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1972, p.154.

custo religioso, proibição de se abrirem novas comunidades religiosas e, ainda, a inelegibilidade para o Congresso de clérigos, um documento é dirigido ao chefe do Governo provisório. Nesse documento de reação da Igreja, o episcopado, refutava, à luz de uma teoria teológico-política, os pontos considerados ofensivos, afirmando que “o Estado não poderia progredir senão sob os auspícios da religião, e termina prometendo lutar pelos interesses da Igreja usando energicamente de todos os meios legais.” (MOURA E ALMEIDA, 1978, p.327).

Sabe-se que além desses manifestos, D. Antônio de Macedo Costa, influente arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, manteve contatos com autoridades ligadas ao Governo Provisório, buscando uma solução para o impasse de modo que satisfizesse ao mesmo tempo os interesses do Estado e da Igreja. Assim, no texto da Constituição aprovado em fevereiro de 1891, muitas concessões foram feitas: os bens da Igreja foram poupados, as ordens e congregações admitidas, foi possível à Igreja Católica receber subvenções da administração pública, a título de ajuda a obras de beneficência. É evidente que isso ocorreu em prestígio popular e da força política da Igreja Católica. (MOURA E ALMEIDA, 1978).

Nessa busca de conciliação, nota-se uma progressiva aproximação entre o novo regime e a Igreja Católica. Como prova do prestígio e respeito à instituição religiosa, “homens políticos, mesmo antigos livres pensadores como Rui Barbosa, sentem-se obrigados a fazer pública confissão de fé em

suas campanhas”. Por outro lado, o episcopado procurava demonstrar sua cordialidade para com o Estado.

Em face dessa situação estabelecida, inicia-se um distanciamento entre os representantes da Igreja e o povo, conforme evidenciam Moura e Almeida. (1978, p.329).

*O clero do interior ou das cidades não deixa, evidentemente, de estar presente junto ao povo. Mas entre o homem do povo e o padre a distância se acentua do ponto de vista cultural e ideológico, desde o momento em que a formação intelectual do segundo se faz de acordo com padrões romanizantes e que a sua posição política se identifica com a dos grupos que detêm o poder.*

Ainda segundo Moura e Almeida (1978), o clero vive um período de marasmo e uma tendência à rotina, a atividade pastoral e missionária da Igreja encontrava-se emperrada, prejudicando a vitalidade de sua presença na sociedade. Enfim, a atividade da Igreja limita-se quase que à distribuição dos vários sacramentos e à pregação dominical.

Assim como descreve Bernardo Élis sobre a cordialidade entre padres e coronéis interioranos, concretizada na troca de favores, vê-se, em uma dimensão hierárquica maior (Igreja Católica e Estado), a mesma acomodação, isto é, a Igreja acaba por subordinar-se ao Estado, permanecendo encastelada em suas posições adquiridas e omissa à classe subalterna. Ao ser prestigiada pelo poder estatal, vincula-se à ideologia do regime em função de seus favores (MOURA E ALMEIDA, 1978).

Com as correntes de pensamento – o espiritualismo, o materialismo e o ceticismo – que eclodem no final do século XIX, constatou-se uma crescente descristianização de uma grande maioria de intelectuais, ao mesmo tempo em que as expressões religiosas da camada popular conservavam sua fé tradicional, embora marcadas pelos vícios de uma formação religiosa mais sentimental que racional. E, justamente, os intelectuais, compartilhadores da ideologia materialista, dessa época, influenciaram amplamente Bernardo Élis, levando-o a abraçar a teoria marxista e, conseqüentemente, afastar-se da Igreja Católica devido à sua inércia na área social. Justamente nesse momento histórico ocorria uma tendência entre os intelectuais de se posicionarem contra as oligarquias e a favor dos movimentos pró-mudanças sociais, a exemplo do Tenentismo, liderado por tenentes das forças armadas, que culminou na Revolução de 1930 e pôs fim à Primeira República.

Todo esse panorama entre Igreja e Estado, cuja aliança estabeleceu-se em níveis municipal, estadual e nacional, concretizou-se em ações da Igreja na sociedade, de certa forma, sob a sujeição do poder econômico-político de cada uma dessas instâncias. A hierarquia coronelística instaurada no Município, no Estado e na Nação – em que um dependia do imediatamente superior para manter sua autoridade – era uma realidade muito mais inflexível que nos dias atuais, quando, por vezes, partidos políticos adversários estabelecem-se nos diversos níveis e os “arranjos” nem sempre estão isentos de confrontos, oposições.

Por conseguinte, no regime de mandonismo do século passado, os coronéis, no comando do interior, em geral, eram fortes aliados dos governos estaduais os quais estendiam o seu poder a todas as regiões do Estado (cidades, comarcas) justamente pela atuação do coronel que detinha, inclusive, o controle do processo eleitoral. O coronel, representante local do governo estadual, buscava sustentação de seu poder na autoridade regional e este, por sua vez, no governo nacional. Enfim, a situação se reproduzia em cada instância. De forma que os elos fortaleciam-se e o poder era mantido a contento nos três níveis de jurisdição. E a Igreja, convenientemente acomodada com essa situação desempenhava suas atividades eclesiásticas junto à população sobre a qual tinha um inquestionável prestígio. O Estado, conhecedor desse prestígio, já que o Brasil era/é um país de maioria católica, fazia concessões e favores à Igreja que, em função de tais privilégios, deixou-se subordinar aos ditames dos donos do poder. Assim cada qual, em contrapartida, obtinha vantagens, porém a situação social permanecia inalterada.

### **3.5 – A situação da igreja na Europa ocidental refletindo no Brasil.**

O que aconteceu no Brasil entre Igreja e Estado era, de certa forma, reflexo do que vinha acontecendo bem antes na Europa Ocidental. Essa crise é minudenciada criticamente por Gramsci.

Sabe-se que o declínio da hegemonia do catolicismo inicia-se com a Reforma e culmina com a Revolução Francesa (Gramsci apud Portelli, 1984). Como consequência dessa nova situação, em nível ideológico, a religião católica, em geral, não é mais concepção do mundo da classe dirigente e, ao nível do controle da sociedade civil, grande parte dos domínios, até então sob o controle da Igreja, agora lhe escapa. É o conjunto da sociedade civil tradicional que se desagrega, e a Igreja passa a influir muito pouco numa série de atividades específicas, refugiando-se em posições secundárias.

A Segunda metade do século XIX é marcada por várias tentativas de restauração. A Igreja conservadora luta contra o Estado liberal. Face a uma nova ameaça que entra em cena, o socialismo, ela percebe que não pode opor-se, sem maiores riscos, a dois inimigos que desmantelam suas forças simultaneamente. Tal realidade a leva a rever sua posição, ou seja, optar por uma aliança com o Estado. A renúncia desse confronto é marcada por duas causas essenciais, conforme ressalta Gramsci (apud Portelli, 1984, 109):

*O abandono da luta contra o Estado liberal em favor da aliança com ele são devidos, conforme Gramsci, a duas razões essenciais; a primeira é de ordem política: a necessidade de a Igreja se aliar ao estado para salvaguardar seus privilégios combinou-se ao temor comum de serem varridos pela revolução. Na análise do movimento socialista, a Igreja mostrou ser a mais lúcida. O perigo é anunciado deste 1870, nota Gramsci. E esta lucidez se explica se levarmos em consideração a base social do catolicismo: as classes subalternas e principalmente o campesinato. A condenação oficial do socialismo – encíclica Rerum Novarum - , a luta autônoma contra seus progressos no meio rural – Ação católica – não foram mais suficientes e a aliança com a burguesia liberal tornou-se indispensável.*

*Mas a segunda razão que Gramsci considera como igualmente decisiva refere-se à grave crise econômica que acarreta para o Igreja a perda de amplos setores da*

*sociedade civil, limitando as vocações religiosas e pondo em perigo o futuro da própria Igreja:*

A referida aliança vai-se consolidando por etapas. Firmam-se concordatas que consagram a partilha da competência entre intelectuais leigos e intelectuais religiosos no controle da sociedade civil, mesmo porque o Estado se vê incapacitado ideológico e politicamente para estabelecer a hegemonia sobre os grupos subalternos, conforme Gramsci (apud Portelli, 1984, p.122):

*[...] diante das deficiências de seus intelectuais orgânicos, a burguesia resolve utilizar os serviços de uma casta de intelectuais tradicionais que seus próprios intelectuais combateram, mas cujos métodos se mostraram positivos: a Igreja, que ainda conserva o controle de amplas camadas de classes subalternas, se compromete a favorecer sua adesão ao Estado burguês;*

Pela análise de Portelli (1984), percebe-se que naquele contexto, - Europa Ocidental - , houve uma capitulação política por parte do Estado, ao se apoiar nos serviços da casta intelectual conservadora. Porém ele obterá uma contrapartida no seu próprio território e sobre seus próprios cidadãos: o Estado, ou melhor, o Governo, terá a Igreja como coadjuvante no exercício do poder, favorecendo-o e sustentando-o assim como uma muleta sustenta o inválido. E, dessa forma, a Igreja não só se compromete com uma determinada forma de governo bem como em promover a aceitação deste governo por parte dos governados. Não é sem razão, portanto, que Gramsci (apud Portelli, 1984) afirma que a Igreja – vista como um aparelho ideológico – constitui uma das engrenagens essenciais do verdadeiro Estado.

Essas constatações demonstram que, ao completar a adaptação e a aliança da Igreja Católica à sociedade civil, a Igreja hipotecou gravemente a sua independência: seu futuro ficou ligado a esta aliança; a Igreja na Europa Ocidental passa a ser o sustentáculo do Estado burguês – liberal e facista – para salvaguardar seus privilégios.

Com a aliança, uma longa série de crises encerra-se resultando em vantagens para ambas as partes: Estado e Igreja.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tanto a construção literária quanto a investigação histórica são campos que têm muito a oferecer ao estudo de fenômenos históricos de relevância. Embora cada campo estabeleça sua própria especificidade, a literatura e a história apresentam relações íntimas de intercruzamento e de influência. Todo o universo dos fatos cotidianos, das relações sociais constitui ferramenta de trabalho utilizada pela literatura.

Nessa tarefa de registrar o real na ficção, o escritor constrói um sistema de objetos, atos, ocorrências, sentimentos representados ficcionalmente, conforme um princípio de organização adequado à situação literária. E ao longo do desenvolvimento deste trabalho, constatou-se que isso foi feito por Bernardo Élis ao construir a sua abordagem do regionalismo, enfocando o coronelismo em Goiás. Élis se valeu da ficção, da sua livre criação para bradar, por meio de sua palavra literária, contra as injustiças do coronel e apresentar dados interessantes da sociedade, da cultura, da religião, dos costumes, do mandonismo da classe dominante. Ao ressaltar em seus contos

e romance a fala, os hábitos e costumes em geral, revelou um profundo conhecimento da região centro-oeste. O sertão e suas particularidades estiveram presentes em quase todas as suas obras.

Igualmente, verificou-se que Bernardo Élis define o coronel como homem forte, possuidor do poder político. É o homem que não se deixa intimidar pela lei, aliás, a lei é ele próprio. Também as relações coronel-clientela, nas construções bernardianas, foram marcadas pelo medo. Os trabalhadores manifestavam tristeza, desespero por estarem presos à vontade do coronel em razão do ajuste de trabalho. São vários os relatos de fatos trágicos nas relações coronel-clientela motivados pelos ajustes, contratos verbais de trabalho. Assim, toda essa exploração, abusos de poder, fatos desumanos e inescrupulosos narrados por Élis evidenciam um dos traços mais significativos de sua escritura: a literatura de protesto, denunciadora e reivindicatória.

Outra constatação é que sendo Bernardo Élis um intelectual – portanto com mais sensibilidade para captar e sentir o drama daqueles submetidos ao jugo dos donos de terra e, ainda, detentor de um alto nível de consciência crítica – percebe que não pode ser omissor: tem por obrigação denunciar todo esse rol de injustiças, colocando a sua literatura a serviço da classe menos privilegiada e em prol de mudanças sociais. Assim criou o seu regionalismo revolucionário, autenticamente social. Conseqüentemente, acaba por se afastar da Igreja Católica, berço de sua formação religiosa, pois esta se achava aliada ao poder e, portanto, alheia à situação dos dominados, quando,

na sua opinião, deveria denunciar a opressão. Daí se infere que ao denunciar, está rejeitando não só a posição de sua própria família (o grupo oligárquico Fleury Curado) bem como a sua religião que silencia-se frente às iniquidades praticadas em seu meio. Aliás, a rejeição fazia parte do modismo presente naquela época, como por exemplo, a Semana de Arte Moderna (movimento de rejeição ao conservadorismo em diversos campos das artes). E, em um momento de efervescência do movimento comunista, quando a maioria dos intelectuais passam a compartilhar da ideologia desse partido revolucionário, Bernardo Élis também se engaja, tornando-se declaradamente comunista, pois vê em seus postulados uma possibilidade da sonhada transformação não assumida pela Igreja.

Para demonstrar a problemática social descrita por Élis, fez-se uma pesquisa sobre o coronelismo como marca da Primeira República do Brasil e pôde-se verificar que a mesma situação vivenciada pela classe dominante em suas relações com a classe subalterna era fato comum presente em todas as regiões brasileiras, ou melhor, uma estrutura que perpassava as três instâncias: município, estado, país.

No decorrer desta pesquisa, pôde-se observar, também, que o coronel exercia uma hegemonia, fato registrado pelos historiadores, e reiteradamente evidenciado na prosa bernardiana. Essa hegemonia se caracterizava por uma certa peculiaridade: o coronel era não só um dirigente, mas, sobretudo, um dominador. Toda a dominação dos coronéis estendia-se da família (parentela) passando pelo compadrio, clientela até as instituições sociais tais como:

polícia, judiciário, política, Igreja. Enfim, o mandonismo do coronel não se limitava, apenas, às práticas de injustiças, atingindo, por vezes, dimensão de crueldade, como tão bem Élis pinta com palavras essa verdadeira desumanização do homem.

Quanto à dominação do coronel sobre a instituição religiosa – Igreja Católica – ficou evidenciado nas denúncias de Élis que esta não só se submetia ao mandonismo como também legitimava as ações dos donos da terra sejam de que natureza fossem. Semelhante atitude da Igreja explica-se pela sua grande dependência ao poder econômico do coronel – seu maior benfeitor. Mesmo porque no Brasil, ela sempre esteve sob a proteção dos grandes proprietários. Trata-se, portanto, de uma herança cultural.

Vários são os momentos na ficção bernardiana, como ficou demonstrado nos excertos ilustrativos das análises, em que a aliança Igreja-coronel se destaca: patrocínio financeiro do coronel às festas populares religiosas, visitas do padre ao coronel, relações cordiais entre os dois, relações de compadresco. Quanto às festas religiosas, Bernardo Élis as evoca com certa nostalgia e benevolência, pois as recorda como único espaço de sociabilidade existente naquela época.

No desenvolvimento desse estudo pôde ser demonstrado que Bernardo Élis se situa em uma posição ante a realidade social e humana de um determinado momento histórico de Goiás e do Brasil, Primeira República, que é transportada do contexto regional para o palco universal do homem e da vida, isto é, suas obras ultrapassam as fronteiras regionais e se impõem por

sua universalidade, ao mesmo tempo em que constituem traços de identidade da gente goiana, já que lançam raízes na realidade social e cultural de Goiás.

Embora suas obras sejam ficcionais, elas se pautam na vivência do autor, desde a infância, e nos meios que lhe facultaram forte carga de argumentos para as suas narrativas. O próprio Élis, em um de seus depoimentos (apud Vieira, 2000) menciona a visualidade como o principal suporte para as suas produções literárias “meu ideal tinha dois suportes: um era reproduzir fielmente as narrativas que eu ouvia, com a graça, o calor, a emoção do contador vivo; dois, recriar as paisagens e pessoas como eu as via ou interpretava”. Assim ao pintar emocionalmente e interpretar o real, firmou-se como um perspicaz denunciador dos costumes dos sertões goianos, conferindo à sua arte uma função primordial: a de revelação do humano e da conseqüente denúncia do anti-humano.

Finalizando, comporta deixar uma indagação: extinguiu-se o coronelismo nas relações sociais dos estados e municípios do país denunciado por Élis e outros? Embora o prestígio e a influência do coronel, com o passar dos anos, tenha enfraquecido pela presença de outras forças, em torno das quais foram-se estruturando novas lideranças, não se pode dizer que tenha definitivamente acabado o coronelismo. Realmente, novas lideranças foram surgindo, mas, à semelhança do coronel, continuam apoiadas nos mesmos fatores que criaram ou produziram a sua liderança. Hodiernamente o coronel faz-se presente na figura do político influente, dos grandes empresários, dos latifundiários (empresários rurais). Em

conseqüência, o fenômeno do coronelismo persiste ainda como reflexo da má distribuição de renda no país, gerando uma péssima condição econômica dos proletários. E a Igreja? Conquanto, nestas últimas décadas, tenha tomado posições mais engajadas com um importante trabalho social a partir da Teologia, sabe-se que a Igreja Católica, ainda hoje, não prescinde das doações dos detentores do poder econômico, porém com um significativo diferencial: não é mais a legitimadora dos desmandos de outrora já que está na linha de frente como a grande denunciadora das injustiças neste país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelly Alves de. *Estudos sobre quatro regionalistas*. Goiânia. Imprensa da UFG, 1985.

—————. .Ermos e Gerais: 50 anos. O Popular, Goiânia, 10 jun. 1994

BARBOSA, Francisco Assis. Nota. In: O Tronco. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BECHARA, Evanildo. Bernardo Élis (apresentação). In: Veranico de janeiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

BERGER, Peter L. O dossel sagrado - elementos para uma teoria sociológica da religião. Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulus, 1985.

—————. .Perspectivas sociológicas. Tradução de Donaldon M. Garschagen. Petrópolis: Vozes. 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.1979.

CÂMARA, José Gomes B. Subsídios pra a História do Direito Pátrio. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1966.

CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

CARONE, Edgard. A República Velha. Instituições e Classes Sociais, DIFEL, 1975.

CHAUL, Nasr Fayad (coordenador). Coronelismo em Goiás: estudos de caso e famílias. Goiânia.

COHEN, Abener. *O homem bidimensional*. Rio: Zahar Eds, 1978.

COMBLIN, P. José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. Revista eclesiástica brasileira, v.26, n.3, p.574-601, set. 1966.

—————. Para uma tipologia do catolicismo no Brasil. Revista eclesiástica brasileira, v.28, n.1. p. 46-73, mar. 1968.

COSTA, Emília Violti. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Livraria e Ed. Ciências Humanas, 1979.

COSTA Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DANTAS, José Maria de Souza; MOREIRA, Almir. *Linguagem, Literatura, Comunicação*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A, 1975.

ÉLIS, Bernardo. A vida são as sobras. Goiânia. Kelps, 2000.

—————. Caminhos e Descaminhos. In: Obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. v.1.

—————. Ermos e Gerais. In: Obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio. 1987. v.1.

—————. O Tronco. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

—————. Veranico de Janeiro. In: Obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. v.1.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. In CHAUL, Nasr Fayad (Org.) Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. Goiânia: Kelps, 1998.

FRITZ, Teixeira de Sales. Literatura e consciência nacional. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1973.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

—————. Poder, política e partido. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. O coronelismo, uma política de compromissos. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).

KEITH, Thomaz. Religião e o declínio da magia. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo enxada e voto*. São Paulo: Alfa-omega, 1978.

LOBATO, Monteiro. Carta a Bernardo Élis. In: A vida são as sobras. Goiânia: Kelps, 2000.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Trabalho assalariado e capital. In: Textos 3. São Paulo: Edições Sociais. (...)

MATOS, Henrique. O padroado régio. Família Cristã – Suplemento. Aparecida (SP), ed. n. 778, p. 68-74, out.2002.

MOURA, Sérgio Lobo de . e ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: - O Brasil republicano. 2. edição – Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

NASCIMENTO, Maria Terezinha M. do, *A enxada*. Estudos, Goiânia, v. 14, n.¾, p. 81-05, jul./dez. 1987.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. O processo sintagma na obra literária. Goiânia: Oriente, 1976.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Catolicismo popular no Brasil. Federación Internacional de Instituto de Investigaciones Socialis y Sócio-Religiosas – FERES – AL – n.9, 1970.

OUTLWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PALACÍN, Luis. Coronelismo no extremo norte de Goiás. O padre João e as três revoluções de Boa Vista. Goiânia: Ed. UFG; São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PANG, Eul Soo. Coronelismo e oligarquia (1889 – 1943): A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PESSOA, Jadir de Moraes. Dos Rezadores do Sertão aos Errantes de Nova Era: cenário de pesquisa em religião no Brasil Central. - *Fragmentos da Cultura* – v.11 n.3. Goiânia, p.355-68, maio/jun 2001.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e a questão religiosa. 2 ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios..* São Paulo: Alfa-omega, 1976.

TUFANO, Douglas. *Estudos de literatura brasileira.* São Paulo: Moderna, 1975.

VELHO, Otávio Guilherme. Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

VIEIRA, Emílio. O expressionismo em Bernardo Elis e Siron Franco. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

ZACARIOTTI, Marluce. Nova homenagem a Bernardo Élis. O Popular, Goiânia, 10 jun. 1994.